

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL –
PPDRS

KARÊNINA FONSÊCA SILVA

DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO E A REFINARIA PREMIUM I:
o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de
vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira

São Luís

2014

KARÊNINA FONSÊCA SILVA

DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO E A REFINARIA PREMIUM I:

o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a orientação da Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso, para a conclusão do mestrado.

Área de concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Diversidade Regional

São Luís

2014

Silva, Karênina Fonsêca.

Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium-I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira / Karênina Fonsêca Silva.– São Luís, 2014.

210 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

Orientador: Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso

1.Desenvolvimento. 2.Trabalho. 3.Cultura. I.Título

CDU: 338.1(812.1)

DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO E A REFINARIA *PREMIUM* I:

o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a orientação da Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso, para a conclusão do mestrado.

Aprovado em de de 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Carla Regina Assunção Pereira
Universidade Federal do Maranhão

A todos aqueles que lutam por justiça e igualdade, que acreditam na força da união e na possibilidade de mudança. A vocês, moradores e trabalhadores de Santa Quitéria que lutam por esse ideal.

AGRADECIMENTOS

São muitos! Espero não errar pelo esquecimento:

Agradeço, primeiramente a Deus, pela existência, por ter me dado a oportunidade de ser a pessoa que sou e de conviver com as pessoas que precisei conviver, de ter me dado o discernimento de aprender com os erros e crescer tentando acertar e perdoar;

Ao meu pai pela sua sabedoria e determinação que nos orientaram a superar todos os obstáculos através do estudo e conhecimento de valores ético-cristãos. À minha mãe, professora normalista, que nos orientou a estudar além dos muros da escola e a usar o bom senso na realidade ainda não explicitada;

Ao meu marido, Eduardo, por me impulsionar a continuar estudando: pela sua compreensão e apoio incondicional para que fosse possível ausentar-me do mundo do trabalho e dedicar-me a mais esta etapa de estudo;

Aos meus filhos, Juliana e Matheus, por serem fonte da minha vida e me inspirarem a não desistir nunca dos meus sonhos;

Aos meus sogros, em especial minha sogra, que, em vários momentos, dedicou-se aos cuidados do neto para que eu pudesse estudar e pesquisar;

Aos meus irmãos, em ordem cronológica: Niedja, Fernando, Nadja e Keila, por nossa união e por comungarem dos mesmos ideais familiares: em especial minha irmã Nadja, que muito me incentivou para esse processo seletivo de mestrado;

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Franci Cardoso, pelo seu conhecimento, companheirismo, amizade e, sobretudo, por ter me orientado, desde o início, no projeto, nas angústias, nos desafios e superação, inclusive com o apoio emocional para que eu não desistisse desse processo seletivo. Mais que orientadora, uma fonte de inspiração e força de uma mulher de luta!

Aos meus professores de graduação em Serviço Social na UFMA, que me ensinaram nos princípios éticos da profissão e instigaram-me no processo de pesquisa;

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Socioespacial da UEMA pela troca de conhecimento e aprofundamento nas reflexões pertinentes ao processo de aprendizagem: Professor

Dr. Frederico Burnett, Professor Dr. José Sampaio, professora Dra. Iris Porto e, em especial, às professoras Dra. Zulene Barbosa, pela sua simplicidade, comprometimento e grande conhecimento na área pesquisada nos momentos conjuntos de pesquisa e troca de conhecimentos; e Professora Carla Assunção, pelo seu compromisso, ética, troca de conhecimentos e equilíbrio divino, que muito me ensinou sobre o propósito da vida;

Aos meus colegas de turma pelos desabafos, grupos de estudo e trocas de conhecimento e experiências: em especial, a Josenilde Dorneles, Hélio Matos e Carlos Welligthon, que se tornaram fonte viva de amizade e solidariedade;

Ao Dr. Neris, Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, que, após a análise dos autos do processo, deferiu favoravelmente, oportunizando-me o acesso às etapas do processo seletivo para ingresso nesse Programa de Pós Graduação, reforçando meus ideais de estudo e princípio de justiça;

Agradeço ao Núcleo de Pós-Graduação: em especial, às secretárias: Gracimila e Elizete;

Aos colegas professores e funcionários da Unidade de Educação Básica Zuleide Andrade, das comunidades e Associação de Moradores da Vila Maracujá, Cinturão Verde, Tinaí, Residencial 2000 e Residencial Magnólia, pela compreensão nas minhas ausências, necessárias para a conclusão deste estudo;

Aos trabalhadores e trabalhadoras do povoado de Santa Quitéria pelo acolhimento, disposição para contribuir com a referida pesquisa e, principalmente, por(re)alimentarem meus ideais nas lutas sociais e na defesa dos direitos sociais;

Aos meus alunos de graduação em Serviço Social do Uniceuma pela construção do conhecimento e pela revelação dos princípios éticos profissionais e posicionamento de resistência ante as contradições do capital e trabalho e de suas formas de exploração, sendo evidenciados a partir de minha saída da instituição. Em especial às alunas: Patrícia Coelho e Waldeliz Duarte, por terem sido incansáveis e determinadas nesse processo de pesquisa;

À FAPEMA agradeço pelo apoio financeiro que possibilitou o acompanhamento tecnológico e bibliográfico para a pesquisa e estudo.

Serei sempre grata a todos os amigos e amigas que contribuíram no processo pela amizade sincera e apoio.

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa “saber” sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado.

Antonio Gramsci

RESUMO

Este estudo aborda o processo de implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira- MA, e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais do referido município. Discute sobre a mundialização do capitalismo e as metamorfoses no mundo do trabalho. Contextualiza sobre a política neoliberal e seus ajustes no Estado, mediante o processo de reestruturação produtiva evidenciado em privatizações, desregulamentação do Estado, ampliação do poder de mercado e mudanças nas relações de trabalho. Aponta sobre a lógica de implantação de grandes empreendimentos nos países e regiões periféricas. Contextualiza sobre a política de desenvolvimento do Maranhão a partir da lógica do projeto neoliberal financiado por verbas federais e transnacionais que desconsideram a diversidade regional, cultura e forma de coexistência da classe trabalhadora, além do seu direito ao uso da terra. Centra a discussão em Bacabeira (MA), local da implantação do projeto da Petrobras, elegendo o povoado de Santa Quitéria para análise da realidade em questão. Esta dissertação está fundamentada no método Materialismo Histórico Dialético, em que os procedimentos de análise abordam qualitativamente os dados investigados, tendo como referência fundamentos histórico-conceituais relativos a desenvolvimento, trabalho e cultura, categorias de análise utilizadas, considerando a realidade do Maranhão e as particularidades do município de Bacabeira (MA), precisamente do povoado de Santa Quitéria. Destaca o modo de vida e trabalho da classe trabalhadora de Santa Quitéria, suas formas de organização e resistência para permanência na terra, como condição de trabalho, moradia e sobrevivência, a partir do anunciado empreendimento da Petrobras na região.

Palavras chaves: Desenvolvimento. Trabalho. Cultura.

ABSTRACT

Discusses the process of implementation of Premium I Refinery in Bacabeira - Ma and its implications for the way of life and work of rural workers in the municipality. Discusses the globalization of capitalism and the metamorphoses in the working world. Contextualizes on neoliberal policy and its settings in the State, through the process of productive restructuring, evidenced in privatization, deregulation of the state, expansion of market power and changes in labor relations. Points on the logic implementation of large projects in countries and outlying regions. Contextualizes on the political development of Maranhão, from the logic of the neoliberal project, funded by federal funds and transnational, that disregard the regional diversity, culture and way of coexistence of the working class in addition to its right to use the land. Focuses the discussion on Bacabeira (MA), implantation site of the Petrobras project, electing the village of Santa Quitéria for analysis of reality in question. This dissertation is grounded in historical materialism Dialectical method, in which the analysis procedures qualitatively address the investigated data, with reference to historical and conceptual foundations for the development, labor and culture, categories of analysis used , considering the reality of Maranhão and particularities the municipality of Bacabeira (MA), precisely the town of Santa Quitéria. Highlights the lifestyle and work of the working class St. Quitéria, their forms of organization and resistance to earthly sojourn as a condition of employment, housing and survival from Petrobras announced development in the region.

Key words: Development. Work. Culture.

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
APAFAB	Associação dos Pequenos produtores da Agricultura familiar do Município de Bacabeira
BEM	Banco do Estado do Maranhão
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAEMA	Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão
CAL	Consultoria Ambiental Ltda
CEPRAMA	Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIA	Estudo dos Impactos Ambientais
EMATEL	Empresa Assistência Técnica em Eletro e Telecomunicações
EUA	Estados Unidos da América
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FETAEMA	Federação do Trabalho e Agricultura do Estado do Maranhão
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNS	Ferrovias Norte Sul
GFS	Consórcio das Empresas Queiroz Galvão, Serveng e Fidens
GEDMA	Grupo de Estudo em Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGP	Índice Geral de Preço
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Colonização e terras do Maranhão
JK	Juscelino Kubstichek
MA	Maranhão
MPX	Energia S.A.

NE	Nordeste
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGX	Petróleo e Gás Participação S.A.
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PA	Pará
PEA	População Economicamente Ativa
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Programa Interno Bruto
PIPES	Pedro Iram Pereira Espírito Santo
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PPDSR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
PREXAE	Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás
RIMA	Relatório dos Impactos Ambientais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECID	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SEDINC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
SEDAGRO	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TPM	Terminal Portuário do Mearim
TIDIR	Territórios de Influência Direta e Indireta da Refinaria
TPPM	Terminal Portuário de Ponta da Madeira
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNICEUMA	Centro Universitário do Maranhão
URSS	União Soviética
VALE	Vale S.A.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa <i>Mundi</i> e situação geográfica do Brasil e Maranhão.....	22
Figura 2	Etapa inicial de terraplanagem da Refinaria <i>Premium I</i>	40
Tabela 1	Entendimento dos trabalhadores sobre trabalho.....	41
Figura 3	Foto de trabalhador de Santa Quitéria no seu açude e criatório de peixes.....	43
Figura 4	Investimentos na área de Petróleo e Gás Natural no Maranhão....	64
Figura 5	Casa em Santa Quitéria alugada pela empresa EMATEL.....	70
Figura 6	Banner com propaganda dos cursos oferecidos pela empresa EMATEL.....	71
Tabela 2	Absorção da família pela Refinaria.....	72
Tabela 3	Principais entraves/dificuldades para trabalhar na Refinaria.....	73
Tabela 4	Nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados do povoado de Santa Quitéria.....	72 74
Figura 7	VIII Encontro Nacional do PROMINP em São Luís- MA.....	88
Gráfico 1	Evolução população rural regional - 1950-2000.....	96
Figura 8	Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, em São Luís, hoje CEPRAMA (Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão).....	96
Figura 9	Gomador da fábrica Rio Anil.....	97
Figura 10	Estrada de Ferro Carajás (EFC).....	99
Figura 11	Obras <i>Pier IV</i> (ampliação do TPPM – Terminal Portuário de Ponta da Madeira).....	99
Tabela 5	Investimentos para o Maranhão.....	103
Figura 12	Propaganda para duplicação da BR-135.....	104
Tabela 6	Médias Geométricas Anuais de Crescimento do PIB setorial e por Atividades econômicas selecionadas – Brasil, Região Nordeste e Maranhão (Décadas de 1980 e 1990, em % ao ano)..	106
Tabela 7	Evolução PEA, População Ocupada, População Desempregada e Taxa de Ocupação no estado do Maranhão entre 1992 e 2008 (Mil pessoas e % a.a.).....	107
Figura 13	Placa anunciando o desenvolvimento de Bacabeira – MA.....	108
Figura 14	Placa indicativa de construção da Refinaria <i>Premium I</i> em Bacabeira – MA.....	109
Figura 15	A queda do muro de Bacabeira – MA.....	111
Figura 16	Mapa localização Bacabeira – MA.....	114
Figura 17	Trabalho de campo em agosto de 2013, na av. principal de Periz de cima.....	116
Figura 18	Pé de Bacaba.....	120
Gráfico 2	População Urbana e Rural de Bacabeira – MA.....	121
Gráfico 3	Demanda durante a fase de instalação da Refinaria <i>Premium I</i> por categoria de profissionais.....	122

Tabela 8	Brasil, estado do Maranhão e municípios do TIDIR: Dinâmica do PIB REAL, População Ocupada, Emprego Formal (%a.a.), Elasticidades-renda da População Ocupada e Emprego formal no período de 2000 a 2010.....	123
Figuras 19	A)-Açude de Pesca e lazer dos moradores; B)-Extrativismo Pesqueiro de um dia de trabalho; C)-Criação de galinhas.....	104
Figuras 20	(A, B) - Pontos comerciais ao longo da BR-135 município de Bacabeira-MA.....	126
Figura 21	Mutirão para construção de casa, povoado Zé Pedro, Bacabeira	128
Figuras 22	(A,B) – Tradição de festas comemorativas e religiosas.....	129
Figura 23	Conjunto de apartamentos recém-construídos no centro de Bacabeira – MA.....	130
Figura 24	A)-Bar-boate “Dama da Noite”; B)-Casa de Eventos “Tupinambá” Bacabeira – MA.....	131
Figura 25	Falta de água em Bacabeira – MA.....	133
Figura 26	Entrada da adutora – Sistema Italuís – CAEMA, BR-135 povoado Vila Cearense – Bacabeira – MA.....	134
Figura 27	Esgoto doméstico. Povoado Vila Cearense – KM 56 – Bacabeira	135
Figura 28	Fly de divulgação, loteamento em Bacabeira – MA.....	139
Figura 29	Comunidade processando mandioca, povoado Salvaterra, Bacabeira – MA.....	143
Figuras 30	(A,B)-Bloqueio de estrada em Rosário – MA, por moradores.....	144
Figura 31	Entrada do Povoado Santa Quitéria.....	148
Figura 32	Residência Sr. Ernesto com o trator na porta, no povoado Santa Quitéria.....	151
Tabela 9	Conflitos por terra no Estado do Maranhão.....	155
Figura 33	Manifestação de moradores do Povoado Santa Quitéria – MA.....	157
Tabela 10	Como as famílias organizam-se diante do processo de Implantação da Refinaria.....	160
Figura 34	Nova manifestação de moradores do Povoado Santa Quitéria.....	163
Figura 35	Hotel em construção no Povoado Santa Quitéria.....	166
Figuras 36	(A,B,C) Situação de moradias no Povoado Santa Quitéria.....	167
Figura 37	Família chefiada por mulher, residente no Povoado Santa Quitéria	170
Figura 38	Casa em construção pelo PMCMV e embargada. (Ao lado a casa em que residem.....	171
Figura 39	Casa padrão do PMCMV, recém-construída em Santa Quitéria.....	172
Figuras 40	(A,B,C,D,E) – Equipamentos Sociais em Santa Quitéria: A) Posto de Saúde; B)-Associação dos Moradores; C)-Igreja Assembleia de Deus; D)-Escola de Educação Infantil; E)-Caixa D’Água de uso coletivo.....	173
Tabela 11	Naturalidade dos moradores de Santa Quitéria.....	175
Tabela 12	Tipo de profissão desenvolvida pelos trabalhadores de Santa Quitéria.....	177
Tabela 13	Renda familiar dos trabalhadores de Santa Quitéria.....	178

Tabela 14	O que mudou no cotidiano e trabalho familiar após a vinda da Refinaria.....	180
Figura 41	Vista aérea do local onde será instalada a Refinaria Premium I logo após a conclusão da fase de terraplenagem (Bacabeira – MA 2013).....	183

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO.....	34
2.1	O trabalho como categoria fundante do ser social.....	35
2.2	A reestruturação produtiva na atual crise do capitalismo e o papel do Estado: novos discursos, velhos problemas.....	47
3	A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO MARANHÃO.....	77
3.1	A ideologia do desenvolvimento como processo hegemônico	77
3.2	O capitalismo industrial no Maranhão.....	91
4	A PETROBRAS E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: A REFINARIA PREMIUM I NO MARANHÃO.....	109
4.1	Derrubando o muro de Bacabeira: campo de disputa, conflitos e contradições.....	111
4.2	Uma história que o “vento levou”? : a (re)organização da classe trabalhadora na luta pela sobrevivência e garantia de direitos – as particularidades de Santa Quitéria.....	147
5	CONCLUSÃO.....	185
	REFERÊNCIAS.....	193
	APÊNDICES.....	200
	ANEXOS.....	205

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como núcleo temático o processo de implantação da Refinaria Premium I e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais no município de Bacabeira, precisamente no povoado de Santa Quitéria, que se localiza no quilômetro 61, entre a BR-135 e a Rodovia MA-104, a 2 quilômetros do portão frontal da obra de construção do Projeto da Petrobrás, e que vem sofrendo um processo litigioso sobre a terra ocupada pelos antigos moradores e o suposto dono, a partir do anúncio de implantação do referido projeto. Nesse povoado, os trabalhadores permanecem na luta pelo uso da terra e garantia de sobrevivência a partir dela.

Através das experiências profissionais e da formação acadêmica, nossa vivência em práticas sociais desenvolvidas em diversos contextos históricos indica as motivações e razões da escolha do objeto deste estudo, que envolve a condição de vida e de trabalho de trabalhadores rurais no Maranhão; em particular, do município de Bacabeira. A escolha da categoria trabalho e do modo de vida de trabalhadores rurais como elementos constitutivos da questão central nesta pesquisa conecta-se com a experiência acadêmica e social, quando ainda estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e como estagiária extracurricular e bolsista da Pró-Reitoria de Extensão e assuntos Estudantis (PREXAE). Acompanhamos mulheres trabalhadoras rurais nas áreas de conflito de terra em Buriticupu, Santa Rita e Santa Luzia. Nesse período, apreendemos a relação existente entre o trabalhador rural e o uso da terra. A esse respeito, Marx e Engels, 1984, afirmam que:

A primeira premissa de toda a existência humana e, portanto, também, de toda a história, ou seja, é a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. E a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que, ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX e ENGELS, 1984, p. 53).

Partindo da lógica dessa premissa, entendemos que o uso da terra, para esses trabalhadores, é a condição essencial de sobrevivência e, portanto, imprescindível para a manutenção e satisfação de suas necessidades básicas.

O deslocamento de trabalhadores que são retirados de seu local de origem e de trabalho faz parte da nossa história familiar, e de nossos ancestrais, quando estes foram deslocados da “velha Guadalupe”, no Piauí, para cederem o espaço ao progresso energético, na década de 1964 com a construção da Usina Hidrelétrica da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), cujo projeto foi intitulado de “Boa Esperança”. Uma história que não se apagou da memória desses trabalhadores, de suas raízes culturais e da saudosa cidade que se encontra submersa, mas que foi abdicada para o “desenvolvimento” do país.

Assim, uma nova cidade foi construída pelo “progresso”, com nítidas separações por bairros e espaços privados somente frequentados pelos funcionários da empresa energética. De um lado evidenciava-se um bairro com uma infraestrutura composta por ruas pavimentadas, com camada asfáltica, escola, posto de saúde, supermercado, igreja, clube social, teatro, cinema, casas construídas com padrões arquitetônicos; e, por outro lado, bairros periféricos com condições ínfimas de sobrevivência, que guardavam o saudosismo da cidade inundada, mas onde se tinha acesso às riquezas naturais e às áreas comuns. Essa divisão entre o moderno e o atrasado, a agricultura e a indústria, e a mão de obra local abundante e “desqualificada” está engendrada nas condições necessárias à reprodução do capital e ocorre num perfeito diálogo entre desenvolvimento desigual e combinado, que, segundo (TROTSKY, 1977, p. 222):

A análise não é somente econômica, mas também social e cultural. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais “primitiva”. Esses diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”: o processo do desenvolvimento capitalista criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas), um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista.

Essa combinação entre o atrasado e o moderno que as relações engendradas pelo capitalismo determinam é o que Marx explicita em sua obra “Introdução à crítica da economia política”: a maneira pela qual um modo de

produção dominante exerce sua hegemonia sobre as outras, influenciando e determinando todas as outras relações: econômica, política, social e cultural, denotando o seu lugar e a sua importância, suas prioridades e necessidades, bem como as modificações pertinentes ao processo de dominação e acumulação.

Nesse sentido, a problemática que envolve o tema aponta para elementos de impasse devido a aspectos que ainda não foram investigados, considerando o processo de implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira, e suas alterações na dinâmica socioeconômica desse município, e também dos treze municípios que o rodeiam, que vem sendo alterada paulatinamente e sofrerá impactos maiores em sua fase de operação. Conforme o discurso do empreendimento, a refinaria atrairá mão de obra, que, por sua vez, ampliará a demanda local, aquecendo o mercado da região. Além disso, os *royalties*¹ do petróleo ampliarão significativamente o produto da região.

Uma compilação recente dos projetos de investimento anunciados para o Maranhão, no período 2010 a 2016, atingiu a expressiva soma de R\$ 98 bilhões (cerca de 2,5 vezes o PIB estimado para o estado em 2008). Nesse montante de investimentos, 37% (R\$ 35 bilhões) relacionam-se à Refinaria Premium I, da Petrobras; 16% relacionam-se com o segmento de logística (estradas, ferrovias e ampliação das instalações portuárias); 13% com a geração e distribuição de energia (Usina Hidrelétrica de Estreito, Termelétrica do Itaqui, entre outros); 11% com o segmento minero-metalúrgico; e 4% com a atividade de reflorestamento (IMESC, 2010).

Há que se considerar o volume de investimentos que se canalizam para o Maranhão, e precisamente para o projeto da Petrobras, diante da nova crise energética vivenciada pelo mundo. Portanto, a força desses investimentos tem uma lógica de exploração e geração de riqueza e, historicamente, esta última não se estabelece no local que possui os recursos naturais.

Segundo estudos divulgados pela Petrobras, a instalação da Refinaria Premium I, prevista para o período 2010 a 2016, no município de Bacabeira (próximo à Região Metropolitana de São Luís), prevê a geração de 130 mil

¹ O termo *Royalties* tem origem inglesa e refere-se a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca ou outros fins, ou pelo autor de uma obra, que permite o uso ou a comercialização do produto, durante determinado tempo, enquanto forem pagos os direitos para o proprietário. (WIKIPÉDIA, 2013).

empregos diretos e indiretos, atingindo o pico de 35 mil empregos entre 2012 e 2013. Em sua plena operação, a Refinaria deverá processar o equivalente a 600 mil barris de petróleo ao dia, cerca de 1/3 da capacidade atual de refino de combustíveis do país e exportar metade de sua produção, sob a forma de diesel Premium, para o mercado europeu. Na fase de operação, entretanto, prevê-se a criação de cerca de 1,5 mil empregos diretos e indiretos (HOLANDA, 2011)

Diante do que é posto pelo discurso oficial do empreendimento e das correlações de forças políticas, sociais e econômicas, questionamos como esse projeto atenderá a demanda local, como os trabalhadores serão inseridos nesse processo e que medidas o governo do estado vem subsidiando no gerenciamento desse investimento na região.

No que tange às experiências recentes de instalação de projetos de grande porte, outros estados da federação, além do Maranhão, mostram que, muitas vezes, uma elevada parcela das novas oportunidades é perdida por empresas e trabalhadores locais como decorrência, em alguns casos, da inadequação da escala dos ofertantes locais, de sua incapacidade de preencher os requisitos de qualidade e gestão disseminados nos mercados de origem contratantes ou, ainda, de sua falta de certificação (SEBRAE, 2009).

Assim, a questão é se a criação desse novo mercado e a ampliação do produto irão, de fato, chegar aos atuais moradores, considerando que grande parte da população desses municípios apresenta baixa escolaridade e, por consequência, dificuldade de inserção nesse novo contexto. Some-se a isso o fato de que a Refinaria gera impactos ambientais que podem afetar as atuais dinâmicas no modo de vida e trabalho, prejudicando ainda mais essa população.

A sistemática de implantação de grandes empreendimentos visa a atingir, em larga escala, a produção e geração de capital por meio da exploração dos recursos naturais em regiões periféricas, bem como a organização e o controle do território, que se caracterizam pela grandiosidade das construções, da mobilidade do capital e da mão de obra e, ainda, exigem uma infraestrutura para que sejam instalados portos, ferrovias, energia elétrica, aeroportos, núcleos urbanos para, assim, promover seu estabelecimento (GUIMARÃES, 1995)

A exemplo de grandes projetos instalados no Maranhão, a Vale S.A. (VALE) e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) trazem consigo uma gama de exigências estruturais, além de agregarem outras empresas

transnacionais² no processo de construção e manutenção da infraestrutura, como: Camargo Correa, Odebrech, Andrade Gutierrez, Queiroz e Galvão.

Segundo dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2009), grandes projetos ou grandes empreendimentos são aqueles que recebem tratamento diferenciado na cobrança de impostos e nos incentivos fiscais específicos para a produção, por parte de alguns governos, por possuírem uma estrutura de maior capacidade de produção e geralmente uma quantidade maior de empregados e faturamento.

No que pesem as dificuldades enfrentadas para a realização da pesquisa, maiores e mais fortes são as motivações para superá-las diante da relevância da referida temática para a discussão e a apropriação de uma política de desenvolvimento para o estado e das efervescências conflituosas de interesses antagônicos envolvidos historicamente pelas lutas de classes marcadas por uma conjuntura de implantação de grandes projetos no Maranhão, o que levou a uma pesquisa histórica, cuja realização não pode prescindir de documentos e entrevistas com pessoas que diretamente estão envolvidas nesse processo.

Nesse aspecto, ressaltamos que inicialmente houve dificuldades no acesso aos documentos do projeto Premium I, aliadas à dificuldade de entrevistar os trabalhadores rurais que se encontram no enfrentamento e relação de trabalho com a terra, originalmente sua, ou naquela usurpada pela modernização das grandes empresas transnacionais² que, na ânsia do lucro, e, em nome do desenvolvimento, modificam e destroem o meio ambiente e as relações nele existentes. Por isso, foi necessário ampliar o número de visitas a Santa Quitéria para aproximação da realidade e estabelecimento de uma relação de confiança, haja vista a situação de exploração e expropriação de direitos em que se encontram. Em paralelo a essa situação, foi importante a inserção em grupos de estudos já inseridos na discussão

² Empresas transnacionais são empresas que possuem matriz num país e atuação em diversos países. Geralmente, são grandes empresas que instalam filiais em outros países em busca de mercado consumidor, energia, matéria-prima e mão de obra baratas. Essas empresas costumam produzir produtos para comercializarem nos países em que atuam ou, até mesmo, para enviarem produtos para serem vendidos no país de origem ou em outros países. Dentro do contexto atual da globalização, é muito comum as empresas multinacionais produzirem cada parte de um produto em um país diferente, com o objetivo de reduzir custos de produção. Existem também empresas multinacionais, de origem brasileira, atuando em outros países. Podemos citar como exemplo: Petrobrás, Vale do Rio Doce, Sadia, Perdigão, Weg, Alpargatas, Gerdau, entre outras. (WIKIPÉDIA, 2013).

da refinaria, o que facilitou, a *posteriori*, o acesso a materiais oficiais sobre a implantação do Projeto da Petrobras.

Cabe destacar, aqui, a centralidade que o trabalho desempenha na análise dessa questão, particularmente na sociedade capitalista, e na força da grande indústria, cuja base assenta-se na exploração da força de trabalho humana e dos recursos naturais para assegurar a acumulação do capital, cujo objetivo essencial é o lucro. Nessa sociedade o trabalho perde o seu significado ontológico, ou seja, o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza em sua busca pela satisfação das necessidades vitais para se transformar em uma atividade de prática negativa, caracterizada por uma subsunção formal e real do trabalho ao capital (MARX, 2004).

A trajetória da economia maranhense nas últimas décadas pode ser compreendida como a passagem para uma economia periférica dominada por um capital mercantil de exíguo alcance regional e amplos espaços ocupados pela produção agrícola familiar tradicional, que sofre um primeiro choque a partir da integração rodoviária com o Sudeste do país. Nos anos 1970 e 1980 são os grandes projetos governamentais (a exemplo do Projeto Grande Carajás) que induzem a um tipo de inversão industrial produtora de *commodities*³ funcionais ao processo de acumulação do capital industrial oligopolista do Sudeste.

Historicamente, a ocupação territorial do Maranhão segue uma lógica de mercado no sentido de suprir as necessidades dos países hegemônicos, devido a sua localização geográfica e condições naturais favoráveis, destacando-se: a abundância de água, terras férteis e ecossistemas.

O território maranhense encontra-se fora do polígono das secas, situando-se numa zona de transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia

³ *Commodities* é um bem fungível, ou seja, é equivalente e trocável por outro igual, independentemente de quem o produz, como por exemplo: o petróleo, a resma de papel, o leite, o cobre e os imóveis. Uma das características das *commodities* é que o seu preço é determinado como uma função do seu mercado no todo. As mercadorias físicas são ativamente transacionadas no mercado à vista e no mercado derivativo. Em geral, são matérias-primas e produtos agrícolas, tais como: minério de ferro, petróleo, carvão, etanol, sal, açúcar, café, soja, alumínio, cobre, arroz, trigo, ouro, prata, paládio e platina. Mercadorias agrícolas são bens que são cultivados; enquanto que as mercadorias pesadas são bens que são extraídos ou minerados. O que torna os produtos de base muito importantes na economia é o fato de que possuem cotação e "negociabilidade" globais; portanto, as oscilações nas cotações desses produtos de base têm impacto significativo nos fluxos financeiros mundiais, podendo causar perdas a agentes econômicos e até mesmo a países. O mercado de derivativos surgiu como uma proteção aos agentes econômicos contra perdas provocadas pela volatilidade nas cotações dos produtos de base (WIKIPÉDIA, 2013).

tropical e, ainda, em um dos pontos mais próximos dos mercados norte-americano e europeu. A figura abaixo demonstra a vantagem econômica e estratégica de acesso aos mercados internacionais e localização do empreendimento, que justifica a construção desse projeto nesta região.



Figura 1 – Mapa Mundi e situação geográfica do Brasil e do Maranhão
Fonte: Fundação Sôsândrade; Relatório de impactos ambientais, 2009.

Segundo Ferreira (2009), as ideologias geográficas, assim, podem servir de base para se interpretar o Maranhão atual. Conforme registra-se ao longo da trajetória histórica do Estado, a partir de sua localização geográfica e forças políticas.

De acordo com Ferreira, (2009) no Brasil, por exemplo, o estado também desenvolveu iniciativas visando à ampliação do conhecimento do território nacional através da “ideologia geográfica” de “unidade territorial”, almejando legitimar nas diferentes escalas e, ao mesmo tempo, subsidiar e implementar políticas territoriais indutoras.

Nesse contexto, o discurso das classes dominantes penetra as relações do comércio de que, diante da globalização, os Estados Nacionais perderam a capacidade de implementar políticas próprias.

A lógica do capital financeirizado é esta: vender um projeto ideológico sustentado pelo discurso da “harmonia de interesses” e de “cooperação internacional”, reduzindo a uma dimensão econômica e, portanto, de uma hegemonia dos países centrais sobre os periféricos.

Nessa perspectiva, observamos a ênfase ao processo de industrialização como vetor de modernização e “progresso” necessários ao “desenvolvimento”, “prosperidade” e “soberania” de uma nação. Impulsionado por essa ideologia, o discurso de Juscelino, na década de 50, reforça que:

é necessário atingir e manter uma taxa de crescimento capaz de conduzi-las à fase de um desenvolvimento razoavelmente autônomo, com base em recursos internos. Se o processo de desenvolvimento nos oferece a oportunidade histórica de nos afirmarmos como nação perante o mundo, tornando-nos prósperos, não podemos deixar que ela nos escape. (JK-DISCURSOS, 1960, 1152, p.382).

O discurso político difundido nesse período mobiliza os indivíduos da sociedade ao poder da industrialização como matriz propulsora da economia e, conseqüentemente, a esperança de ascensão social através do trabalho formal e de melhorias em todos os outros níveis, como: educação, saúde, transporte e habitação.

A ideologia do trabalho fabril está impregnada nas interpretações e análises e, muitas vezes, absorvidas no senso comum que, equivocadamente, se esquece de que o trabalho acumulado é resultado da incorporação do trabalho vivo que se dá nos campos ou nas cidades.

No campo observamos uma modernização conservadora, na qual a expansão mostrou-se contraditória, à medida que introduz elementos modernos no processo produtivo, ao mesmo tempo em que mantém a estrutura agrária arcaica, incentivando a grande empresa agrícola (pecuária, soja e reflorestamento) e expulsando violentamente pequenos posseiros e comunidades tradicionais, desorganizando assim formações sociais sem lugar de fato no processo de acumulação capitalista (MESQUITA *et al.*, 2009).

No entanto, é possível afirmar que, em muitas regiões do país, o trabalho rural mantido pela agricultura familiar ainda caracteriza-se por essa prática e resiste às influências do capital urbano-industrial. Entretanto, com a expansão das culturas de exportação e a conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais do campo, muitos

migraram para os grandes centros urbanos, enfraquecendo a cultura do trabalho na agricultura. A justificativa da ideologia capitalista para o avanço do capital no campo é de que a categoria de trabalhador rural tenderia ao desaparecimento diante do desenvolvimento capitalista. Essa teoria, no entanto, não se confirmou, porque, segundo Chayanov (1974), a vantagem da agricultura familiar com relação ao capitalismo reside no fato de que nela, por exemplo, o trabalho empregado é contínuo, independentemente da garantia de lucro. Para Kautsky (1980), apesar do desenvolvimento capitalista, a pequena exploração agrícola não desapareceria nem atingiria a máxima eficiência, mas coexistiria com a grande exploração, exatamente como temos na atual realidade brasileira.

O Maranhão insere-se no contexto do capitalismo neoliberal seguindo a política desenvolvida no âmbito federal e adotando uma política de investimentos industriais visando a atrair o capital privado nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e mão de obra barata, rotulada de desqualificada (HARVEY, 2005).

Devemos atentar, entretanto, para o fato de que o processo de modernização da economia maranhense foi e continua sendo em grande medida, liderado pelos investimentos públicos. Esse fato, bastante evidente em uma economia ainda caracterizada por pequena diversificação produtiva e exígua escala dos capitais privados, mostra como se reflete na economia maranhense outro fenômeno do capitalismo contemporâneo: o Estado torna-se um lugar central da luta pela apropriação do excedente social, alterando, irreversivelmente, a forma de financiar a acumulação privada. O Estado passa a financiar a extração de mais valia e, da mesma forma, a Seguridade passa a fazer parte dos mecanismos de operação do mercado de trabalho, ou seja, mesmo quando se financia inatividade da força de trabalho, esta não se constitui inativa do ponto de vista das necessidades da produção capitalista (OLIVEIRA, 1981).

A teoria marxista fornece importantes elementos para o entendimento da correlação entre as mudanças na estrutura produtiva e o perfil do emprego, pois concede primazia ao âmbito da produção e do lugar que esta ocupa na sociedade para determinar o lugar social dos indivíduos (MARX, 1983).

Desse modo, a relação assalariada, específica do modo de produção capitalista, só se constitui historicamente quando há separação entre produtores e meios de produção. Destarte, Cardoso (1995) enfatiza que as relações de produção

são os homens que as constroem ao produzirem os meios de produção e reproduzirem a si mesmos e à sociedade. Não é um mero desenrolar de fatos econômicos e sociais sem finalidade; possui uma direção consciente.

Na compreensão dos significados e das dimensões das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, Antunes (2004, p. 72) aponta que:

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, nesse processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. O sistema de metabolismo, sob controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham.

Considerando essa discussão, observamos que a crise capitalista que se manifestou globalmente desde os anos 70 exigiu uma nova reestruturação produtiva e encontrou no Toyotismo o poder ideológico de uma ofensiva, no âmbito da produção, em face da mundialização do capital. A ofensiva do capital na produção assume, nos termos de Gramsci (1978), o caráter de uma revolução passiva que gera no trabalhador um novo conformismo e a **agudização das desigualdades**. (grifo nosso).

Ao lado dessas desigualdades encontra-se o próprio modelo contraditório de desenvolvimento que, ideologicamente, vende um projeto de modernidade e avanços tecnológicos, aumentando as crises de desempregos e migrações campo-cidade, além de uma invasão territorial, desconsiderando a identidade local, como: costumes, modo de vida e trabalho.

A história da humanidade mostra que tanto a situação de passividade das massas como a vontade coletiva que leva um grupo à ação não são o resultado de uma simples somatória de desejos e comportamentos individuais orientados por um determinado interesse. O alicerce sobre o qual se constrói a ação organizada é constituído de valores, de ideias, de um conjunto de percepções, de práticas e vivências coletivas inter-relacionadas no contexto histórico em que se constrói uma identidade e uma visão de mundo comuns à maior parte dos sujeitos que compõem aquele agrupamento social.

Portanto, estudar e compreender o modo de vida e trabalho de uma determinada classe significa penetrar num contexto dinâmico e contraditório em que a solidez das crenças populares é um elemento indispensável para a manutenção,

para o aprimoramento ou para a superação de uma ordem social. Isso implica observar as peculiaridades do local, das vivências, do trabalho humano, desvendar os mecanismos de sua produção, reprodução e superação, e evidenciar, entre eles, os que constituem a base sobre a qual irá ser construída a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade de se tornar classe dirigente, de possibilidades de escolhas ou de consciência do processo em que estão inseridos.

Nessa perspectiva, a cultura é um modo de vida dos membros de uma sociedade ou grupos dessa sociedade e suas formas de casamento, família, cerimônias religiosas, vestuário, trabalho, crenças, ideias e valores constituem as relações do cotidiano da vida humana.

Partindo de uma análise gramsciana, a cultura é entendida como concepção de mundo, conduta moral, ideias e opiniões. As concepções de mundo, por sua vez, nascem, consolidam-se e desenvolvem-se a partir do entrelaçar-se das relações nas quais os indivíduos, ou os agrupamentos humanos, já estão inseridos. É o caso, por exemplo, do ambiente familiar, do peso das tradições locais, da realidade política, econômica e cultural do lugar onde o indivíduo nasceu, e na qual foi formado, e das que eles tecem e desenvolvem na sociedade. Isso significa que toda concepção de mundo é ao mesmo tempo expressão das relações de produção dominantes num dado agrupamento humano e da ordem, por elas estabelecida, de um determinado grau de reflexão pessoal e coletiva sobre a realidade por elas criada e um dos fatores que a cada momento tende a consolidar, atualizar ou superar os limites dessa ordem.

Gramsci (1982) ainda amplia a concepção de cultura desmistificando a ideia de uma cultura erudita, “enciclopédica”, em que só alguns possuem pela capacidade de acumular dados e de se considerarem intelectuais. Defende a compreensão de cultura como um processo de autodomínio e de autoconhecimento que seria a base de uma consciência crítica, capaz de possibilitar à classe trabalhadora a superação da compreensão fragmentada e imediata da realidade social em que está inserido e alcançar uma dimensão coletiva, unitária e revolucionária.

Nessa perspectiva, modo de vida é compreendido como um conjunto de valores, costumes e práticas que compõem um ponto de convergência entre as pessoas e grupos diferenciados em que a identidade é a situação de classe e, mais precisamente, as condições em que esta classe vive, trabalha, organiza-se e, ao

mesmo tempo, pensa e problematiza sua vida em sociedade, podendo ampliar e conceber um outro modo de vida ou uma outra cultura em seu sentido mais amplo.

Nesse sentido, Gramsci afirma que:

a revolução proletária pressupõe um novo conjunto de normas, novas maneiras de sentir, pensar e viver que, construídas a partir do modo de vida das classes trabalhadoras, deverão se tornar dominantes em uma sociedade pós-revolucionária. Assim, paralelamente à questão de conquistar o poder econômico e político, o proletariado deve se colocar também o problema de conquistar o poder intelectual, organizando-se culturalmente para a produção de novos valores, de uma nova “concepção de mundo” (GRAMSCI, 1982, p.67).

Diante do que é proposto pelo megaempreendimento em processo de implantação, em Bacabeira, e do discurso de “progresso” e “desenvolvimento” para a região, há de se questionar como a classe trabalhadora está sendo absorvida, como os moradores do povoado de Santa Quitéria estão enfrentando diretamente esse processo no seu modo de vida e trabalho.

Ideologicamente, o desenvolvimento é associado à modernidade, a melhorias na infraestrutura, ao crescimento econômico, a oportunidades de trabalho, entre outras vantagens. No entanto, o discurso apologético do poder não expressa as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista. É com apropriação e expropriação de poucos e muitos, respectivamente, tanto dos meios de produção quanto da riqueza produzida, que se expressam essas contradições.

Conforme afirma Furtado (1974) sobre o mito do desenvolvimento econômico:

o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro em crescente homogeneização e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a se acentuar, traduzido por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população (FURTADO, 1974, p. 69).

A partir desse contexto, conflitos sociais emergem diante da complexidade das situações que expressam a realidade da comunidade local ante o processo de desenvolvimento e apropriação do espaço regional. Devemos considerar que o estado do Maranhão, historicamente, está situado na periferia do capitalismo mundial, no qual as relações se configuram na primazia dos países e regiões hegemônicas sobre as periféricas, desconsiderando as realidades e culturas

intrínsecas ao local, resultando em um desenvolvimento desigual, sem considerar as diferentes dimensões e expressões territoriais, redirecionando os recursos existentes nessa região em favor de um mercado transnacional.

Na ótica de Oliveira (1981, p. 59), região constitui-se como:

[...] qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem dúvida, a geográfica, no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômico-histórica baseada num certo espaço característico.

Nessa perspectiva, pensar em desenvolvimento regional requer a discussão sobre a regionalização em observância às questões etnocêntricas e comunitárias contrapondo-se às imposições imperialistas e de subordinação a uma formação social dependente. Requer implementações de políticas que regulem esse processo de maneira a considerar os padrões de vida, costumes e valores ambientais e culturais.

Diante do exposto, é necessário compreender o processo de implantação do Projeto Premium I em Bacabeira ante as atividades de exploração da Petrobrás e de como a classe trabalhadora vem se organizando: inserindo-se em um novo modelo de trabalho ou resistindo às formas de exploração e expropriação desse modelo?

Nesse contexto, pensar em desenvolvimento regional remete à compreensão do próprio significado de desenvolvimento. Para tanto, buscamos, como referencial teórico para Desenvolvimento, Furtado (1974), compreendendo o desenvolvimento como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – pré-existentes ou criadas pela própria mudança – é satisfeito através de diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas; e Harvey (2004), referindo-se ao desenvolvimento numa concepção ampliada, além do crescimento econômico e a forma como este é distribuído na sociedade, considerando a redução da pobreza, a elevação dos salários e de outras formas de renda, ao aumento da produtividade do trabalho e à repartição dos ganhos deles decorrentes, à melhoria das condições habitacionais, ao maior acesso à saúde e à educação e à melhor qualidade de vida, envolvendo inclusive condições de transporte, segurança e baixos níveis de poluição.

Nesse sentido, a compreensão de desenvolvimento deve estar associada ao resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relações que lhe é próprio e não, simplesmente um modelo a ser seguido.

O “desenvolvimento” ou “modernização” é veiculado ideologicamente pelo processo tecnológico e de industrialização. No entanto, a história nos mostra as contradições e forças políticas contrárias ao que é disseminado, principalmente nos países periféricos, oriundos de um processo de colonização desigual e excludente, proveniente de uma relação de dependência econômica e cultural.

A problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica, reside na dualidade entre a constituição da Nação e a divisão internacional do trabalho convertida em periferia, numa economia comandada por decisões tomadas pelos países centrais para atender a uma demanda externa (LESSA, 2005).

Partindo desse contexto, como compreendemos esse processo no Maranhão?

Qual a lógica da implantação de grandes projetos minero-siderúrgicos nessa região?

Como os trabalhadores rurais organizam-se diante da perspectiva de implantação do Projeto da Petrobras? Resistindo ao processo ou por meio de outras formas de (re)organização no trabalho?

Como o processo desenvolvido na perspectiva de implantação da Refinaria Premium I tem modificado as relações de trabalho e modo de vida desses trabalhadores?

Dessa forma, em toda trajetória da pesquisa, no que concerne à temática em questão, o método materialismo histórico dialético norteou o processo investigativo, partindo da realidade concreta em seus determinantes e suas determinações de um dado processo social, enfatizando sua dimensão histórica, o contexto da realidade pesquisada, de suas correlações de forças e conflitos sociais existentes a partir das relações sociais estabelecidas e dos interesses de classes antagônicas. Nessa perspectiva, consideramos a situação dos trabalhadores rurais no povoado de Santa Quitéria, seus modos de vida, padrões, uso dos recursos, relações com o ambiente, formas políticas e culturais, associando ao processo de implantação do Projeto e suas implicações no contexto histórico e político desses trabalhadores, bem como o papel do Estado.

Nessa direção, priorizamos a análise dos determinantes e determinações do processo desenvolvido a partir da perspectiva de implantação da Refinaria Premium I, no período de 2010 a 2013, considerando o início da obra de terraplanagem e tempo previsto para a conclusão desta etapa de estudo e investigação no programa de pós-graduação, confrontando o discurso do desenvolvimento para a região do Maranhão e suas implicações no modo de vida e trabalho das quinhentas famílias residentes no povoado de Santa Quitéria e, dentre elas, selecionamos uma amostragem de cinquenta famílias, correspondendo a 10% da amostragem, considerando os critérios de estarem na condição de posseiros, de permanência e resistência no povoado e do trabalho proveniente do uso da terra ocupada ou das mudanças provenientes a partir da oferta de trabalho pela Refinaria Premium I.

Portanto, para essa análise, impõe-se o reconhecimento dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, na qualidade de integrantes de uma classe social, num dado contexto histórico, considerando as relações de trabalho, a acumulação do capital, as desigualdades sociais, regionais e local e a relação desses sujeitos com o estado.

Dessa forma, as categorias analíticas: totalidade, contradição e história são fundamentais na análise do objeto de estudo em questão, inseridas no referencial teórico- metodológico mencionado. Enquanto categorias essenciais e configuradoras do objeto de estudo, destacamos: desenvolvimento, trabalho, modo de vida e organização política.

Nos procedimentos de análise priorizamos a abordagem qualitativa, tendo como referência os fundamentos histórico-conceituais pertinentes à configuração aproximada do objeto de estudo, já mencionados acima, a partir dos estudos nos autores: MARX(1983), ENGELS (2010), GRAMSCI(1982), FURTADO (1996), LUKÁCS (1978), ANTUNES (1999), MOTA (2000), LESSA (2005), CARDOSO (1978), CARDOSO (1995), OLIVEIRA (1981), HARVEY (2004), KAUTSKY (1980), MÉSZÁROS (2002), CHESNAIS (1996), FEITOSA (1994), BARBOSA (2006), MENDONÇA (2006) e HOLANDA (2008), considerando as particularidades do Maranhão.

Todo o processo investigativo foi realizado por meio de uma análise bibliográfica e documental acerca dos programas e projetos existentes sobre geração de emprego e renda no Brasil e no Maranhão, na última década;

levantamento das informações estatísticas disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), as políticas Federais de geração de emprego e renda em andamento no estado do Maranhão: Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP), e pelo SEBRAE, no sentido de mapear as características socioeconômicas do desenvolvimento regional do Maranhão e levantamento de dados acerca da proposta da política de desenvolvimento regional a partir do processo de instalação e operação dos novos investimentos de uma Refinaria de grande porte como o Projeto Premium I.

No que se refere à pesquisa empírica, foi desenvolvida no município de Bacabeira-MA, local da construção do projeto da Refinaria Premium I, no povoado de Santa Quitéria, considerando sua localização de impacto direto e indireto, e da permanência das famílias de trabalhadores rurais na área, que se encontram no auge do conflito de terra junto a um suposto dono. Para tanto, utilizamos de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores rurais, observação direta e acompanhamento nas audiências públicas.

Assim, a partir de uma amostra quantitativa, priorizamos, na pesquisa, uma análise qualitativa que não parte do critério numérico para garantir sua representatividade, buscando-se delimitar o referido universo a partir da escolha dos sujeitos, cuja vinculação foi mais significativa para o problema investigado (MINAYO, 1998, p.27)

Os resultados da pesquisa foram então sistematizados em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, discutimos a mundialização do capitalismo e as metamorfoses do mundo do trabalho, enfocando a categoria trabalho como fundante do ser social e sua centralidade no processo de produção e reprodução das relações sociais existentes.

Nesse aspecto, apontamos o processo de reestruturação produtiva e seus arranjos como repostas a atual crise do capitalismo e de acumulação do capital internacionalizado, sendo representado através da implantação de grandes empreendimentos nos países periféricos, característica marcante dessa reorganização econômica global e da crescente realocação de atividades industriais, das grandes regiões manufatureiras para regiões semi-industrializadas, onde ainda predominam abundantes fontes de recursos naturais e mão de obra barata e desorganizada politicamente.

No segundo capítulo apresentamos um resgate histórico sobre a ideologia desenvolvimentista como um processo hegemônico e numa relação necessária ao processo de acumulação e reprodução da dependência, bem como a discussão em torno da resposta do capital a sua crise estruturante através da política neoliberal, desertando o Estado Keynesiano, e da política de bem estar social, na defesa de políticas privatistas, desmantelando empresas estatais em prol de negociações internacionais e transnacionais. Ainda nesse contexto, situamos o Maranhão na conjuntura de industrialização e privatizações de uma terra que não é mais “das palmeiras”, mas de uma nova organização econômica, mundial e histórica.

No último capítulo destacamos os grandes empreendimentos no Maranhão, apontando a lógica da implantação desses empreendimentos nessa região, o discurso do progresso, da modernização, do desenvolvimento, da geração de empregos e de melhoria na infraestrutura e, precisamente, a implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira, e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais do povoado de Santa Quitéria.

Em seguida, apresentamos uma conclusão sobre a temática em questão, numa relação de aproximação sucessiva à realidade. Não temos a pretensão de ter esgotado o problema proposto e muito menos que sejam as minhas conclusões, as únicas possíveis, ou mesmo as melhores, diante da certeza de que, em se tratando de trabalho científico, sempre existirão lacunas e retificações a serem feitas em futuras pesquisas, sendo essa uma característica inerente à própria ciência dos homens e do próprio processo dialético. A esse respeito, concordamos com Engels (2010, p.37) quando afirma que apresentar o resultado de um trabalho é um esforço de demonstrar a voz e as esperanças de pessoas e, por isso, uma tarefa que não é fácil.

Trabalhadores! É a vós que dedico uma obra na qual me esforcei por apresentar, aos meus compatriotas, um quadro fiel de vossas condições de vida, de vossos sofrimentos e lutas, de vossas esperanças e perspectivas. Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais. Contudo, não me contentei com isso: não me interessava o conhecimento apenas abstrato de meu tema - eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos, eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores.

Que no transcorrer desta leitura sejam descobertos novos caminhos e desafios, pois a conclusão deste estudo tem voz, reflexões e pesquisas, mas, sobretudo, é movida pelo tempo e pelas inquietações que envolvem a vida dos sujeitos que aqui têm a sua história e, portanto, possibilidades de novas conquistas e mudanças.

2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo situar a mundialização do capitalismo e as metamorfoses no mundo do trabalho que tanto apresentam mudanças na divisão internacional do trabalho e como estas redefinem a organização do trabalho coletivo. Discorreremos sobre as transformações sofridas na esfera da produção, destacando seus impactos no processo de acumulação capitalista, na gestão do trabalho e nos modos de ser e viver da classe trabalhadora, assim como os mecanismos utilizados pelo capital para o seu enfrentamento, pautados na reestruturação produtiva, na mundialização financeira, nos mecanismos de gestão do trabalho e nas estratégias de construção da hegemonia do grande capital, evidenciados pelas implantações de grandes empreendimentos em países periféricos.

Segundo Mészáros (2002), o capitalismo encontra suas estratégias de superação das crises existentes no sistema de produção e acumulação de riquezas, criando um sistema de metabolismo social do capital, isto é, o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital.

Nesse contexto, o mundo do trabalho vivencia mudanças estruturais para atender as necessidades de exploração e acumulação do capital, subordinando o trabalho a estas condições, em que os trabalhadores tornam-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada para atender um sistema de produção estabelecido pela supremacia do mercado, com uma ofensiva política e social que garanta ao capital desenvolver-se e fluir entre as Nações, impondo aos países mais fracos as políticas de liberação, privatização e desregulamentação de relações no mundo do trabalho e de retrocessos trabalhistas anteriormente conquistados.

Nesse sentido, a discussão sobre a categoria trabalho torna-se pertinente e fundamental para analisar as metamorfoses do mundo do trabalho e de suas nuances na conjuntura do capital globalizado e da crise econômica mundial.

2.1 O trabalho como categoria fundante do ser social

Para Marx, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, literalmente expressa no V capítulo de o Capital:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Diferente do que ocorre no mundo animal, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente[...]. (MARX, 2004, p.149).

Nessa perspectiva, não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência do homem na sociedade. Supõe a existência da natureza previamente a existência da sociedade e que, ao longo da história, os objetos produzidos para transformação da natureza podem ser modificados conforme a necessidade humana, pois idealmente se constrói na consciência para transformá-la materialmente na busca de satisfação de suas necessidades em seu tempo e em sua história.

O ser humano transforma a natureza segundo seu objetivo, sua finalidade. Sua ação é direcionada pela finalidade que se quer atingir; buscam-se os meios para transformar a matéria natural em objetivo a alcançar. Essa relação é articulada e ao mesmo tempo de rupturas e novas unidades.

O trabalho é a atividade humana que medeia e regula a troca orgânica do homem com a natureza, tendo em vista transformar objetos naturais em valores de uso. O produto dessa relação passa a ser um produto social e não mais puramente natural.

Nesse sentido, o trabalho se apresenta como protoforma do ser social, gênese do processo de sociabilidade, na medida em que é condição natural e eterna da vida humana.

Seguindo o pensamento de Marx, Lukács também coloca o trabalho como sendo a categoria fundante do ser social. No contexto da ontologia lukacsiana, isso

significa que, por um lado, a gênese da categoria do trabalho corresponde à gênese de um novo ser, de uma nova essência diferente do ser apenas natural. Por outro lado, também existe a característica de que o trabalho fornece a protoforma da práxis humana e social, a relação entre o estado orgânico e o inorgânico.

Compreendendo o ser humano como um ser social, Lukács, ao referir-se sobre a ontologia do ser social, faz a seguinte ressalva:

[...] não seremos capazes de captar sua especificidade (do ser social) se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico (LUKÁCS, 1978, p. 03).

Sendo assim, na ontologia marxiana-lukacsiana, os homens somente podem oferecer condições para a existência de sua vida se continuamente realizarem transformações concretas sobre a natureza na qual estão inseridos. Ao mesmo tempo em que transforma objetivamente a natureza, o homem transforma-se a si mesmo enquanto sujeito.

A discussão sobre a centralidade do trabalho coloca o desafio de analisar as contradições atuais nos modos de produção capitalista, compreendendo que, apesar da diminuição quantitativa dos trabalhadores diretamente na produção do capital, o trabalho permanece como categoria central na criação de valor nesse modo de produção e, portanto, categoria fundante para compreender e explicar as relações sociais de produção na sociedade.

O trabalho nunca deixou de ser realizado por homens e mulheres ao longo da história. Mudam-se os meios e instrumentos de trabalho, as relações sociais de produção, mas ele continua assumindo uma centralidade fundante do ser social e no conjunto de atividades intelectuais e manuais organizadas pela espécie humana e aplicada sobre a natureza, visando a assegurar sua existência.

Sendo assim, os homens, para existirem, devem ser capazes de se reproduzirem enquanto seres humanos; forma específica dessa reprodução é dada por uma peculiar relação dos seres humanos com a natureza através do trabalho, ou seja, a própria existência e perpetuação da espécie.

Nesse sentido, o trabalho emerge como categoria central do ser social. Centrar o trabalho como categoria fundante significa constatar que a determinação histórica do ser humano não é só o processo de conhecimento, mas, sim, a vida

social do contexto em que ela está inserida. É a vida social, o meio, as relações construídas que determinam o ser e não a ideia deste sobre a sociedade.

Assim, o conceito de trabalho em Marx não se limita ao conceito econômico cotidiano do trabalho como meramente ocupação ou tarefa, mas como categoria central nas relações sociais, nas relações dos homens com a natureza e com outros homens porque esta é sua atividade vital. A espécie humana produz e reproduz a vida através da atividade essencial e vital que é o trabalho.

Nasci e me criei aqui; aprendi com o meu pai o valor da terra e ele aprendeu com o meu avô, assim como meu filho vai aprender comigo. Isso ninguém me tira! Posso não ter os estudos, não sou um “doutor”, mas sei que eu e minha família vivemos dessa terra; moramos aqui, sei cada plantinha que aqui tem, plantei para comer, tem o suor do meu trabalho, do meu esforço e dou meu sangue para manter o que construí. Isso eu te digo! (DEPOIMENTO DO LÍDER DO POVOADO DE SANTA QUITÉRIA, 2012).

O valor agregado ao trabalho como existência humana perpassa pelas condições essenciais da sobrevivência, da perpetuação da espécie e da cultura e das relações sociais estabelecidas em uma determinada sociedade e em sua época.

Fundamentado nas concepções da dialética do concreto de Marx, Lukács reforça que, sem o trabalho, o ser humano não poderia existir socialmente. Dessa forma, é a partir do trabalho que o ser humano, ser social, diferencia-se de outras formas pré-humanas na história. A espécie humana é dotada de consciência e, por isso, tem a possibilidade de planejar antes de transformar a natureza.

Atualmente, devido ao mundo do trabalho globalizado, existe o debate do fim da centralidade do trabalho, respaldando-se na teoria de que o trabalho perdeu sua característica central na estruturação das relações sociais. Essa discussão toma fôlego a partir da reestruturação produtiva, com o discurso da substituição da sociedade do trabalho pela sociedade do conhecimento e do tempo livre.

Nas últimas décadas, a negação da centralidade do trabalho enquanto atividade capaz de modificar as relações sociais e a própria existência humana ganha força na afirmação da substituição do trabalho pela ciência como principal fonte produtiva. Nessa perspectiva, os autores como André Gorz e Clauss Offe afirmam que: o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas de autoestima e das referências sociais assim como orientações morais (OFFE, 1989, p.7).

Esses autores trazem o debate das mudanças referentes ao mundo do trabalho, às alterações ocorridas nas forças produtivas e, conseqüentemente, nas relações de produção. Argumentam que essas transformações estão levando ao fim da centralidade do trabalho como atividade norteadora e fundadora de identidade coletiva, ou seja, perda deste enquanto categoria constituinte e constituidora dos modos de agir, sentir, pensar e organizar de uma determinada sociedade. Partem da argumentação de que a emergência de novas tecnologias da informação e da comunicação, introduzidas por meio da revolução da microeletrônica e da informática, levam a uma desvalorização do trabalho como eixo organizador das relações sociais, acarretando na centralidade do que se denomina sociedade do conhecimento e da informação para a compreensão da realidade atual.

Tal revolução, cibernética e robótica, inauguram uma nova ordem, cujas conseqüências mais viáveis são: o aumento do desemprego e o emprego da natureza tecnológica. Segundo o mesmo autor, essa nova classe, que vive a vulnerabilidade do presente, não possui nenhuma concepção de sociedade futura; não pode ser definida, como Marx postulou, a partir de sua inserção no processo social de produção, posto que o trabalho, para Gorz (1982), não é mais a atividade principal.

Nessa perspectiva, existe uma substituição crescente e contínua da velha classe operária por uma nova classe que ele denomina de uma não classe de trabalhadores, composta pelas pessoas que foram expulsas do mercado formal assalariado, desempregados, trabalhadores em tempo parcial e temporários, a partir do incremento do processo de automação e informatização. Assim, a não classe de trabalhadores, ao contrário do proletariado tradicional, tem emprego como atividade provisória, acidental e contingente. (GORZ, 1982, p. 89)

Para Gorz (1982) e Offe (1989), a utopia da sociedade do trabalho teria chegado ao fim. O aumento do desemprego impossibilita o trabalho de continuar como categoria capaz de sustentar a estabilidade, a segurança e identidades coletivas, bem como de se manter como eixo central da existência humana.

Clauss Offe aponta para o crescimento do setor de serviço como sendo constituído por uma racionalidade específica que o distingue do setor industrial. Essa distinção descrita por Offe (1989) implica uma maior diferenciação interna da coletividade dos trabalhadores assalariados. Dessa forma, segundo o autor:

A diferenciação interna e contínua da coletividade dos trabalhadores assalariados, assim como a erosão dos alicerces culturais e políticos de uma identidade coletiva centrada no trabalho, ampliou esses dilemas das formas de trabalho assalariado ou da dependência com relação ao salário não ser mais o foco de intenção coletiva e de divisão social e política (OFFE, 1989, p. 177).

O crescimento do setor de serviço, o declínio da participação dos trabalhadores do setor industrial, o desemprego, a expansão do emprego parcial e terceirizado, a crise do estado de bem estar social e a fragmentação da sociedade salarial sugerem, para o autor supracitado, o declínio da ética e centralidade do trabalho, haja vista que este ocupa cada vez menos espaço como continuidade, como essência da existência, tornando-se na maioria dos casos, uma exceção.

Nesse sentido, explicita que, cada vez mais, a produção de bens e serviços ocorre fora da estrutura institucional do trabalho assalariado formal e contratual. Além disso, o autor também aponta para a ampliação do tempo livre como uma tendência de mercado. Há uma visível diminuição do tempo de trabalho na totalidade da vida das pessoas, cedendo lugar para outras experiências que se colocam para além do trabalho, em virtude do “aumento do tempo livre”.

No entanto, Gorz (1982) e Offe (1989), na atual fase do capitalismo-imperialista e no intuito de justificarem a situação dos empregos que exigem atividades mais intelectualizadas e menos braçais, os quais se priorizam o conhecimento e a criatividade e, conseqüentemente, uma diminuição de trabalhadores na produção de mercadorias, não atentam para a essência do modo de produção capitalista, ocultando as relações que são criadas a partir dele. Assim, os referidos autores, no afã de justificarem as necessidades geradas pelo próprio capitalismo como estratégia de exploração da mais valia absoluta e relativa, acabam retratando a aparência do que se registra no mercado.

Ao observar a realidade do trabalho e o modo de vida dos trabalhadores rurais do povoado de Santa Quitéria, poderia fundamentar que as mudanças nas relações de trabalho geradas a partir do processo de implantação da Refinaria Premium I seria o fim da sociedade do trabalho? As estratégias utilizadas por eles na luta pela sobrevivência, seja sendo absorvidos pela empresa ou novas técnicas de plantio e luta pela posse da terra, seria a perda da essência do trabalho como categoria fundante de sua existência? Pela utilização de máquinas no processo de terraplanagem na construção da Refinaria haveria a substituição do trabalho

humano pela tecnologia ou ela pode estar a serviço do trabalho humano dentro da lógica capitalista?



Figura 2 – Etapa inicial de terraplanagem da Refinaria Premium I
Fonte: Própria autora visita à obra (Nov./2011).

Segundo dados fornecidos pelo setor de Engenharia da Petrobrás, foram absorvidas mãos de obras para a primeira etapa com o serviço de terraplanagem, sendo assim distribuídas pelos municípios: Bacabeira, com 30% de mão de obra contratada, seguida por 25% de Rosário, 9% de Santa Rita e 15% de São Luís. Assim, observamos que, mesmo tendo máquinas funcionando, historicamente é necessária a consciência humana para planejar, construir as máquinas e operacionalizá-las. Mudam as relações de trabalho, as exigências quanto à divisão sócio-técnica do trabalho e seu processo de alienação, as formas de produção (considerando o tempo e espaço), a diminuição de contratação de mão de obra e o aumento do exército industrial de reserva, mas nunca a substituição do trabalho humano.

Considerando a realidade de Santa Quitéria, na qual 70% dos trabalhadores entrevistados consideram o trabalho como condição fundamental de sua existência, podemos observar, a partir da realidade de quem trabalha com a

terra, que esse significado de trabalho tem uma relação intrínseca com a vida, com a sobrevivência.

A tabela a seguir demonstra a compreensão dos 50(cinquenta) trabalhadores entrevistados, cada um representando uma família residente em Santa Quitéria, no que se refere ao entendimento sobre trabalho.

Tabela 1- Entendimento dos trabalhadores sobre trabalho

Entendimento sobre trabalho	Número de respostas	Porcentagem
Coisa boa, ninguém vive sem, adquirir o pão de cada dia, sobrevivência.	35	70
Esforço físico	1	2
Vender e comprar mercadoria	2	4
Ser cidadão reconhecido, com carteira assinada e direitos trabalhistas.	4	8
Ter recursos financeiros	4	8
Ter as coisas e não depender do marido	1	2
Divisão de tarefas	1	2
Não soube explicar	2	4
Total	50	100

Fonte: Própria autora coleta em campo entrevista (maio/2013).

Constata-se que 8% dos entrevistados concebem o trabalho na esfera da formalidade, com direitos trabalhistas e carteira assinada; assim sentem-se pertencentes ao mercado de trabalho e, por isso, cidadãos, o que gera grandes expectativas quanto à instalação da Refinaria no local, a possibilidade de serem absorvidos pela empresa e, portanto, se sentirem incluídos.

O “culto ao trabalho formal” é perfeitamente compreendido quando se analisa: a situação de desemprego e informalidade, condições de trabalho e renda MOTTA (2012), explicita que:

No Brasil [...], embora, rigorosamente, não tenha havido um estado de bem estar social, emergiram, à época, benefícios ocupacionais destinados aos trabalhadores empregados com carteira assinada, os quais foram definidores de uma cidadania de empresa de que não participavam os desempregados e os trabalhadores informais. Excluída a possibilidade do salário, há que se oferecer, aos desempregados e trabalhadores precarizados e informais, mecanismos de reprodução da força de trabalho. (MOTTA, 2012, p.197)

Nesse sentido, as condições mínimas devem ser garantidas pelo Estado, sendo materializadas por Programas de transferência de renda, o que traduz, ao trabalhador, sua incapacidade de gerir a si e a sua família, **tornando-se “dependente” do auxílio do Estado e encarcerado ao processo de dominação.** (grifo nosso).

Seguindo essa lógica, 8% dos entrevistados referem-se aos recursos financeiros, de terem condições de obter não somente o sustento, mas de poderem escolher e programar o que comprar, ter conforto para a família, “ser dono do seu destino”.

A questão financeira é apontada para outros 8% dos entrevistados como condição de liberdade, norteadas inclusive pelos princípios ideológicos do capitalismo. Aliada à questão financeira, observa-se em outras respostas, como: “não depender do marido” e “no dividir tarefas” e responsabilidades, a conotação de liberdade e independência que envolve questões de gênero no âmbito do trabalho, no que concerne à função histórica de quem provê e de quem mantém a família.

Dessa forma, o trabalho, em qualquer condição, é essencial para a vida humana, seja como sobrevivência ou como suposta independência.

Transformar trabalhadores independentes em trabalhadores assalariados pressupõe modificar o processo histórico de separação entre os meios de produção e os produtores, ou seja, significaria mudar as relações de dominação estabelecidas pela propriedade privada, inerentes ao processo de acumulação capitalista.

Marx (1984) afirma que os trabalhadores, separados dos meios de produção e tornados livres como os pássaros, eis que, nesta sociedade da propriedade privada, os sujeitos que produzem não são nem propriedade nem proprietários. O pobre é em toda parte subjugado (MARX, 1984, p.266).

Assim, tanto o trabalho assalariado como o da informalidade encontram-se na esfera da produção e reprodução do capital e, portanto, estão nas relações de

precarização, exploração e expropriação da força de trabalho, mas, ainda assim, são essencialmente uma condição fundamental para a existência humana.

Na realidade de trabalhadores que historicamente vivem da terra, embora as metamorfoses ocorridas, desde meados da década de 1970, no processo da divisão social e técnica do trabalho, a relação com a natureza e o estabelecimento de uma cultura de cultivo transpõem as barreiras ideológicas da oferta desigual no mercado de trabalho e reforçam a categoria trabalho como condição de subsistência. Em Santa Quitéria, essa relação ainda é presente.



Figura 3 – Trabalhador de Santa Quitéria no seu açude e criatório de peixes
Fonte: Própria autora (11/05/2013)

Trabalho para mim é uma coisa muito boa, ah! Sem o trabalho ninguém vive né moça? Como é que nós come? Sem trabalho não dá não. Não sei lhe falar muito bem, mas só sei lhe dizer que trabalho é o que faço na minha roça e no meu açude; dá trabalho e é para quem sabe trabalhar nisso. (A.F.F., 56 anos, lavrador e pescador em Santa Quitéria).

O Sr. A.F.F. reside há 13 anos em Santa Quitéria, trabalha com o plantio e pesca durante 40 anos de sua existência e compreende que o trabalho é a essência da vida; por isso, é a categoria fundante do ser social. É importante salientar que ele compreende o trabalho como esse esforço físico e mental quando afirma que nem todos “sabem trabalhar nisso”; e, ao mesmo tempo, “dá trabalho”, ou seja, não há separação entre o pensar e o agir, entre o trabalho intelectual e braçal, pois mesmo o trabalho “na roça” e na “pesca” requerem conhecimento e práticas específicas.

Assim, em contraposição a Gorz (1982) e Offe (1989) e corroborando com os autores Ricardo Antunes (2009) e José Henrique Organista (2006), reafirmamos, na contemporaneidade, o trabalho como categoria fundante do ser social. Reconhecemos o impacto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como que a sociedade se apresenta em grau maior de complexidade, heterogeneização e fragmentação dessa categoria que permanece como categoria fundamental para compreender a sociedade contemporânea.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo. Essas interpretações entre atividades laborativas e ciências associam e articulam a potência constituinte do trabalho vivo à potência constitutiva do conhecimento tecno-científico na produção de valores (materiais ou imateriais). O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro “faça cair por terra” o segundo. Várias experiências, das quais o projeto saturno da General Motors é exemplar, fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo, minimizando e desconsiderando o trabalho. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores (ANTUNES, 2009, p. 123).

Mesmo reconhecendo as mutações do mundo do trabalho, o acirramento da questão social e as transformações presenciadas nos países do centro e da periferia do capital, é imprescindível atentar para o fato de que, apesar da fragmentação e da flexibilização no mundo do trabalho, mesmo com a diminuição quantitativa do trabalho vivo e aumento do trabalho morto de forma quantitativa, o assalariamento continua predominante no mundo do trabalho, utilizando outros discursos, como: terceirização e contratação direta de autônomos ou, até mesmo, de “tempo livre”.

Assim, esta afirmação de que o trabalho enquanto categoria perdeu seu valor na sociedade contemporânea é uma análise aparente da situação apresentada pelo modo de produção capitalista, inclusive pelas mutações oriundas desse processo de geração e acumulação de riqueza e de exclusão econômica, política e social.

Na análise da questão, não se pode reduzir emprego ao trabalho. Por isso a dificuldade em apreender que apesar do desemprego em massa, o trabalho continua como valor central na vida das pessoas, seja pelo caráter moral, seja para suprir as necessidades físicas essenciais e reprodução da espécie, pois a categoria trabalho valoriza o capital.

Reconhecer a mundialização do capital e as mudanças no mundo do trabalho é o grande desafio de não ficar simplesmente na aparência de novas estruturas apresentadas e buscar na essência suas relações, compreendendo a dupla dimensão da categoria trabalho no capitalismo: trabalho concreto e trabalho abstrato, como discute Antunes.

Assim, ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre um papel decisivo na criação de valor de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (ANTUNES, 2004, p.83).

Em uma sociedade produtora de mercadorias, o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato. Nesse sentido, é relevante estar atento à distinção do trabalho concreto e do trabalho abstrato. O trabalho abstrato pode ser eliminado com o fim dos modos de produção capitalista, porém o trabalho concreto é uma ação histórica produtora de coisas socialmente úteis.

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria e instaurar uma sociedade fundada na autoatividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra, no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador (ANTUNES, 1999, p. 96).

No capitalismo, as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora são atingidas de forma intensa e destrutiva, quando a propriedade privada dos meios de produção determina a intensidade e o ritmo acelerado do trabalho, bem como o aumento da sua jornada.

Mesmo com a atual fase de reestruturação do capital, o principal fundamento ontológico do trabalho segue historicamente o mesmo sentido. Todo ser vivo tem que transformar a natureza para sobreviver. E, para que seja capaz de transformar a natureza, tem que estabelecer um intercâmbio com ela. Nesse processo, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo.

O que se verifica na sociedade contemporânea é que o capital trouxe velhas formas de produzir, com novas roupagens. Isso não significa que o capital exclua o trabalho vivo. Longe disso! Ao fragmentar, exteriorizar e precarizar as relações de trabalho, ele tem se utilizado do trabalho vivo e incrementado a articulação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Dessa forma, as modificações no mundo do trabalho não significam transformações profundas nas relações sociais de produção. O trabalho permanece como categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque é a forma mais simples e mais objetiva que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. As relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho são a base das relações sociais.

Torna-se imprescindível recuperar o sentido do trabalho como instrumento eminentemente humano, como um processo de construção coletiva do sujeito social. Dessa forma, a categoria trabalho, como eixo central na formação das relações sociais, derruba a teoria que nega a sua centralidade com a justificativa de substituição do trabalho pela ciência, a mercadoria pela esfera da comunicação e da produção pela informação.

Assim, reafirmamos a importância de conceber a centralidade do trabalho para a classe trabalhadora e compreender a reestruturação produtiva em face da atual crise capitalista e das condições a que esta classe se submete pela condição de sobrevivência.

2.2 A reestruturação produtiva na atual crise do capitalismo e o papel do Estado: novos discursos, velhos problemas

A economia capitalista, segundo Netto (2009), funciona através de ciclos de expansão e crise, de momentos de alta e baixa produtividade.

O sistema econômico funciona a partir do ciclo de produção em que se apresentam lucros e investimentos dos capitalistas. E, quando no processo, esse lucro cai, criam-se novas estratégias de produção para atravessar ou superar a crise.

De acordo com Netto (2009), as crises são inevitáveis e características inerentes ao capitalismo. O que muda é a duração e a intensidade. Durante as crises, outras condições são criadas para superação e geralmente repercutem na redução de salários dos trabalhadores, subempregos e desempregos, o que aumenta as desigualdades sociais entre países, regiões e classes sociais.

A Crise de 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930 repercutiram numa desestruturação da economia mundial, levando os países a criarem projetos nacionais de desenvolvimento baseados no mercado interno e na industrialização. Esse incentivo permaneceu até meados da década de 1970, embora, desde meados dos anos 1950, esse processo fosse fomentado pelo capital estrangeiro em um contexto de retomada do capital internacional e gerenciado pelas grandes empresas multinacionais.

A desarticulação da economia mundial impulsionou os países a buscarem respostas nacionais para a crise. Os governos implementaram políticas econômicas tradicionais para enfrentarem o contexto. Os estados passaram a intervir cada vez mais na economia, procurando regular os mercados e estimular a atividade econômica, com um forte protecionismo, abrindo o mercado para a exportação e diminuindo a importação.

A superação dessa crise foi enfrentada pela crescente intervenção do Estado na economia, na assistência social e reformas.

O Estado adotou os princípios *keynesianos*⁴, passando a intervir na economia, sendo essa uma estratégia para a superação da crise capitalista na

⁴ Keynesianismo é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como

época. A partir da segunda Guerra Mundial, surgiu um novo modelo de Estado: o Welfare State ou Estado de Bem Estar Social, que predominou até a década de 1960.

A intervenção do Estado na sociedade estava alicerçada no pleno emprego, na tentativa de gerar emprego por meio de serviços públicos e dirimir as desigualdades sociais através dos serviços sociais. As políticas sociais concretizavam-se como medida junto aos segmentos do movimento operário e, conseqüentemente, a luta da classe trabalhadora não conseguiu uma ruptura com o modelo de produção capitalista, mas garantiu conquistas importantes no que diz respeito aos direitos sociais; não alcançou sua emancipação, mas soluções imediatas garantidas pelas políticas sociais. Isso acabou por enfraquecer o movimento dos trabalhadores no enfrentamento da questão.

O período que compreende o pós 1945 ficou conhecido como os “anos dourados do capital”, pois o modelo keynesiano e os padrões de gerenciamento fordista geraram uma acelerada acumulação capitalista através do aumento nas taxas de lucro, maior produção em menor tempo, pleno emprego com a extensão do trabalho assalariado, subordinação ao sistema produtivo, fortalecimento estatal na regulação da economia e estabelecimento de um pacto de classes numa negociação entre Estado, empresários e trabalhadores.

Nesse contexto, de “uma quase harmonia perfeita”, embora a indústria fordista empregasse um grande contingente de trabalhadores, também gerou o que Netto (2009) chamou de “uma desqualificação profunda do trabalho”. O capitalismo apresentou o seu esgotamento no final dos anos de 1960, trazendo consequências para as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

A década de 1970 enfrentou uma crise estrutural do capital, apresentada através da produção excessiva e de consumo inferior ao produzido, da instabilidade financeira e do comércio internacional, reforçada com a inflação, agudizada pela

agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. A escola keynesiana fundamenta-se no princípio de que o ciclo econômico não é autorregulado, como pensam os neoclássicos. É por esse motivo e pela incapacidade de o sistema capitalista conseguir empregar todos os que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia. A teoria atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida, como: a criação do salário mínimo, do seguro-desemprego, da redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e a assistência médica gratuita. O Keynesianismo ficou conhecido também como “Estado de bem-estar social” ou “Estado Escandinavo” (WIKIPÉDIA, 2013).

crise fiscal do Estado, pelo baixo crescimento econômico, pela crise do modelo de produção fordista e, por fim, a crise do Estado de Bem Estar Social.

A crise foi decorrente de um conjunto de determinações que derivaram do processo de expansão e acumulação capitalista, num período histórico de superprodução em que a ofensiva neoliberal impulsionou mudanças nos padrões de tecnologia, internacionalização dos mercados e do sistema de produção e de financeirização do capital sobre o trabalho.

Segundo ANTUNES (1999):

[...] os elementos constitutivos mais evidentes dessa crise podem ser identificados na queda da taxa de lucro, que levou ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava, consequência do desemprego estrutural que se iniciava; na hipertrofia do capital financeiro (que já era a expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção), constituindo-se em um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; na maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Welfare State ou do “Estado de bem-estar social” e seus mecanismos de funcionamento, levando à crise fiscal do Estado capitalista e à necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, levando ao aumento acentuado de privatizações (ANTUNES, 1999, p.31-32).

Na tentativa de superação à crise estrutural da produção, foi difundido o processo de reestruturação produtiva como “nova proposta” de produção e acumulação de riquezas. Esse processo ocorreu de maneira sutil no discurso, mas avassaladora na exploração daqueles que apenas possuíam sua força de trabalho.

A reestruturação produtiva caracterizou-se como um retrocesso para a classe trabalhadora, na medida em que desregulamentou direitos do trabalho e disseminou sobre as consciências humanas o que seria um novo modo de trabalhar: com mais “tempo livre” e “sem o patrão”. Aliado ao projeto neoliberal e aos princípios de produção taylorista/fordista, que se baseiam na produção em massa, hierarquizada, com atividades de repetição e em série, esse modelo de acumulação aumentou a esfera tecnológica na produção e diminuiu a contratação de trabalhadores, atingindo diretamente essa classe com desemprego estrutural, terceirização, desproteção trabalhista e desarticulação dos sindicatos, diminuindo a participação do Estado nas decisões e aumentando o poder do mercado.

O mecanismo da indústria e do desenvolvimento tecnológico não garantiu o tão esperado crescimento econômico. A dinâmica da economia global agonizava

entre o prometido e o fato de a economia apresentar um declínio no crescimento, altas taxas de desemprego e insatisfação da classe trabalhadora.

A partir da década de 1990, vivenciou-se um baixo crescimento econômico, aumento do desemprego, instabilidade e vulnerabilidade social. Nesse sentido, o Estado buscou, através de políticas neoliberais, fortalecer os mercados com a implantação de medidas de expansão da economia, abertura ao comércio internacional e trocas entre produtos primários e produtos manufaturados; enfim, acordos para o fortalecimento da acumulação do capital mundial.

Entre o período de 2003 e 2008, devido às medidas políticas e econômicas do neoliberalismo, tivemos a sensação de melhorias econômicas que, na verdade, eram reflexo de uma balança favorável à economia mundial devido ao contexto das privatizações, do favorecimento ao uso de produtos primários e mão de obra barata, além de benefícios fiscais favorecendo os países centrais em detrimento dos países periféricos; estes fornecedores das condições necessárias ao processo de acumulação do capital mundial e sua expansão.

A mundialização do capital é uma característica intrínseca ao capitalismo em seu processo de manutenção da hegemonia, que emerge e se estrutura desde a Segunda Guerra Mundial, sustentando-se pelos tentáculos da financeirização do capital e dos acordos empresariais no âmbito transnacional.

O capital financeiro regula as relações de acumulação capitalista em nível internacional, com ajustes na esfera econômica e interligado à esfera cultural, modificando valores e identidades nacionais para “identidades globais”. Esse processo de globalização da cultura interfere na compreensão das relações de trabalho, camuflando o trabalho humano como fonte de geração e produção de riquezas.

Segundo Iamamoto (2009), a mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais (p. 342), estabelecendo uma relação de estímulo ao individualismo, à mercantilização, políticas focalizadas e seletivas de preservação aos mínimos sociais e de exclusão social. Nessas circunstâncias, as condições nas relações de trabalho são precarizadas, fomentadas pelo investimento internacional de estruturas transnacionais nos ramos de indústria e de serviços.

No mundo do trabalho observam-se novas relações, processos e estruturas de alcance global (IANNI, 1996, p. 157), ocasionando novas condições para a classe trabalhadora expressa na subsunção à lógica do capital mundial.

Nesse sentido, há uma tendência de que todo trabalho individual, concreto e privado passa a subsumir-se ao trabalho social, geral e abstrato que se expressa nas trocas mundiais, no jogo das forças produtivas em escala global. (ibid, p.168).

Os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho são percebidos e sentidos nas relações socialmente estabelecidas entre a capacidade de trabalho do trabalhador coletivo, combinada às múltiplas atividades por ele desenvolvidas, e o novo processo de organização das empresas, com o discurso de colaboradores, mas demonstram a mais expressiva forma de subordinação do trabalhador aos poderes de exploração do capital.

Nas conjunturas de crise, a classe dominante viabiliza estratégias de combate à queda do lucro e, para isso, aumenta os métodos de trabalho e interfere nas condições de vida da classe trabalhadora com a implementação de políticas sociais que permitam homogeneizar seus interesses particulares como interesses coletivos, ou seja, como se beneficiasse todas as classes.

No entanto, os impactos das crises econômicas, políticas e sociais apresentam-se de maneira diferenciada para a classe trabalhadora e para a classe dominante. Para esta, a crise representa o poder ameaçado e, para os trabalhadores, a submissão intensificada com as condições competitivas do mercado de trabalho, desemprego, salários baixos e enfraquecimento das lutas sociais trabalhistas.

Dessa forma, fica evidente que a reestruturação produtiva intensifica o excesso de trabalho para a classe trabalhadora, com: jornada prolongada; disponibilidade integral (via os recursos tecnológicos, como: o celular e internet) dando uma conotação de não ser trabalho por não estar no “chão da fábrica”; dedicação contínua para manutenção da permanência no emprego; remuneração incompatível com o trabalho dispensado; excesso de responsabilidades e funções; além do distanciamento das relações familiares e de privações quanto ao tempo que seria dedicado ao lazer.

Diante da conjuntura, observa-se, no mercado de trabalho, além da exploração e exclusão de muitos trabalhadores, a disseminação da ideologia de

culpabilização ao trabalhador quando este não é absorvido pelo mercado formal, sendo penalizado pelo desemprego. A instabilidade e a insegurança nos cargos e postos de trabalho configuram-se na temporalidade, na flexibilidade contratual e dos direitos trabalhistas, sendo necessário que o trabalhador submeta-se às exigências do mercado para tentar inserir-se, ou manter seu emprego, mesmo em condições precárias.

A ideologia difundida é expressa nos critérios necessários para o mercado, traçando-se um perfil de trabalhador que atenda às exigências deste. Cada vez mais lhe é exigido conhecimento técnico e específico, postura participativa e criativa, mas não questionadora, em tempo integral e com múltiplas atividades. Um trabalhador polivalente!

Esse trabalhador passa por um processo mercadológico muito mais intensivo, pois ele não só vende sua força de trabalho, como também precisa continuamente provar que é uma mercadoria que vai gerar lucros e superior ao seu colega de trabalho, que passa a ser seu concorrente na disputa pela permanência no posto de emprego.

Segundo ANTUNES (2006):

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva começa ainda durante a década de 1980, com a informatização produtiva, os programas de *qualidade total* e a implantação de métodos de gestão participativa. Inicialmente ela é marcada pela redução de postos de trabalho e pelo aumento da produtividade que dependeram da reorganização da produção, da intensificação da jornada de trabalho, do surgimento dos CCQs e dos sistemas de produção *justintime* e *Kanban*. Nos anos 1990, ela se intensifica sob o influxo da acumulação flexível e do modelo japonês – o toyotismo – quando a produtividade é potenciada pela implantação de formas diversas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, além da descentralização das unidades de produção, cujas fábricas são transferidas para regiões sem tradição industrial (ANTUNES, 2006, p.16).

As empresas passam a adotar a qualidade do produto, para se manterem na concorrência de mercado, com novas formas de gestão do tempo e força de trabalho do trabalhador, implementando o discurso de “qualidade total” como se defendessem também a qualidade nas condições de vida e trabalho do profissional. Associadas a esse discurso assumem uma tendência de mercado com a diminuição de trabalhadores na empresa, contratações via terceirização e de “**terrorismo coletivo do trabalho**” (grifo nosso) pelo medo constante da perda do emprego.

Assumem, ainda, o desafio da empregabilidade, impulsionando o trabalhador numa busca incessante para se manter apto para a concorrência de mercado.

Nesse sentido, reafirma-se a lógica do capital, que, no século XIX explicava a exclusão do indivíduo na sociedade e no ramo do trabalho por “incompetência” ou “preguiça”, dando uma conotação isolada e individualizada do processo excludente do modo de produção capitalista.

No século XX fica evidente a reprodução ideológica desse processo de exclusão e da exigência posta ao trabalhador quanto à sua qualificação e disponibilidade para o mercado.

Diante da reestruturação produtiva no mundo globalizado, as relações de trabalho são drasticamente atingidas, embora num processo de *déjà vu* das antigas formas de exploração, mas com novas nomenclaturas. Como se pode evidenciar, anteriormente o trabalhador era pago pelo salário, por peça. Atualmente o salário por produção, o trabalho socialmente dividido na família, ganha o nome de trabalho em domicílio, transformando o espaço doméstico na força de produção terceirizada e legitimando novas formas de trabalho em cooperação e de voluntariado.

Se compararmos a economia mundial de 1990 à economia do período dos “anos dourados” (1950-1973), verificamos que o processo de globalização no mundo atual é diferente; é mais rápido devido aos avanços tecnológicos e, por isso, atinge a economia dos países de forma mais abrangente. No entanto, se observado o contexto histórico, confirma-se o momento atual como uma reedição do período entre 1875-1930, no que concerne às relações de produção e ao consumo do mercado, bem como sua expansão e acumulação.

Transcrevendo uma passagem de Keynes, escrita em 1919, em que ele descreve a lógica do mercado no mundo, no período de 1875 a 1913, a partir da realidade de Londres, poderia “fechar os olhos” e afirmar que seria o atendimento de telemarketing ou acesso às lojas virtuais da internet vivenciados na sociedade globalizada da atualidade.

O morador de Londres podia pedir por telefone, tomando seu chá matinal na cama, os mais diversos produtos de qualquer parte da Terra, nas quantidades que desejasse, e esperar a sua pronta entrega em sua casa; ele poderia, ao mesmo tempo e da mesma forma, aventurar (arriscar) a sua riqueza nos recursos naturais e em novos empreendimentos em qualquer parte do mundo e usufruir, sem esforço ou problemas, dos frutos esperados; ou ele poderia decidir unir a segurança da sua fortuna com a boa fé dos moradores de qualquer município importante em qualquer continente que a moda ou a informação recomendasse (KEYNES, 1984, p.6).

A relação de mercado globalizado reconstitui as principais características de produção e comercialização do período de 1870 a 1930, reproduzindo, inclusive, as relações de trabalho daquele período em que a legislação social era mínima e o poder dos capitalistas era grande nas decisões, submetendo um grande contingente de trabalhadores a uma condição de excluídos, engrossando o exército industrial de reserva, subcontratações, doenças oriundas das péssimas condições de trabalho, desempregos e relações precarizadas no mundo do trabalho.

Conforme Dobb (1971), até o final do século XIX existiam trabalhadores que não eram empregados diretamente pelas empresas; eram subcontratados pelo contramestre, o que atualmente seria o trabalho terceirizado.

[...] até 1870 o empregador imediato de muitos trabalhadores não era o grande capitalista, mas o empreiteiro intermediário, ao mesmo tempo um empregado e, por sua vez, um pequeno empregador. Na verdade, o operário especializado, em meados do século XIX, tendia a ser, em certa medida, um empreiteiro; e, na psicologia, a aparência trazia as marcas dessa posição (DOBB, 1971, p.325).

Dessa forma, a classe trabalhadora, seja na fábrica, no campo, na cidade ou região, vem sofrendo com as mudanças estruturais no processo de acumulação capitalista, sendo colocada como peça fundamental na geração de produção e lucro através da precarização nas condições de trabalho e de sua espoliação.

Diante da conjuntura da globalização da economia, das relações internacionais estabelecidas no mercado e da repercussão na classe trabalhadora, como pensar a situação da classe trabalhadora de Santa Quitéria, em Bacabeira, após a divulgação e processo de implantação da refinaria Premium I na região? Estariam sendo absorvidos pela Refinaria na etapa de terraplanagem? Como a classe trabalhadora está percebendo esse processo, haja vista que o Maranhão encontra-se num país e região periférica nas relações de mercado?

No decorrer da pesquisa, em Santa Quitéria, constatamos que tanto representantes do poder local como a classe trabalhadora percebem esse processo da implantação do projeto como um movimento contraditório ao discurso de “progresso” e de “geração de empregos”.

Nós estamos na expectativa do que vai acontecer, mas também estamos preparados para dar a resposta, se precisar. Na redondeza de Bacabeira, de Rosário e aqui mesmo, em nosso povoado, estamos sentindo uma invasão de pessoas que vêm em busca de se empregarem; largam a roça e recebem um não da Refinaria. Sabe por quê? Não temos os estudos que precisam para mexer nas máquinas e nem todos são pedreiros; também não vão ficar para a construção, se ainda tiver. Aí danou-se! Perdem um pedacinho da terra, do roçado e vêm passar fome por aqui. E o pior é que nossa terra passou a ter outro valor; apareceu um dono e agora não podemos também nem viver de nossa roça. Que tal? Por isso, nossa luta é longa, mas será vitoriosa para nós porque estamos unidos e fortes e temos o apoio de todos vocês. (Morador de Santa Quitéria e coordenador da Associação de Moradores do povoado).

E, ainda, na compreensão de representantes do poder local:

Não há uma política de estado para esse desenvolvimento; não há discussão e nem investimento do estado para capacitação de moradores para se inserirem na Refinaria. Não há planejamento. A Petrobras vem com seus trabalhadores concursados públicos (3500 pessoas), de vários estados, para trabalharem aqui; contratam empresas terceirizadas, como o consórcio GSF, que contrata alguns trabalhadores, como motoristas manobristas das caçambas, e alguns peões; todos temporários e no ritmo das chuvas para a terraplanagem. Segundo o Ministério do Trabalho, há registros do desaparecimento de antigas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores de Bacabeira e Rosário, como o de oleiros e cerâmica artesanal. (SECRETÁRIO DE CULTURA E ASSESSOR DO PREFEITO DE ROSÁRIO, 2013).

A promessa da refinaria no município de Bacabeira levou os governos atual e anterior a fazerem altos investimentos na região, provocando prejuízos incalculáveis, danos ao meio ambiente e demissão de centenas de pais de famílias. O estado desapropriou o terreno onde seria construído o empreendimento e, por conta disso, uma grande indústria de telhas, instalada há mais de 30 anos em Bacabeira, foi desapropriada a preço de banana. Na época, por conta do fechamento da indústria, mais de 300 pessoas ficaram desempregadas. A refinaria deveria gerar investimentos de R\$ 40 bilhões e as obras começaram em maio de 2012. Sempre desconfiei desse grande empreendimento porque o governo do Maranhão não fez, no município de Bacabeira, nenhum investimento em infraestrutura em função da prometida refinaria. Tudo não passou de uma ficção e de um estelionato eleitoral (VEREADOR DE BACABEIRA, DISCURSO PROFERIDO NA TRIBUNA DA CÂMARA em 11/03/2013).

Arelado a esse mecanismo de acumulação e exploração aos trabalhadores, verificamos o movimento do capital sobre os países periféricos, intensificando essas relações de exploração, de expropriação ao direito à terra, à produção e reprodução das relações sociais e, ainda, os transformam em reservatórios de força de trabalho barata e precária para os grandes empreendimentos transnacionais.

O processo de globalização⁵ da economia vem ocorrendo há vários séculos e é tanto um efeito como uma causa. A política estatal desempenha um forte papel na determinação de investimentos de capital interno e externo, gerenciando as correlações de forças sociais e influenciando a política econômica do Estado. Segundo Petras (1999), não são forças econômicas globais impessoais que operam aqui; são estratégias econômicas enraizadas nos interesses da classe alta e das corporações.

Nesse sentido, a política neoliberal tem o objetivo de transferir a riqueza para os países centrais e para a classe capitalista ao retirar ou diminuir os benefícios, proteções, regras de pagamento e de emprego e enfraquecer organizações da classe trabalhadora. Isso ocorre desde o período Pós Segunda Guerra.

⁵ Globalização - por ser um fenômeno espontâneo decorrente da evolução do mercado capitalista não direcionado por uma única entidade ou pessoa, possui várias linhas teóricas que tentam explicar sua origem e seu impacto no mundo atual. A rigor, as sociedades do mundo estão em processo de *globalização* desde o início da História, acelerado pela época dos Descobrimentos. Mas o processo histórico a que se denomina Globalização é bem mais recente, datando (dependendo da conceituação e da interpretação) do colapso do bloco socialista, e o consequente fim da Guerra Fria (entre 1989 e 1991), do refluxo capitalista, com a estagnação econômica da URSS (a partir de 1975), ou, ainda do próprio fim da Segunda Guerra Mundial. No geral, a globalização é vista por alguns cientistas políticos como o movimento sob o qual se constrói o processo de ampliação da hegemonia econômica, política e cultural ocidental sobre as demais nações. Ou, ainda, que a globalização é a reinvenção do processo expansionista americano no período pós guerra-fria (essa reinvenção tardaria quase 10 anos para ganhar forma) com a imposição (forçosa ou não) dos modelos políticos (democracia), ideológico (liberalismo, hedonismo e individualismo) e econômico (abertura de mercados e livre competição). Vale ressaltar que esse projeto não é uma criação exclusiva do estado norte-americano e que tampouco atende exclusivamente aos interesses deste, mas também é um projeto das empresas, em especial das grandes empresas transnacionais, e governos do mundo inteiro. Nessa ponta surge a inter-relação entre a Globalização e o Consenso de Washington. Assim, Negri defende, em seu livro "*Império*", que a nova realidade sócio-política do mundo é definida por uma forma de organização diferente da hierarquia vertical ou das estruturas de poder "arborizadas" (ou seja, partindo de um tronco único para diversas ramificações ou galhos cada vez menores). Para ele, essa nova dominação (que ele batiza de "Império") é constituída por redes assimétricas e as relações de poder se dão mais por via cultural e econômica do que uso coercitivo de força. Negri entende que entidades organizadas como redes (tais como: corporações, ONGs e até grupos terroristas) têm mais poder e mobilidade (portanto, mais chances de sobrevivência no novo ambiente) do que instituições paradigmáticas da modernidade (como: o Estado, partidos e empresas tradicionais) (WIKIPÉDIA, 2014).

No contexto do mercado de trabalho, esse processo tem um peso sobre os empregados que estão sobre uma intensa insegurança, típica das condições do capitalismo e do padrão de acumulação e de relações do mercado globalizado e internacionalizado em que os países centrais estão gerenciando as regras de mercado e de lucro sobre os países periféricos.

Por isso, é pertinente a compreensão sobre a mundialização⁶, que é bem mais que uma simples discussão econômica. Diz respeito às formas do domínio social próprio de uma fase histórica, da qual não se pode prevê o término ou com qual outra face apresentar-se-á, mas torna-se imprescindível que se analisem e se construam possibilidades de novas relações menos desiguais.

A mundialização do capital confronta relações constitutivas de uma totalidade que exige, segundo Chesnais (1999), a adoção de instrumentos analíticos suscetíveis de apreendê-la como tal. Para tanto, primeiramente deve-se compreender o capital em sua essência, como valor voltado para a autovalorização e relação social baseada na propriedade privada dos meios de produção, como uma unidade diferenciada e hierarquizada.

⁶ Mundialização é um processo quantitativo e qualitativo de aproximação entre homens cotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. Aproximação que pode assumir múltiplas formas: da viabilidade de contato pessoal à comunicação escrita; da troca de mercadorias produzidas por uns e outros à troca de informações etc.. Assim sendo, podemos dizer que a mundialização é um processo que se iniciou a partir do desenvolvimento capitalista, no período pós – guerra, com avanços e recuos, mas tendencialmente crescente, manifestando-se de forma desigual nas diversas regiões do mundo. As transformações trouxeram um conjunto de mudanças dimensionadas pelas reestruturações empreendidas no processo produtivo por meio da constituição das formas de produção flexíveis, da inovação científico – tecnológica aplicada aos processos produtivos, dos novos modelos de gerenciamento da organização do trabalho.

Para Harvey (2004): O padrão de acumulação flexível é caracterizado por setores da produção inteiramente renovados, por diferentes maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, por taxas altamente intensificadas de inovações comercial, tecnológica e de organização, sendo marcada, portanto, por um confronto com a rigidez do ‘fordismo’ (HARVEY, 2004, p. 143). Nesse sentido, Chesnais (1996) afirma que as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram, a partir de 1978, ampliaram a liberdade de o capital mover-se em escala internacional. O autor considera mais adequado denominar o processo atual de mundialização do capital, pois ele representa o próprio regime de acumulação do capital. Afirma que, em primeiro lugar, globalização é dada não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital em suas formas tanto industriais quanto financeiras. Em segundo lugar, as primeiras etapas do ciclo de acumulação, o capital coloca em movimento um grande volume de mercadorias, mas, contraditoriamente, esse mesmo capital busca libertar-se da forma mercadoria através do predomínio de mecanismos financeiros que possibilitem a acumulação ampliada do capital. Nesse contexto, adotamos a mundialização do capitalismo como referência, neste estudo, para entendermos a atual fase do capitalismo internacional que vem conduzindo, corroborando e acentuando com a evolução dos sistemas políticos rumo à dominação das oligarquias pelo enriquecimento e voltadas completamente para a reprodução da sua dominação, ampliando o poder de acumulação dos capitais pelas classes dominantes.

Podemos, assim, elencar o capital produtivo (aquele que é empregado na indústria), o capital comercial (empregado no comércio) e o capital-dinheiro como elementos de uma totalidade, com suas diferenciações no interior dessa unidade.

O segundo nível de análise da mundialização do capital é compreendê-la, a partir de uma economia mundial, como lócus de rivalidade e como conjunto de relações de dominação e de dependência política entre Estados, denotando os fatores de hierarquização entre os países e, conseqüentemente, acentuando as desigualdades e relação de dominação econômica e política dos países centrais sobre os periféricos.

A mundialização do capital denota um processo de investimento, e de produção em relação à troca, sobre uma relação de internacionalização do capital. Essa relação está fundamentada a partir da produção, na divisão internacional do trabalho organizado à base de tecnologias para maximizar a produtividade e ampliar a extração de mais valia.

Para Marx, essa tendência é basilar ao capitalismo no sentido de convergência e concentração ao poder econômico, consolidando relações “coletivas” entre grandes grupos. Os acordos financeiros e tecnológicos reconhecem a situação de oligopólio, de um mercado “único”, na liberação das trocas de produtos.

Ao cabo desse duplo movimento de investimento internacional cruzado e de aquisições e fusões, a taxa de concentração mundial atingiu níveis correspondentes àqueles que permitiam às autoridades antitruste diagnosticar, há apenas vinte anos, a existência de uma situação de oligopólio no plano nacional. Formas muito concentradas da produção e da comercialização em escala internacional não são novidade. Uma elevada concentração e um poder de mercado muito forte são, há muito tempo, traços dominantes da indústria do petróleo ou da extração e tratamento de metais não ferrosos (por exemplo, o alumínio). O que é característico da fase atual da mundialização do capital é a extensão de estruturas de ofertas muito concentradas para a maioria das indústrias de “alta tecnologia” ou de produção em grande escala (CHESNAIS, 1996, p.93).

O oligopólio mundial não se reduz ao grau de concentração, mas como uma interdependência de empresas que ele abrange, empresas estas aptas à concorrência no mercado mundial, com tecnologia avançada de um lado e de outro, um contingente a ser explorado e ampliado pelo capital (em mão de obra e em recursos naturais).

Esse grande mercado oligopolista libera as trocas, ou mesmo a abertura do mercado, com a desregulamentação e desmantelamento da legislação que protege os trabalhadores, necessárias a uma exploração simultânea entre as vantagens da livre circulação de mercadorias e as disparidades entre as regiões, países e locais desse “mercado único”.

Nessa perspectiva, os grandes empreendimentos, grupos transnacionais unem as estratégias de mercado e de racionalização da produção para enfrentarem as concorrências e as exigências da oferta e controle da clientela, ocorrendo, inclusive, a realocização onde poderá ocorrer a produção, geralmente nos países em via de desenvolvimento ou periféricos, devido à indústria de mão de obra barata e recursos naturais ainda não explorados.

O capitalismo, desde o início, sempre se desenvolveu e se expandiu a partir da divisão internacional do trabalho. Segundo o economista Adam Smith, desde 1703 já havia relações estabelecidas entre Inglaterra e Portugal: o Tratado de Methuen. Esse acordo estabelecia que Portugal deixaria de proibir a importação de têxteis ingleses e a Inglaterra se sujeitaria à importação de vinhos do porto a uma taxa inferior aos vinhos franceses. Dessa forma, a economia portuguesa concentrava-se na exportação de vinhos, deixando as expectativas de industrialização para a Inglaterra, que tornou-se o maior centro industrial da época.

A grande crise de 1930, ocasionada pelo declínio do comércio mundial, fez com que alguns países, que até então estavam assegurados na exportação de matérias-primas, entrassem em outras medidas políticas e econômicas para enfrentar a crise num processo de retração do comércio mundial e da “ilusão do isolamento dos países” através da constituição da ideologia nacionalista desenvolvimentista da década de 1930.

A Segunda Guerra Mundial, embora disseminada como uma questão de Nação, de defesa de suas potências nacionais, fortaleceu novas organizações nas relações internacionais por blocos de nações.

Entre os aliados ocidentais, o conflito consolidou uma aliança social que já vinha se desenvolvendo a partir das orientações defendidas pelo economista Keynes e a política inaugurada nos Estados Unidos por Roosevelt. Instaura-se a fundação de instituições políticas e financeiras internacionais, como a Organização das Nações Unidas e os diversos organismos (o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), na tentativa de manter os acordos e evitar confrontos

armados. O reforço da globalização da economia deveria servir aos interesses dos capitalistas no sentido de manter o equilíbrio na divisão mundial do trabalho, respondendo, ao mesmo tempo, às reivindicações dos trabalhadores, a fim de assegurar a estabilidade mundial.

A internacionalização do capital segue seu percurso com medidas e, em 1947, lança o Plano Marshall, proposto pelos Estados Unidos sobre as exportações de capitais, com o objetivo de financiar a reconstrução de uma Europa Ocidental devastada pela guerra, acelerando nesses países a internacionalização da economia.

Na tentativa de reconstrução da Europa Ocidental, criou-se uma muralha econômica, fundada nos princípios do capitalismo norte americano, impondo um capitalismo ao Estado soviético. Com a Guerra Fria, houve uma divisão entre os países “mais desenvolvidos” diante da capacidade de internacionalizar com sua economia e a resistência da URSS, comandada por Stalin, em submeter-se ao regime imposto pelo capitalismo. Somente após a morte dele e o declínio do bloco soviético, foi possível furar esse bloqueio, reforçando a necessidade de internacionalizar a economia para que o “progresso econômico” acontecesse.

A partir da década de 1960, esse movimento intensifica-se com as mudanças ocorridas na divisão mundial do trabalho, deixando de focar a economia nos estados nacionais e abrir para o funcionamento de grandes empreendimentos a nível transnacional.

O mercado mundial organizou-se através de estratégias políticas e econômicas, principalmente através da política neoliberal. O Consenso de Washington ficou estabelecido como um marco de referência de uma política organizada pelos Estados Unidos para impor um programa de ajuste global para os países com medidas de redução do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho, abertura comercial, privatizações, entre outras medidas, desde o final dos anos 80.

A internacionalização das economias e a maior interligação dos mercados financeiros e os organismos internacionais de fiscalização procuram promover um conjunto de normas a serem seguidas pelos países para regular o mercado do comércio mundial. Nesse sentido, são criados órgãos financiadores como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), com seu receituário de

normas, reformas, ajustes econômicos e, lógico, sem observar as necessidades reais dos países periféricos.

No mundo do trabalho a lógica é a mesma, com políticas favoráveis à redução do custo de trabalho, através da desregulamentação dos direitos trabalhistas e flexibilização do mercado de trabalho. São criadas normas universais de trabalho pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nessa conjuntura de blocos internacionais de comércio, fortalecem a economia mundial, direcionada pelas grandes potências por meio de seus empreendimentos e investimentos externos, organizados na atualidade através dos grandes empreendimentos transnacionais.

A relação estabelecida nessa economia mundial não se dá através de relações entre países, mas de relação entre grande comércio, constituído por negociações entre matrizes e filiais; não se restringindo ao plano econômico, mas político também, pois as fronteiras entre os países marcam a amplitude da ação de cada governo, bem como o sistema de poder das empresas nas decisões e na absorção dos lucros.

Segundo Bernardo (2000), em 1990 as exportações mundiais de bens e serviços foram de 4 trilhões de dólares, dos quais um terço referiu-se ao comércio no interior das firmas. E ainda, segundo o economista De Anne Julius (1991), conforme publicado em seu livro *The Economist*: o comércio entre sociedades e suas filiais no estrangeiro é responsável por mais da metade do comércio total entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou mesmo entre os países mais desenvolvidos da esfera norte americana.

Fica evidente que é nas economias mais avançadas que essas empresas transnacionais organizam-se enquanto matrizes e reorganizam o comércio mundial para concentrar suas ações e manter sua hegemonia econômica e política.

Esses grandes empreendimentos não se expandem apenas por investimentos, mas por lucros indiretos, como: a subcontratação, a *franchising*, contratos de gestão, contratos de transferência de tecnologia, entre outros que não requerem investimentos diretos, mas que reforçam a concentração de capital por esse oligopólio.

Para Bernardo (2000), contrariamente ao que muitas vezes afirma-se:

As grandes companhias transnacionais não procuram implantar as filiais em países ou regiões de economia atrasada, mas nos mais evoluídos; porque é precisamente aí que se encontram as melhores infraestruturas, os mercados mais ricos e, sobretudo, a mão de obra mais qualificada. Aliás, a questão não deve ser vista em termos nacionais, ou sequer geográficos, mas sociais. Em qualquer país ou região os investimentos externos diretos procuram a força de trabalho mais qualificada, porque é mais produtiva (BERNARDO, 2000, p.42).

Partindo da lógica do autor supracitado, poderia então justificar a escolha por determinadas regiões e localidades para a implantação desses grandes empreendimentos, visando ao lucro e sua rotatividade.

Considerando a situação da implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira (MA), a partir dessa lógica poderia então afirmar as especulações em torno de que ela não será de fato implantada nessa região devido aos gastos da Petrobras e à mão de obra local desqualificada?

Segundo depoimento do Secretário de Cultura, em Rosário-MA, sobre o processo de implantação da Refinaria na região, ele alega que o Consórcio GSF (Galvão, Serveng e Fildens) teve prejuízo com a contratação de pessoal e maquinário, pois quando uma peça de alguma máquina quebrava, tinham que mandar buscar fora, em São Paulo ou nos Estados Unidos, e tiveram que contratar mão de obra do Rio de Janeiro, devido ao conhecimento e experiência, tendo que mantê-los com moradia e transporte quinzenal para visita aos familiares (no caso dos engenheiros). Além disso, para ganharem a licitação para a etapa de terraplanagem, não computaram tais gastos; não estava na previsão orçamentária.

Contrários a essa lógica, os grandes empreendimentos, quando instalados nos países periféricos, observam o seu investimento a partir de todo o processo de sua operação e mediante vantagens, aproveitando a conjuntura da desregulamentação e redução de políticas públicas, flexibilização por meio das privatizações, favorecimento fiscal, além de mão de obra barata, rotulada de desqualificada. Usam o discurso de aceitação dos custos ambientais como alternativa à manutenção de postos de trabalho e geração de divisas, intensificando, a partir de 1990, a “chantagem do desemprego” e da “localização”.

O avanço tecnológico, aliado ao processo de desindustrialização, desemprego estrutural e declínio dos poderes do Estado no controle do fluxo monetário internacional, fez com que os investimentos tomassem a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais

passam a adequar suas atividades aos interesses do desenvolvimento capitalista na busca por geração de divisas e empregos. Esses fatores geram um movimento onde se potencializa a força política dos capitais de interferirem nas relações trabalhistas e ambientais por meio da iminente ameaça de deslocamento para regiões que lhes ofereçam melhores vantagens.

O caso da Refinaria Premium I, no Maranhão, não é uma situação isolada e de prioridade do governo local, mas de correlações de forças, de acordos econômicos em nível internacional, estabelecidos pela OMC, em que os governos e as empresas locais passam a ter um menor poder de negociação e decisão ante as grandes empresas. O Maranhão corresponde aos critérios das relações desiguais estabelecidas entre o centro e a periferia da região, do estado, do país e da América Latina.

O perfil dos grandes empreendimentos se faz através de uma cadeia produtiva permanentemente mutável (as ligações de capital e os acordos estratégicos entre as várias companhias transnacionais), unindo uma pluralidade de polos principais (as maiores companhias transnacionais), os quais se enraízam socialmente nas esferas nacionais e regionais mediante a *franchising*, a subcontratação e o apelo aos capitais locais. Esse sistema de poder verifica-se, em escala mundial, num quadro de associações econômicas internacionais.

Conforme dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC (2012), existe uma cadeia de produção em Petróleo e Gás Natural no Maranhão, o que confirma o volume de investimentos internacionais na região, além do que é projetado para a Refinaria produzir o diesel Premium para exportação, ou seja, para suprir o mercado externo.

O mapa abaixo demonstra como a cadeia petroquímica instala-se no Maranhão.



Figura 4 – Investimentos na área de Petróleo e Gás Natural no Maranhão
Fonte: SEDINC, 2012.

Como se observa, não se trata de uma política de estímulo seletivo a determinados ramos da economia nacional, considerados prioritários do país, mas de atração seletiva de certas linhas de produção das companhias transnacionais, competitivas no mercado externo, seguindo uma rede de investimentos e escoamento dessa mercadoria.

No Maranhão, a Refinaria Premium I, em Bacabeira, está associada aos investimentos, também da Petrobrás e do Circuito de reserva de Minas e Energia, em Matões do Norte, São Mateus do Maranhão, Caxias, Buriticupu, Açaílândia, Imperatriz e, recentemente, na bacia de Barreirinhas, na exploração de gás natural pela empresa Petróleo e Gás Participações S.A.(OGX), no Maranhão (empreiteira da Petrobras) e a Energia S.A. (MPX), na Bacia de Parnaíba, também explorando o gás natural; ambas do empresário Eike Batista. Paralelas a esses investimentos, associam as termelétricas e hidrelétricas; não para suprir o mercado interno, mas para as necessidades do mercado internacional.

A incorporação das economias periféricas, sob a égide dos países centrais, ocorreu desde a década de 1970, quando os países subdesenvolvidos transformaram-se em lócus de investimentos produtivos, com a função de serem indutores ao desenvolvimento econômico, propiciando as condições necessárias para produção e satisfação dos oligopólios internacionais e de sua expansão.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a compreensão sobre a presença do Estado nas articulações entre o local, nacional e transnacional na fiscalização, na sua participação nessa nova fase do capitalismo financeirizado e de seus ajustes neoliberais, desregulamentando empresas estatais em defesa de políticas privatistas e de negociações internacionais e transnacionais.

O capitalismo não nasce e se reproduz sob quaisquer condições; ele necessita de um aparato físico e social para que determine sua função e espaço.

O Estado, enquanto poder político territorializado, exerce o seu papel mediador sobre um determinado território e sua respectiva população, pois corresponde a uma legitimidade burocrática e administrativa, detendo um monopólio de jurisprudência através de sua subjetividade (sob a ótica de democracia, mas correspondendo a uma ideologia burguesa), pois o Estado representa uma classe social que dirige seus interesses. Aqui descartamos qualquer incursão teórica e ingênua de sua neutralidade.

Nesse sentido, o Estado tem um papel determinante na formação, oferta e condições necessárias para implementar políticas e programas que irão gerir as relações políticas, econômicas e sociais de uma Nação. Assim, ele age como poderoso agente econômico que tem a responsabilidade monetária e fiscal, legitimado como Instituição que representa a população.

Farias (2001) entende a categoria Estado como uma instância representativa e, por isso, é um ser social situado no tempo e no espaço (passa por variações temporais e espaciais), rico em determinações, de uma totalidade concreta, complexa e contraditória. E ainda distingue Estado de governo, apontando que este último é a sua substância oculta e da essência da luta de classes sociais, tendo como eixo a divisão capitalista do trabalho, que representa o todo contraditório institucionalizado.

Sua institucionalização e legitimidade tornam sua presença, no modo de produção capitalista, um imperativo para legislar, regular e fiscalizar as Leis capitalistas. A citar os conceitos de pessoa física e jurídica, o sistema de propriedade privada, o padrão do valor de troca (a moeda e seu valor de circulação), o cumprimento dos contratos, os mecanismos de proteção e acumulação do capital, assim como a eliminação de barreiras para movimentação e circulação do capital e trabalho.

O Estado capitalista torna-se a forma de organização da classe dominante de uma determinada época, representando os interesses e garantias de propriedade privada e acumulação de riqueza e de maneira polarizada, diante de conflitos emergentes, subsidia estrategicamente uma política ou programa que atenda as necessidades da classe dominada para mediar os conflitos. Assim, o Estado capitalista não pode ser outra coisa que não instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho (MARX e ENGELS, 1984, p. 99).

Os processos de acumulação do capital criam as condições de mercado e as regras contratuais, que vão desde o contrato de trabalho às políticas que favoreçam a segurança e a oferta de dinheiro, os interesses mercantis, financeiros, agrários e de sua circulação.

A partir de sua forma política e tributária, o Estado utiliza-se de poderes instituídos para forçar a adoção de determinadas medidas quanto à riqueza acumulada e sua distribuição, além de privatizar instituições rentáveis para esse processo de acumulação do capital.

Para Harvey (2005), o aparelho estatal usa de seu poder:

de modo indiscriminado e, em muitos casos, brutalmente, para criar a relação básica entre capital e trabalho. A acumulação primitiva – o divórcio inicial do trabalho dos meios de produção e da terra – realizou-se pela força ou através da violência, legalizado por via do Estado. As leis trabalhistas e as diversas formas de repressão institucional trouxeram a mão-de-obra excluída para o mercado de trabalho, ajudando a impor a disciplina no trabalho, necessária para o capitalismo (HARVEY, 2005, p.91).

Com a aparência de independente e de autonomia, o Estado burguês legitima-se como uma unidade de interesse de uma Nação, mas representando, na íntegra, o poder da classe capitalista e de sua hegemonia. Seja através de políticas compensatórias ou mesmo de coerção, promove medidas que favoreçam o processo de acumulação e da propriedade privada e reprime violentamente manifestações contrárias às suas regras.

Como o capital não se reproduz sob quaisquer condições, é papel do Estado preparar o território para que os estados periféricos possam “consentir” as determinações externas do capital. Dessa forma, a penetração financeira internacional tende a ser absorvida facilmente pelos estados periféricos e sob o poder imperialista dos países/capitais centrais.

As expansões geográficas das relações capitalistas exigem, a priori, condições de ordem política. Apesar de o Estado ter o poder de jurisdição e do uso legítimo da força em seu território, isso não o torna imune às interferências externas, não garante que não seja coagido a legislar em favor dos interesses dos capitais internacionais. Nessa discussão, é preciso ver as soberanias estatais de forma relativa; é preciso vê-las a partir das relações de poder no sistema mundial.

Dessa forma, essa expansão se dá em direção aos locais que lhes ofereçam os melhores lucros e, para isso, não medem distâncias.

As vantagens que os Estados periféricos oferecem são de recursos naturais mais baratos, privilégios fiscais, espaços geográficos e mão de obra barata em troca de oportunidades de circulação do capital e da ilusão de se inserir no eixo econômico de desenvolvimento.

Ao final do século XX, quando as alternativas de investimento rentável ficam escassas, ganha ênfase nas respostas espoliadoras neoliberais a saída para a crise de mercado. O Estado passa a assumir o compromisso de estabelecer condições favoráveis ao “desenvolvimento” dentro da lógica capitalista de suas relações e estruturas territoriais.

Revestido com o “manto sagrado” de uma suposta neutralidade científica para todos os países, sem distinção, o neoliberalismo defendeu não haver alternativas de desenvolvimento se não seguisse as regras dessa política, especificadamente sobre o fortalecimento e abrangência das leis do mercado em detrimento dos bens públicos e intervenções estatais, diminuindo o poder do estado.

O neoliberalismo passa a fundamentar a reestruturação produtiva como se fosse um “cimento ideológico” de sua propagação. Assim, a sua tese de que o mercado é a saída para resolver todos os problemas da economia, política e, inclusive, na esfera social. Conforme Teixeira (1996), ele nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas maduro, como reação teórica e política ao modelo intervencionista do Estado.

As mudanças no mundo do trabalho, bem como a crise do modelo de produção taylorista/fordista e a crescente mundialização do capital financeiro, encontraram, no neoliberalismo, a força para a criação de um único mercado de dinheiro, livre das intervenções dos governos nacionais. Ou seja: a política implantada busca a ação mínima do Estado e a ampliação do mercado através da liberdade de negociações. Assim, tem-se a

retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores; esses são os componentes regressivos das posições neoliberais, no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade (MONTES, 1996, p. 38 apud BEHRING, 2008, p. 58).

No esgotamento dos mercados internos de alguns países centrais nas décadas de 1970 e 1980, marcadas pela queda da produtividade e lucratividade e desvalorização do dólar, o capital encontrou sua sobrevivência nessa crise a partir da financeirização e da reestruturação produtiva, que culminou com o aumento da produtividade, da exploração da força de trabalho com regimes de trabalho em tempo parcial e temporário e a revalorização do trabalho doméstico e familiar. No campo político ideológico, a crise econômica representou uma ofensiva contra o modelo do Estado de Bem Estar Social (Welfare State), principalmente ao sistema de proteção social.

Para os neoconservadores, a crise do Estado é explicada com a tese da “ingovernabilidade”, como se o Estado tivesse a incapacidade de responder às crescentes demandas das classes populares e, nessa perspectiva, recriam a ilusão de que o capital é essencialmente harmônico e autorregulável.

Segundo Polanyi (2012), a autorregulação imperfeita do mercado levou a uma intervenção política em que:

Os governos tiveram de responder às pressões quando o ciclo comercial deixou de corresponder e restaurar o emprego, quando as importações deixaram de produzir exportações, quando as regulamentações da reserva bancária ameaçaram os negócios com o pânico, quando devedores estrangeiros recusaram-se a pagar. Numa emergência, a unidade da sociedade afirmou-se por meio da intervenção (POLANYI, 2012, p.229).

Nesses termos, o Estado foi induzido a intervir na esfera política para diminuir o “grau de perturbação econômica”. Assim evitava-se a distorção social com o mecanismo de crédito e corrigia-se o desequilíbrio econômico pelos meios financeiros.

Torna-se um consenso entre as nações imperialistas que é necessário utilizar os instrumentos políticos para manter o equilíbrio da economia mundial e chamar o estado para mediar tais negociações.

A crise do Estado vivenciada nas décadas supracitadas, 1970 e 1980, levou o Estado a concentrar o poder no Executivo, a não limitar as competências entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, gerando uma confusão e invasão de uma instância sobre a outra, a restringir as liberdades políticas dos cidadãos, estabelecer novas redes de controle social e criação de instituições que se apresentam como de caráter público não estatal, gerando políticas estatais seletivas e focalizadas.

No Brasil, tal crise evidenciou a política de privatizações com a penetração do capital multinacional, flexibilização das relações capital e trabalho, restrição ao sistema de “proteção social” e, conseqüentemente, diminuição de investimento na área social.

Como afirma Coutinho (2008) na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais. As reformas já conquistadas pela classe trabalhadora sofrem um retrocesso. Por isso, Behring (2008) prefere tratar como contra- reforma, haja vista os retrocessos que ferem a democracia.

Nesse contexto de reestruturação do Estado, o Brasil insere-se no plano das relações imperialistas colocando em discussão a centralidade do Estado Nacional, na nova fase de transnacionalização do capital, com o discurso de que as multinacionais enfraqueceriam os Estados Nacionais devendo adotar medidas que estabeleçam limites e compromissos mínimos ao capital para amenizar o agravamento das desigualdades. Desconsidera o agravamento social provocado pela pobreza, pois se o “Estado desenvolve-se economicamente”, todas as outras políticas também se desenvolver-se-ão.

Assim, o discurso neoliberal aponta que a educação é a solução para os problemas de desemprego, pois se houver qualificação da força de trabalho, haverá inserção no mercado e possibilidade de “competir nas economias”(em nível internacional, no mercado mundial).

A relação entre educação e trabalho toma a forma do mercado para atender as necessidades do capital, com demandas cada vez mais exigentes e excludentes. No entanto, observa-se uma demarcação que separa os trabalhadores em: trabalhadores altamente qualificados e, de outro, trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos, com subempregos ou sem trabalho.

Na perspectiva desenvolvimentista, a educação é voltada para a formação profissional técnica e com a lógica do mercado. Dessa forma valoriza-se

aquele que possui mais certificados e mais títulos, requisitos esses para inserir-se no mercado e nele permanecer.

Desde a década de 1960, que a educação é utilizada como a mola propulsora ao “desenvolvimento”, como um instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico pela qualificação da força de trabalho.

A educação técnica ou profissionalizante foi a forma de produzir esses profissionais que o mercado tanto requisitava, já que em um curto período de tempo é possível formar “peritos” em determinado trabalho, sem postura crítica.

Assim, percebemos uma busca frenética do trabalhador “por essa qualificação”, desresponsabilizando o Estado da política de geração de renda e trabalho. Importante salientar que em Santa Quitéria, observamos nitidamente essa relação em que os trabalhadores forçosamente buscam Cursos Profissionalizantes para serem absorvidos pela Refinaria.



Figura 5 – Casa em Santa Quitéria alugada pela empresa EMATEL.

Fonte: Própria autora (maio/2013).

A empresa EMATEL – CENTRO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE veio do Pará, com cursos profissionalizantes e treinamento em: elétrica, administração, informática e operacionalização de máquinas, como: retroescavadeira, escavadeira, caminhão *munck*, entre outros, para a possibilidade de inserção na Refinaria. Os valores dos cursos eram pagos pelos moradores e variavam de R\$700,00

(setecentos) a R\$1000, 00 (hum mil) reais por mês. Mas, segundo o discurso apresentado pela empresa: “compensatório pelo retorno imediato ao ser absorvido pela Refinaria”. Uma relação entre o local, o nacional e o transnacional.



Figura 6 – Banner com propaganda dos cursos oferecidos pela empresa EMATEL
Fonte: Própria autora (maio/2013).

A ideia de “capital humano”, apresentada por Adam Smith (1988) como as “habilidades adquiridas” através da educação, representava os gastos necessários para a formação pessoal. No entanto, para Marx, essa ideia de valorização do trabalhador pelo seu rol de certificados e títulos não explica a relação capital e trabalho e muito menos a garantia dessa valorização e permanência no mercado, considerando que o trabalhador não vende seu trabalho ou suas habilidades, mas sempre a sua força de trabalho, e que a “especialização profissionalizante” não desenvolve novos valores para a realização humana, uma vez que o trabalhador será sempre alienado do produto do seu trabalho.

A partir dos dados coletados na amostragem com as cinquenta famílias e no que tange à inserção no trabalho de alguém da família na Refinaria, a tabela 2,

abaixo, demonstra essa realidade contraditória entre o discurso do empreendimento, da propaganda do governo, e a situação em que os trabalhadores da localidade vivenciam.

Tabela 2 - Absorção da família pela Refinaria

Alguém da família absorvido pela Refinaria	Total de				entrevistados	
	Sim	%	Não	%		%
TOTAL	16	32%	34	68%	50	100

Fonte: Própria autora em coleta de campo entrevista (maio/ 2013).

Os dados revelam que 68% dos entrevistados não foram e não tiveram membros da família absorvidos pelo Projeto da Petrobras, enquanto 32% dos entrevistados tiveram pessoas da família contratadas pela Refinaria nas funções de ajudante de pedreiro, motorista, carpintaria, controlador de carro/bandeirinha, soldador, serviços gerais e no restaurante da empresa.

Quando questionados sobre os entraves/dificuldades para trabalharem na Refinaria, 72% dos entrevistados alegaram que a maior dificuldade é a situação deficitária da educação e qualificação profissional; seguidos por 10% que evidenciaram a questão das relações e influências estabelecidas com a equipe de contratação da Refinaria/Petrobrás; 6% não souberam explicar; 4% apontam que foram “enganados”, pois fizeram o Curso e não foram chamados; 4% acreditam que não foram absorvidos devido às condições da “idade avançada”; e 4% informaram que não tiveram interesse pela Refinaria, pois é na “roça que vivem e sabem trabalhar”.

Tabela 3 – Principais entraves/dificuldades para trabalhar na Refinaria

Dificuldades para trabalhar na Refinaria	Quantidade	
	de	%
	entrevistados	
Não ter uma boa educação, falta de capacitação para o povoado.	36	72
“É para gente nova”. Questão da idade	2	4
“Não tem amigo lá dentro”; “Só botam quem eles querem”.	5	10
“Eu fiz o curso de pedreiro, mas eles não quiseram me empregar; só me enganaram.”	2	4
“Não sabe dizer o porquê”	3	6
“Não tive interesse na refinaria; prefiro trabalhar no que sei, na minha roça”.	2	4
Total	50	100

Fonte: Pesquisa autora em coleta de campo entrevista (maio/ 2013).

Partindo dessa realidade, percebemos que os trabalhadores de Santa Quitéria têm a consciência de que a educação tem preponderância no mercado de trabalho e uma estreita relação com a ideologia desenvolvimentista, ressaltando que a educação profissionalizante devolve ao mercado, de maneira mais rápida, o trabalhador “capacitado” para o exercício técnico profissional, principalmente para os grandes empreendimentos, como é o caso da refinaria Premium I em Bacabeira-MA.

No entanto, apontam que “é muito difícil mudar essa realidade”, haja vista que, no povoado, 40% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto, seguidos de 20% com ensino fundamental completo, 14% alfabetizados, 14% com ensino médio completo, 10% não alfabetizados e 2% com o ensino médio incompleto, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados do povoado de Santa Quitéria.

Nível de escolaridade	Quantidade de entrevistados	%
Não alfabetizado	5	10
Alfabetizado	7	14
Ensino Fundamental incompleto	20	40
Ensino Fundamental completo	10	20
Ensino Médio completo	7	14
Ensino Médio incompleto	1	2
Ensino Superior completo	0	0
Ensino Superior incompleto	0	0
Total	50	100

Fonte: Pesquisa autora em coleta de campo entrevista (maio/ 2013).

Diante dos dados e das circunstâncias, como vislumbrar um desenvolvimento, sem considerar a realidade da região e suas particularidades na educação, partindo da compreensão do que é veiculado em termos de empregabilidade, da saída do país da linha de extrema pobreza, e de uma região que se encontra na periferia desse processo.

Os trabalhadores de Santa Quitéria revelam que só possuem uma escola de ensino fundamental no povoado; não existe ensino médio, só na sede de Bacabeira, o que dificulta o deslocamento. Informaram sobre a insegurança em que vivem, tanto no que diz respeito à violência velada sobre a situação de suas moradias e luta pela terra, quanto ao aumento de marginalização na região. Informam ainda sobre suas reivindicações para a Petrobras quanto aos Cursos profissionalizantes e à Prefeitura de Bacabeira, no incentivo à escolarização das pessoas que vivem no povoado, pois “é muito custoso pagar um curso desses”.

Assim, observamos que o Estado se exime dessa responsabilidade e transfere para a sociedade civil o peso da luta de inserir-se e manter-se no mercado, além de estar apta para a competitividade desigual.

Gramsci (1982), em sua reflexão sobre os aspectos culturais, morais e coercitivos, constitutivos dos momentos de crise e mudança no modo de produção, ressaltou que essas crises também afetam o homem, que sofre os impactos desse

processo. Um novo processo de produção, exige um novo homem adaptado às novas exigências do trabalho e um tipo de Estado que crie as condições jurídico-políticas para a reprodução dessas relações.

Nesses termos, imbuída da política neoliberal, a reforma do Estado nos países periféricos segue os ditames do poder dos países centrais, reduzindo o poder dos Estados Nacionais e liberando o mercado para transações internacionais com baixa carga tributária e sem proteção às políticas nacionais.

No Brasil, o Estado passa, no final da década de 1980, por ajustes estruturais com rigorosa disciplina fiscal, privatizações das empresas estatais, redução de gastos públicos, reformas tributárias e, na previdência, liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, além da abertura do mercado aos investimentos transnacionais (SILVA, 2003, p.71).

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é lançada uma nova ofensiva neoliberal, com o projeto de Emenda Constitucional nº 173 (Reforma do Estado Brasileiro). É assumida a política do “Custo Brasil” com o discurso de solucionar a crise da economia brasileira, garantindo sua inserção na economia globalizada.

A inserção nessa economia ocorre de maneira desigual entre os países de economia central e de economia periférica, com diferentes condições e oportunidades de apropriação dessa riqueza produzida mundialmente. O fato de os países de economia periférica participarem desse processo traz a ilusão de desenvolvimento.

Para Harvey (2005), hoje, o Estado está numa posição muito problemática.

É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um bom clima de negócios para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 2005, p.160).

O Estado, nesse contexto, encontra-se num dilema que tem repercussões nas políticas estatais e na sua legitimidade como representante dos interesses da sociedade expressas entre as suas funções enquanto Estado Nacional e suas relações com o movimento do capital.

Essa reestruturação do Estado guiada pelo projeto neoliberal, o coloca limitado nas decisões políticas e econômicas das empresas transnacionais, chamadas por Ianni (1996) de “injunções externas”, dificultando para que a sociedade civil tenha possibilidade de influenciar nas diretrizes governamentais dos Estados Nacionais. Para os países centrais, foi necessário estabelecer, no continente latino americano, o equilíbrio econômico, político, salarial e a redução dos gastos do Estado, significando um alargamento nas desigualdades sociais entre as nações e regiões.

Como o Estado tornou-se mínimo, sem interferência no livre mercado, sua posição entre o local, o nacional e o transnacional deu-se pela mediação dessas relações evidenciadas como cascatas numa hierarquia de poder e exploração, e distribuição de renda e lucros de maneira desigual.

O Maranhão, situado na periferia do país, não foge a essa realidade, subsumindo-se à lógica do mercado externo, que, historicamente, instalou-se através de indústrias “para o desenvolvimento”, com o foco para exportar e suprir as necessidades desse mercado.

Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento, associada à política neoliberal, impulsiona a um processo de produção e acumulação capitalista numa relação de dependência dos países periféricos aos países centrais, acreditando-se em um modelo de desenvolvimento a ser seguido como um processo hegemônico.

3 A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO MARANHÃO

Neste capítulo discute-se sobre a propagação da ideologia desenvolvimentista como processo hegemônico, um modelo a ser seguido para todos os países que se encontram em “vias de desenvolvimento”e, nesse processo de padronizar o desenvolvimento, as políticas implementadas na perspectiva neoliberal em que se abre o mercado e defende políticas privatistas, enfraquecendo o poder do Estado e legitimando uma relação de negociações internacionais e transnacionais.

No capitalismo, na fase da financeirização, o Estado encontra-se na relação entre o local, o nacional e o transnacional, reforçando a reprodução da dependência dos países periféricos aos países centrais, uma questão que é histórica e de reorganização econômica mundial, ante as crises estruturais do capitalismo.

O Maranhão, na lógica desse processo, situado na periferia mundial e regional, além de reeditar oligarquias políticas, vivencia o discurso de desenvolvimento, favorecendo a implantação de grandes empreendimentos para o mercado internacional. Nesse sentido, para compreensão desse contexto, faz-se um resgate histórico desse processo industrial no Maranhão, considerando sua tradição na agricultura.

3.1 A ideologia do desenvolvimento como processo hegemônico

O entendimento sobre ideologia é extremamente necessário para compreender sua função e a lógica como é empregada e difundida nas relações sociais.

Segundo Althusser (1998), a função da ideologia é de coesão dos homens na sociedade. Independente das vontades particulares, é uma representação do mundo, das condições de existência e da divisão do trabalho, sendo um meio de manutenção da ordem social num determinado momento histórico da sociedade.

Segundo o autor, a ideologia é necessariamente falseada.

A ideologia, como representação do mundo e da sociedade, é necessariamente deformante e mistificadora da realidade em que os homens têm de viver: uma representação destinada a fazê-los aceitarem, em sua consciência e em seu comportamento imediatos, o lugar e o papel que lhes impõe a estrutura dessa sociedade. [...] Alusão – ilusão ou reconhecimento – desconhecimento: assim a ideologia do ponto de vista de sua relação com o real (ALTHUSSER, 1998, p.40).

Nessa perspectiva, ele desenvolve a base conceitual de aparelhos ideológicos do Estado, afirmando que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência, ou seja, a ilusão de que a concepção de mundo é construída a partir de uma vontade individual, mas que, na verdade, é construída a partir da representação ideológica do mundo real que é criada por uma determinada classe social, que é dominante.

A função ideológica de reprodução das relações de produção é apontada por Althusser em várias passagens de sua obra quando afirma que todas as instituições estão ideologicamente a serviço do Estado. Assim, expressa que “a ideologia está destinada, acima de tudo, a garantir a exploração econômica e a dominação de uma classe sobre as outras” (ALTHUSSER, 1998, p.39). Nessa mesma linha de pensamento, Poulantzas (1969, p.267) afirma que, “por meio da ideologia, perpetua-se o predomínio de classe”.

As condições da produção dão origem às classes. Por isso, a sociedade de classes constitui um conceito primordial para a compreensão da relação entre dominados e dominantes e da construção ideológica da dependência, construída via produção material. Nesse sentido, a ideologia não pode ser pensada isoladamente, mas em sua influência na formação, manutenção ou transformação das relações estabelecidas. Não pode ser minimizada à produção econômica, mas nas relações construídas entre as classes sociais.

A reflexão gramsciana sobre hegemonia traz grande contribuição sobre os aspectos de direção cultural e política que envolvem essas relações interdependentes e antagônicas. Nessa concepção, o poder não advém apenas da classe dominante, mas pelos dois modos como se manifesta. Um pelo domínio e outro pela direção intelectual e moral. Um grupo domina quando submete o grupo oposto e dirige quando se põe à frente dos grupos afins ou aliados. O domínio pressupõe o acesso ao poder e o uso da força de maneira coercitiva; e a direção intelectual e moral faz-se através da persuasão e da adesão ideológica, que exercem a função hegemônica.

A hegemonia é um conceito atrelado ao entendimento da ideologia, capaz de conduzir um grupo social e estabelecer as relações sociais ou mesmo as relações de classe. Nesse sentido, Gramsci amplia a concepção de hegemonia e indica a possibilidade de que a classe social dominada possa desenvolver sua direção intelectual e moral, apesar de não ter acesso aos meios intelectuais de direção.

Para Marx (1984), o processo histórico de desenvolvimento das sociedades é marcado pela luta de classes; e a classe que detém o poder material dominante também é a classe que tem o potencial intelectual dominante. Nesse contexto, as ideias da classe dominante num determinado momento histórico, serão as ideias dominantes a serem difundidas na sociedade, pois a classe que exerce o domínio sobre os meios de produção material domina os meios de produção intelectual, legitimando a produção e veiculação dos pensamentos do período.

Na obra clássica de Marx e Engels, “A Ideologia Alemã” (1984), a produção de ideias, de representações e da consciência está relacionada à atividade material dos homens; é a maneira como se traduz a vida real e concreta em sociedade. As representações, o pensamento e as ideias traduzem a realidade através das leis, política, moral e religião de uma nação.

Por isso, para Marx, não há história fora do processo de produção da vida material, pois não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Para ele, não se parte do que os homens dizem e pensam, mas a partir do processo da vida real, do concreto, das relações representadas pela ideologia dominante que orienta esse cotidiano e as engendradas pelo capitalismo.

Nesse sentido, para o referido autor, a ideologia é um conjunto de ideias que procuram ocultar sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade. Sua compreensão sobre ideologia trouxe à tona a função implícita e explícita desse conjunto de ideias em defender os interesses de uma classe em particular: a que exerce a dominação política como se fosse interesse universal e representasse os anseios e pensamentos dos sujeitos sociais. Assim, a função da ideologia é a de ocultar ou dissimular o domínio de uma classe sobre a outra. Marx (1984) afirma que o objetivo da ideologia é evitar o conflito aberto entre dominados e dominantes e seria uma forma de consciência, mas de uma consciência parcial e ilusória engendrada pela criação de conceitos e preconceitos como instrumento de hegemonia.

O conceito de ideologia, na perspectiva gramsciana, vai além de um conjunto de ideias defendidas e universalizadas pela classe dominante; passa a ser entendida como consciência política ligada aos interesses de uma determinada classe. É uma visão de mundo desenvolvida e vivenciada pelos sujeitos capazes de pensar, inspirar e orientar uma ação ideológica e política de acordo com o projeto de classe ou grupo social. E, ainda, para Gramsci (1995, p. 65), é o terreno sobre o qual os homens movimentam-se, adquirem consciência de sua posição e lutam.

O desenvolvimento capitalista faz-se por meio da produção econômica e da propagação da ideologia. É no campo ideológico que os homens vivenciam e tomam consciência dos conflitos no mundo econômico. A estrutura ideológica capitalista é fundamentada a partir da relação ideológica e política disseminada pelos aparelhos ideológicos do Estado, cabendo aqui a ideologia econômica, com políticas voltadas a garantirem a expansão econômica com a anuência do Estado.

O Estado sendo um dos principais integrantes desse sistema, a ideologia que o controla, está eminentemente imbuída dessas relações. Uma determinada ideologia dominante não se define em função da classe dominante, mas das relações entre as classes.

Assim, a ideologia encarrega-se de conduzir as relações entre as classes sociais com a intenção de organizar “a visão de mundo” dos sujeitos que se relacionam em sociedade e manter a ordem. Logicamente, como a classe dominante detém os aparelhos ideológicos do Estado, encontra-se em situação privilegiada para criar e disseminar a ideologia também dominante e intrinsecamente absorvida pela cultura, religião e meios de comunicação como algo universal e ao mesmo tempo particular, pois passa a ter um caráter hegemônico.

Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento passa a ser uma formulação necessária para a expansão econômica, para o aumento da riqueza e, consequentemente, diminuição da pobreza, ditados por países “ricos” como uma fórmula ou etapa a ser seguida para superar a pobreza e todos os seus males, como: a marginalidade, a falta de moradia, a prostituição, entre outros. Esse modelo passa a ser seguido pelos países que se encontram na posição de “atrasados”, a fim de alcançarem o patamar de desenvolvido ou mesmo de “país rico”.

Interessante para a propagação dessa ideologia e, principalmente, para o estabelecimento e ampliação desse mercado, a América Latina torna-se alvo na dinâmica do capital internacional. Historicamente colônia produtora de metais

preciosos e de matéria prima, contribuindo no século XVI com o aumento de produção de mercadorias e desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, torna-se um locus favorável à criação e ao crescimento da indústria.

No século XIX, a Revolução Industrial levou um conjunto de países a se articularem em torno da Inglaterra e, a partir dessa metrópole inglesa, passaram a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas para o consumo, necessárias para ampliação e acumulação de riqueza dos países “avançados”, o que resultou em dívidas para os países da América Latina, que subsidiaram a produção de bens primários.

Até a metade do mesmo século, segundo MARINI (2000):

as exportações latino-americanas estão estagnadas e a balança comercial latino-americana é deficitária; os empréstimos externos destinam-se a sustentar a capacidade de importação. Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina (MARINI, 2000, p. 108).

A relação da América Latina com os centros capitalistas inserem-se na divisão internacional do trabalho, num contexto de desenvolvimento pautado na dependência, numa relação de subordinação na esfera da produção e reprodução do capital, desempenhando um papel relevante na formação da economia capitalista mundial, principalmente na produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII e, a posteriori, sobretudo no século XVIII, com o ouro brasileiro; e, no século XIX, a solidez da relação dos produtos enviados para a grande indústria no mercado internacional, precisamente após 1840.

Segundo Sodré (1964), o Brasil, a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial tornam-se cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta de 50% sobre esse saldo nos anos sessenta e sobe para 99% na década seguinte.

A função da América Latina no desenvolvimento do capitalismo é atrelada à capacidade de subsidiar a oferta mundial de alimentos e de matérias primas necessárias ao mercado industrial internacional. Nesse sentido, os países que se encontram nesse grupo têm a função de contribuir para a acumulação da economia industrial que ocorre pela produção de mais valia absoluta e da mais valia relativa, com o aumento da capacidade produtiva do trabalho e da exploração do trabalhador.

No contexto da América Latina, o Brasil tem, na década de 1950, o seu impulso para a industrialização, correspondendo à ideologia do desenvolvimento, difundida expressivamente no governo de Juscelino Kubitschek, como a necessidade de expansão econômica para o aumento da riqueza.

Conforme afirma BARBOSA (2006):

Na segunda metade da década de 1950, ocorreu uma intensa e acelerada reestruturação produtiva no Brasil, com a implantação da industrialização pesada, principalmente a indústria automobilística. Nesse período, foi implantado um bloco integrado de investimentos que revolucionou as forças produtivas da economia brasileira, a partir da criação das bases materiais de uma industrialização que é subordinada à lógica do capital internacional e dos seus centros hegemônicos (BARBOSA, 2006, p. 50).

Nesse período, o Brasil assume a ideologia de que para superar o “atraso”, era necessário industrializar-se para igualar-se aos países “adiantados”. Consequentemente, adota uma política de “superação ao atraso”, buscando dinamizar a economia com o intuito de acelerar o processo de crescimento econômico, via industrialização.

A ideologia desenvolvimentista defende que o atraso e a pobreza sejam vistos como uma crise de transição, uma fase a ser superada. A ideologia explica que o atraso e a miséria dos países “subdesenvolvidos” devem à execução de atividades tradicionais, inclusive de exportação de produtos primários. Então, para superar a crise, deve fortalecer o setor industrial e integrar a economia.

Assim, a política de desenvolvimento assumida no governo de Kubitschek buscou atrair o capital estrangeiro no intuito de alcançar o crescimento econômico. No entanto, essa política trouxe impactos na formação econômica e social brasileira, haja vista que consolidou a inserção dependente da economia ao sistema internacional, modificando também a relação do Estado na economia e fortalecendo a relação de subordinação centro-periferia.

A lógica do capital estrangeiro, no incentivo a subsidiar as condições necessárias para a política desenvolvimentista no Brasil, encontra no quadro internacional suas pretensões bem definidas.

Cardoso (1978) afirma que:

Conhecendo os movimentos de capital no plano internacional, a política desenvolvimentista procura canalizá-los para o Brasil. Sabe que as exportações de capital se fazem de acordo com a rentabilidade. Daí, ser preciso identificar os nossos setores potencialmente mais rentáveis, levando, para isso, em consideração, os recursos de que dispomos, especialmente em matéria- prima e mercado, assim como as “preferências” dos possíveis investidores estrangeiros. Localizando compatibilidades entre estes níveis interno e externo, resta encontrar meios de maximizar a rentabilidade do investimento nos setores selecionados. Esses procedimentos são levados a efeito, buscando construir uma economia nos moldes das economias capitalistas avançadas (CARDOSO, 1978, p.410).

A ideologia e a política desenvolvimentistas instauradas na época assumem o processo de industrialização e internacionalização do capital como um salto econômico, devendo deslocar-se para as periferias para expandir o sistema.

O Estado, através dos recursos institucionais e políticos, intensifica sua intervenção econômica, particularmente na indústria, incentivando os setores privados nacional e estrangeiro na legitimação dessa nova hegemonia dos países centrais para os periféricos.

Segundo Almeida (2006), a política de desenvolvimento capitalista dependente apoiava-se nos princípios ideológicos do nacionalismo, da soberania, em que a industrialização era vista como pré- requisito para a plena constituição do ser social.

Atrelada ao discurso ideológico da nacionalidade, a política desenvolvimentista ressalta a importância do proletariado industrial para a expansão da indústria. Como “demonstrativo de crescimento” do país, destacam-se: o aumento de empregos gerados pela indústria, a apresentação de características ditas como de “países avançados”, o aumento no nível de trabalhadores assalariados contratados e a diminuição de agricultores. Esse é um período em que se forma um grande contingente de “operário-massa” iludido pelo fetiche do salário; no entanto, num contexto de super exploração.

A música de Zé Ramalho: “Cidadão”, composta em 1979, expressa um momento histórico do processo de industrialização e a criação de serviços na construção civil, comércio e a ilusão do trabalhador que sai de sua região em busca dessa prometida geração de empregos, prosperidade e erradicação da pobreza, abandonando a agricultura e a seca em prol de um trabalho assalariado.

Tá vendo aquele edifício moço
 Ajudei a levantar
 Foi um tempo de aflição
 Eram quatro condução
 Duas prá ir, duas prá voltar
 Hoje depois dele pronto
 Olho prá cima e fico tonto
 Mas me vem um cidadão
 E me diz desconfiado
 "Tu tá aí admirado?
 Ou tá querendo roubar?"
 Meu domingo tá perdido
 Vou prá casa entristecido
 Dá vontade de beber
 E prá aumentar meu tédio
 Eu nem posso olhar pro prédio
 Que eu ajudei a fazer...

Tá vendo aquele colégio moço
 Eu também trabalhei lá
 Lá eu quase me arrebento
 Fiz a massa, pus cimento
 Ajudei a rebocar
 Minha filha inocente
 Vem prá mim toda contente
 "Pai vou me matricular"
 Mas me diz um cidadão:
 "Criança de pé no chão
 Aqui não pode estudar"
Essa dor doeu mais forte
Por que é que eu deixei o norte
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava
Mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer...

Tá vendo aquela igreja moço
 Onde o padre diz amém
 Pus o sino e o badalo
 Enchi minha mão de calo
 Lá eu trabalhei também
 Lá foi que valeu a pena
 Tem quermesse, tem novena
 E o padre me deixa entrar
 Foi lá que Cristo me disse:
 "Rapaz deixe de tolice
 Não se deixe amedrontar
 Fui eu quem criou a terra
 Enchi o rio, fiz a serra
 Não deixei nada faltar
 Hoje o homem criou asas
 E na maioria das casas
 Eu também não posso entrar
 Fui eu quem criou a terra
 Enchi o rio, fiz a serra
 Não deixei nada faltar
 Hoje o homem criou asas
 E na maioria das casas
 Eu também não posso entrar"

Hié! Hié! Hié! Hié!
Hié! Oh! Oh! Oh!

(RAMALHO,1974).

Essa música revela as contradições na esfera do trabalho, o processo de alienação, o sistema migratório, instigado pela industrialização, que muito levou os nordestinos a saírem de sua região em busca do trabalho prometido e conseqüentemente, a ilusão de ascensão social, que os fez depararem-se com a fome, o desemprego e a periferização nas grandes cidades.

A ideologia disseminada para o “progresso” fundamenta-se na ordem, nas oportunidades e na redenção nacional. Segundo essa ideologia, o desenvolvimento interessa a todos que formam a sociedade, pois interessa, tanto às economias avançadas, como às atrasadas.

Essa concepção é tão dominante que se expande entre as relações sociais através de grupos sociais, como guardiães da ordem, pois a sociedade é “harmônica” e o “desenvolvimento **vem propiciar a união em torno do projeto político que irá melhorar a vida de todos; ricos e pobres**”. (grifo nosso)

As desigualdades entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos passam a ter uma explicação linear, como se o atraso ou a pobreza fosse uma etapa ou fase a ser superada pelo crescimento econômico, tornando-se uma política hegemônica e de consenso no mercado.

Nesse modelo econômico de desenvolvimento, o padrão de industrialização a ser assumido pelos países e regiões segue decisões e programas internacionalizados no ciclo centro-periferia. Nas crises apresentadas pelo movimento do capital e seu processo de saturação são utilizadas estratégias de superação via planos econômicos.

Em 1973, como estratégia para superar a crise brasileira, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que priorizava a inserção do país no mercado internacional através da base energética e recursos naturais e da ilusão de ampliar a produção industrial.

Segundo Barbosa (2006), esse processo se deu através da reestruturação do aparelho produtivo industrial que:

Baseou-se no desenvolvimento de vários projetos: Pró-Álcool, Energia Nuclear, Petróleo, Ferrovia, Polo Petro-Químico, Papel Celulose, Siderurgia e Metais Não Ferrosos (Valesul); mineração: Alunorte, Albrás e Carajás. O governo Geisel buscou nas políticas de descontração industrial atenuar os chamados desníveis regionais de desenvolvimento industrial, utilizando-se de amplos incentivos fiscais pelos quais dava continuidade aos programas de ações integradas em regiões que agora deveriam ser prioritárias. (BARBOSA, 2006, p.52)

O governo assumiu como modelo de desenvolvimento para a indústria brasileira uma política de exportação e abertura ao capital estrangeiro, executando programas e criando instituições que promovessem essa política e consolidassem a integração do território nacional.

Para tanto, era necessário integrar as regiões para promoção do desenvolvimento econômico e diminuição das disparidades entre elas, haja vista que os investimentos em infraestrutura e em indústria foram centralizados no Centro-Sul do país, e focalizado em São Paulo, levando as demais regiões a pressionarem o governo quanto às dificuldades regionais e o tratamento diferenciado dado a cada uma.

Segundo dados do FIESP-CIESP, em 1957 o discurso de empresários paulistas sobre as regiões norte e nordeste após visita era:

Tratando-se de estados mais pobres[...]dificilmente lograriam (se desenvolver), a menos que (se instituísse) uma política esclarecida, por parte do Governo Federal e Estadual, conjugada com a iniciativa privada dos que dispõe de reservas de capitais Meridiano. Cf. (FIESP-CIESP (1957, p.16-7 apud CANO, 2007, p. 22).

Como se observa, havia uma articulação para a problemática inter-regional da nação numa concepção centro-periferia para o processo de desenvolvimento instaurado no país, com forte ideologia do nacionalismo.

Assim, ao final do século XIX, programas são institucionalizados como medidas de enfrentamento à seca, à pobreza e às disparidades nas regiões. Conforme Cano (2007), são criadas:

A Inspetoria de Obras Contra as Secas, criada em 1909 e transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Em 1946, a Constituição Federal reintroduzia a obrigatoriedade (que constava da Constituição de 1934) de vinculação de 3% da Receita Federal para combate às secas do Nordeste, atribuindo-lhe, nas disposições transitórias, mais 1%. Em 1948, eram criadas a Comissão do Vale do São Francisco, com o objetivo de desenvolver aquele vale fluvial, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), para produzir e distribuir energia elétrica. As grandes secas de 1951 propiciaram a criação do Banco do Nordeste do Brasil em 1952 e, finalmente, as secas de 1958-59, das mais severas, resultaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (CANO, 2007, p.21-22).

A ideologia dominante defendia a industrialização para o desenvolvimento e, para isso, seria necessário integrar o país para o crescimento econômico, minimizando os problemas emergenciais, como a seca, subsidiando a produção de matéria prima necessária para a indústria e realocando indústrias para esses “vazios demográficos” nos quais não incidiriam problemas de poluição e instalação de empreendimentos. Dessa forma, as políticas de industrialização eram respaldadas em implantação da moderna indústria, comandada por capitais estrangeiros. No entanto, esse modelo prosperou em São Paulo, mas nas regiões Norte e Nordeste, os capitais locais atingiram menos de 1% do total de investimento. (FURTADO, 1996, p. 103). Essa situação é perfeitamente entendida, pois o tipo de indústria instalada nessas regiões não condizia com a realidade da população, pois os principais segmentos implantados foram de material de transporte, elétrico e químico, não solucionando o problema de emprego e muito menos de concentração de renda.

Insta lembrar que, do ponto de vista do emprego, é o capital mercantil, como o comércio urbano e a construção civil, que geram e provocam a expansão do emprego urbano tanto no centro, quanto na periferia do país.

Não obstante, a situação da instalação da Refinaria Premium I no Maranhão, aqui estudada nessa relação contraditória entre o discurso do desenvolvimento que gera empregos e oportunidades, que diminui a pobreza e distribui as riquezas entre as regiões é, do outro lado, uma realidade diferente do que é propagado. Esse processo de instalação já pode ser avaliado, em sua fase inicial, como uma reedição de problemas anteriormente já vivenciados pela região Nordeste.

No período de 23 a 25 de novembro de 2011 ocorreu o 8º Encontro Nacional do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás

(PROMINP), com o slogan: “Desafios e oportunidades do Setor de Petróleo e Gás Natural na próxima década- 2020”.



Figura 7 – VIII Encontro Nacional do PROMINP em São Luís- MA
Fonte: PROMINP, 2011.

Durante três dias, palestrantes do evento discutiram, em São Luís (MA), sobre as oportunidades e os desafios previstos para o setor industrial. O Presidente do PROMINP, José Renato, lançou a campanha “Venha com a gente”, com o objetivo de captar força de trabalho “empreendedora” para a cadeia produtiva nacional. Informou a necessidade de a Petrobras dobrar a produção em 10(dez) anos e das oportunidades de desenvolvimento do país, que gerarão emprego, renda e oportunidades. Segundo ele:

O que fazer, já se sabe, sobre o nosso caminhar. Pegar experiências internacionais, o que podemos aprender, o que deu sucesso. A estratégia “como fazer” é sair da intenção para a obtenção. Para isso, temos que assumir os fatores de sucesso que são o mercado internacionalizado, programas de capacitação/ criação de universidades e cursos técnicos e transferência de tecnologia. Para tanto, podemos contar com o BNDES (DISCURSO PROFERIDO NO EVENTO POR JOSÉ RENATO, 2011).

A lógica do capital é expandir, é superar fronteiras para ampliar o mercado e, conseqüentemente, o consumo.

No decorrer do evento supracitado, os palestrantes, representando os empresários e instituições governamentais e não governamentais, tinham o discurso em sintonia orquestrado para o desenvolvimento do país.

A defesa de implantação da Refinaria Premium I, em São Luís, e da Premium II, em Fortaleza, ambas na região Nordeste, dá-se pela ideologia do “desenvolvimento” do país, pela oportunidade de investimento, operação e geração de renda, explicitamente colocado nas apresentações do 8º Encontro do PROMINP, que inclusive lançaram o desafio para que a implantação do empreendimento pudesse ocorrer nessa região: “identidade nacional, capacidade produtiva e competitividade”. Para isso, torna-se necessário: infraestrutura, pessoal qualificado e tecnologia, além da intervenção do estado quanto à tributação, financiamento e da regulação com o meio ambiente.

Historicamente, o ciclo de expansão capitalista, no Brasil, tem seu lócus na região Sul, coordenado por São Paulo, onde se mantém a concentração e centralização do capital na região e espacialmente cria a forma de destruição das economias regionais como um movimento dialético que destrói para poder concentrar, pois se alimenta do excedente de outras regiões para centralizar o capital. Essa expansão do sistema em âmbito nacional funciona sob os limites e as possibilidades de expansão, em outras regiões, a partir da determinação do Centro Sul como um processo necessário à “nacionalização” do capital, ligada ao capital internacional e regionalizando-se para cumprir a política dos Estados Federados, uma política muito vivenciada no pós-30 devido os movimentos migratórios que se intensificaram no Pós Guerra. De um lado, uma população para as regiões e, de outro, uma população para a nação, compreendendo as leis de produção e reprodução do capital ante o processo de industrialização.

As determinações de onde produzir e de como extrair as riquezas são um dado histórico de uma ideologia dominante hegemônica. As disparidades regionais de crescimento econômico e da ideologia desenvolvimentista seguem rigorosamente um ciclo do capital que política e historicamente se explica.

Para Oliveira (1991):

Em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das economias regionais, o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital. A estagnação, quando existe, é ela própria uma fase do ciclo. Quanto às relações entre a “região” Centro-Sul, comandada por São Paulo, e o “Nordeste”, tanto açucareiro-têxtil, quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais do “nordeste”: são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos “Nordestes”, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução do capital da “região” em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor [...] esse movimento não é puramente econômico, no sentido em que os economistas o empregam; sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha (OLIVEIRA, 1991, p. 76).

Nessa lógica, as disparidades regionais seguem uma proposta de desenvolvimento, assim como sua integração segue o processo de nacionalização do capital necessário à balança comercial.

Marx, em sua obra “O Capital”, no capítulo sobre a colonização, aponta como as colônias desempenham uma função específica para o capital. E ainda afirma que, livres de quaisquer circunstâncias eventuais perturbadoras, devemos considerar o mundo inteiro como uma só nação, considerar que a produção capitalista está estabelecida em toda parte e que se tem apoderado de todos os ramos da indústria. (SMITH, 1988, p.144)

Na perspectiva de Marx, mesmo não vivendo a era da informática, ele já previa que o capital movimentar-se-ia para eliminar as diferenciações geográficas. Posteriormente, Lênin discutiu essas diferenciações através do imperialismo, justificando que, embora o globo já estivesse dividido em Nações e os trustes associados no mundo, ainda as nações atrasadas serviriam de locais lucrativos para a exportação do capital.

Assim, as desigualdades regionais fazem parte da expansão do capital e de suas formas de exploração num processo hegemônico.

A ideologia do desenvolvimento tem no processo de industrialização o seu impulso para a modernização e superação do status de atrasado. Segundo Cardoso (1978), a discussão em torno do desenvolvimento é tão forte, que se torna inquestionável.

Não há nenhuma discussão por parte desses cientistas e técnicos em economia a respeito do significado do desenvolvimento. Aceitam simplesmente que ele seja um fenômeno universal, o que parece torná-lo inquestionável. Não cabendo discuti-lo, dão-lhe tratamento estritamente técnico. A sua preocupação quase exclusiva é como expandir o sistema (CARDOSO, 1978, p.403).

As medidas políticas e econômicas assumidas pelo governo JK iniciam o movimento do país, na concepção desenvolvimentista, numa ideologia forte e nacionalista, reforçando os princípios de integração, crescimento e progresso.

Nessa ótica, seria muito difícil ir contra as melhorias previstas para a nação que implementam programas de capacitação a nível técnico necessárias para o processo de industrialização e subsidiando o caminho para o desenvolvimento.

Contrário a essa ideologia difundida, Harvey (2005) discute sobre o conceito de desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo próprio de se relacionar, que têm seus próprios interesses, estrutura social e política diferenciada, cultura e convívio com o seu meio, de maneira particular, do qual jamais se pode seguir um modelo, pois se tem grandes chances de errar.

Seguindo o ciclo do capital e de suas condições de expansão, vivenciamos no país os mesmos discursos para o progresso, como modelos a serem seguidos, não fugindo à trajetória histórica de um desenvolvimento linear, defendido pela classe dominante (presente no estado, nas empresas nacionais e transnacionais), no entanto, com um enfoque na “autonomia” e no mundo globalizado.

Não fugindo dessa realidade, o Maranhão incorpora o mesmo discurso e, por isso, no sentido de situá-lo nesse contexto, resgatamos historicamente o processo de industrialização no Maranhão, considerando que sua atividade econômica sempre esteve, em larga escala, situada na agricultura e no extrativismo.

3.2 O capitalismo industrial no Maranhão

Devido à difícil penetração na região extremo norte do Brasil, o Maranhão não esteve na rota de implantação das capitânias hereditárias, em seu processo de colonização do país. Assim, durante o século XVI e início do XVII esteve em situação de “abandono”, sendo alvo fácil para que os franceses fundassem a França

Equinocial na localidade. Os principais motivos que levaram a sua fundação ocorreram pela necessidade de a França desbravar terras e colonizá-las com o objetivo de encontrar metais preciosos e precisar de áreas que servissem de abrigo para as populações que fugiam dos conflitos religiosos decorrentes da expansão da reforma.

A colonização do Maranhão, inicialmente feita pelos franceses, trouxe profissionais artesãos, pedreiros, carpinteiros, tecelões, padres e alfaiates, estabelecendo, nessa região, a França Equinocial com o intuito óbvio de comércio. Em seguida, vieram os portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos. Atracaram em Guaxenduba, próximo à foz do Rio Munin e expulsaram os franceses. Depois chegaram os holandeses, ocupando por três anos São Luís e sendo, da mesma forma, expulsos.

Historicamente, registra-se a invasão européia, no Maranhão, com o único objetivo de expandir seu mercado e usufruir das riquezas naturais necessárias ao processo de acumulação da riqueza de sua Nação.

Nessa perspectiva, a primeira atividade econômica realizada no Maranhão, com franceses ou portugueses, foi o comércio de produtos da terra (o tabaco, o algodão, a pimenta e madeiras). Documentos históricos registram a existência de extensos algodoais, já no início do século XVII, e uma bem montada serraria deixada pelos franceses, que talvez represente a primeira empresa industrial do estado.

Assim, da segunda metade do século em diante, a produção extrativista no Maranhão ganhou impulso no cultivo de interesse comercial externo. O cravo, a baunilha, a canela, o anil, o pau Brasil e o urucu. O destaque era dado pelo governo colonial aos produtos do algodão, açúcar, tabaco e arroz.

Segundo Dourado (2008), o algodão, já conhecido pelos nativos antes da chegada dos portugueses, foi o mais importante produto econômico do Maranhão desde o período colonial até meados do século XX.

O Maranhão, ao final do século XVIII, tinha sua economia associada ao algodão devido a ser o estado do Brasil que mais produzia e exportava essa mercadoria. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA (2008).

Ao final do terceiro decênio do século XIX, a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”. A participação desse produto na exportação do estado variou entre 73% e 82% e, mesmo nos períodos de crise, o algodão se manteve como o mais importante produto de exportação maranhense até os primórdios do século XX.

Entretanto, a partir de 1846, a cultura maranhense do algodão passou a fazer-se a custos crescentes. A importação de escravos tornara-se inviável; a expansão da economia agroexportadora do café, no sudeste brasileiro, e o consequente aumento da demanda de mão de obra escrava transformaram o tráfico interno, essa força de trabalho em negócio cada vez mais atrativo para proprietários maranhenses; vender escravos era mais lucrativo que produzir algodão. Em 1860 a 1865, teve como efeito o aumento forte da demanda pelo algodão no mercado internacional, estimulando a atividade algodoeira também no Maranhão.

Contudo, os americanos, ao retomarem sua produção após o conflito, logo reverteram esse quadro com a melhor produtividade dos seus cultivos, entre outros fatores. E a lavoura algodoeira maranhense entrou novamente em crise, agravada pela extinção da escravatura, em 1888, e pela força do extrativismo da borracha amazônica, que entrou na disputa pela força de trabalho ainda disponível no Maranhão.

Como se observa, o incentivo à produção em regiões periféricas sempre esteve associado ao mercado externo, à mão de obra barata e no intuito de superação de crises econômicas dos países centrais.

Viveiros (1954) descreve que o período da crise de mercado do algodão fechou 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas algodoeiras. Tudo isso ocorreu no próprio ano de 1888, quando a desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingia seus 90%.

Diante da situação, aconteceu a “loucura industrial”, quando empresários das lavouras viram-se pressionados pela mudança no sistema de produção e comercialização de seus produtos, tendo que investir em fábricas.

Conforme dados da FIEMA (2008):

Em 1895, existiam, no estado 27 unidades fabris, sendo 17 pertencentes a sociedades anônimas e 10 a particulares. Desse total, 10 fábricas de fiação e tecidos de algodão; 1 de fiar algodão; 1 de tecido de cânhamo; 1 de tecido de lã; 1 de meias; 1 de fósforos; 1 de chumbo e pregos; 1 de calçados; 1 de produtos cerâmicos; 4 de pilar arroz; 2 de pilar arroz e fabricar sabão; 1 de sabão ; e 2 de açúcar e aguardente. A primeira fábrica têxtil maranhense foi inaugurada em 1883. Tratava-se da Companhia Industrial Caxiense: 1.000 contos de capital, incorporado pelo Dr. Francisco Dias Carneiro, com 130 teares e 250 operários, produzindo tecidos crus e tintos. Em seguida, em 1889, era instalada a Companhia União Caxiense, investimento de 850 contos, 220 teares, com 350 empregados, produzindo tecidos crus.[...] Em Caxias ainda se instalou a Fábrica Sanharó: 150 contos, 26 teares, 60 operários; fabricava panos de algodão.

Em São Luís, a primeira fábrica do gênero só se instalou em 1890; foi a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, construída na Camboa do Mato, às margens do rio Anil, com capital de 1.200 contos, 300 teares, produzindo tecidos em geral, riscados grossos e finos e fios em novelos. Outras fábricas viriam associar-se às pioneiras:

- a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, em 1891, 900 contos de capital, com 105 teares e objetivo de fabricar tecidos de juta;
- a Companhia Progresso Maranhense, em 1892, com 150 teares, 160 operários, produzindo panos de algodão;
- a Companhia Fabril Maranhense – Santa Isabel, capital realizado de 1.700 contos, 450 teares, 600 operários, produzindo riscado e domésticos de algodão;
- a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, em 1893, 1.600 contos, 172 teares, 60 máquinas de fiação e 18 de branqueamento, produzindo morins e madapolões, com 209 operários;
- a Companhia Manufatureira e Agrícola, de Codó, capital de 1.000 contos, 150 teares, produzindo fazenda, fios e corda, com 250 operários;
- a Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton, instalada em São Luís, em 1893, produzindo meias e tecidos para camisas, com 30 operários;
- a Companhia Industrial Maranhense, 250 contos, 1894, destinada à manufatura de fio, punhos e linha de pesca, com 50 operários;
- a Companhia Lanifícios Maranhenses, 600 contos, 22 teares e outros aparelhos, com o objetivo de tecer todos os produtos de lã, seda e algodão, ocupando 50 operários.

Ao todo, em 1921, a indústria têxtil maranhense tinha um capital investido da ordem de 8.028 contos de réis, empregando 3.537 operários, com 2.336 teares, 71.608 fusos e uma produção estimada em 11.776 contos de réis. Entre 1921 e 1945, essa produção alcançava 4 milhões e meio de metros de tecidos, ocupando 3.871 operários.

Como se observa, a relação campo e cidade, urbano e rural, sempre estiveram acompanhando a lógica do mercado internacional, em que a produção é atrelada a essas necessidades de “crescimento econômico” e “modernidade”, migrando mão de obra da agricultura para os polos industriais.

Quanto ao movimento migratório, segundo dados do IBGE (2012), em 1950 a população rural brasileira era de 33.161.506 hab. e correspondia a 63,84% da população total. Vinte anos depois os habitantes das zonas rurais eram 41.037.586, porém correspondiam a 44% da população total.

Nota-se que a modernização da agricultura, o parcelamento da terra no campesinato do Sul e o avanço da fronteira agropecuária no Centro-Oeste e no Norte conferiram mudanças na extensão da população rural no país.

Segundo dados do IBGE (2012):

A região Sudeste foi a primeira a apresentar diminuição da população rural, o que ocorreu já na década de 1960. Também foi o Sudeste que apresentou a diminuição mais intensa da população rural, com um saldo negativo de 4.971.925 habitantes no campo entre 1950 e 2000, o que representa uma diferença de -42%. A modernização da agricultura e a intensificação da industrialização do Sudeste a partir da década de 1960, explica essa dinâmica populacional. A região Sul passou a apresentar uma intensa perda de população rural a partir de 1970, também por influência da industrialização e modernização da agricultura, que transbordou do Sudeste para o Sul, contemplando assim toda a região concentrada. Em 2000 a população rural da região Sul contava com 744.644 hab. a menos do que em 1950 (decréscimo de 13%), embora a população total da região tenha aumentado 17.248.913 hab. no mesmo período (IBGE, 2012).

Como se pode observar, em algumas regiões a diminuição da população rural não foi tão rápida e intensa devido ao recebimento de fluxos migratórios no campo ou pela menor intensidade do êxodo rural, reflexo de uma industrialização e modernização da agricultura menos intensa. O Nordeste só passou a apresentar decréscimo da população rural no período 1980-1991, sendo que, em 2000, a população rural era 11,6% maior do que em 1950. O Centro-Oeste, embora seja uma região de recebimento de migrantes, passou a apresentar decréscimo em sua população rural, na década de 1970, antes mesmo do Nordeste, sendo essa uma tendência que se mantém. A região Norte foi a única que apresentou crescimento contínuo da população rural, mas mostra constância na evolução entre 1991 e 2000.

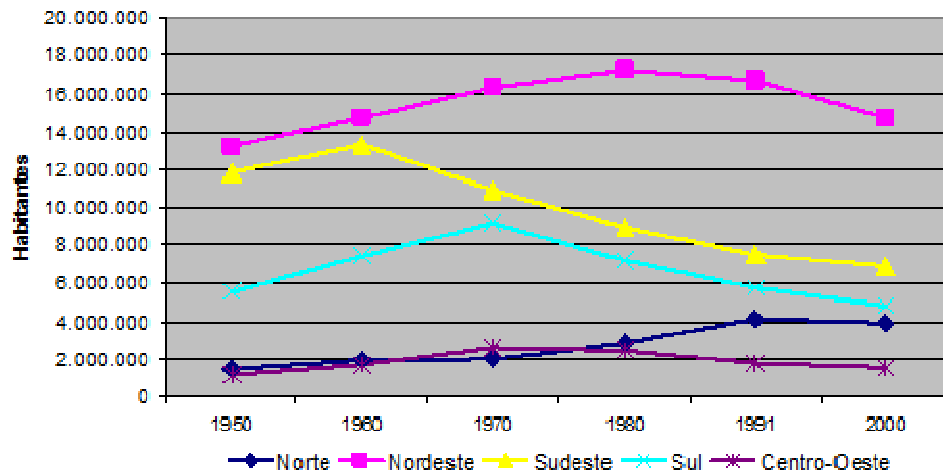


Gráfico 1 – Evolução população rural regional - 1950-2000
Fonte: IBGE – Org.: Eduardo Paulon Girardi

Embora o Maranhão ingressasse na indústria têxtil entre 1921 e 1945, antes de seu declínio não houve uma migração considerável da área rural para a urbana devido à cultura enraizada na agricultura e no extrativismo, típico da região nordeste, além dos investimentos voláteis na área industrial.

Na figura abaixo, a fábrica Cãnhamo leva muitos trabalhadores a se inserirem no processo de industrialização, mas não apresenta distorções ao estado no que se refere ao êxodo rural, como já mencionado anteriormente sobre a realidade da região nordeste. Até porque era necessário manter trabalhadores rurais ainda como mão de obra escrava no cultivo do algodão, cuja matéria prima subsidiava a produção de tecidos.



Figura 8 – Companhia de Fiação e Tecidos de Cãnhamo, em São Luís; hoje CEPRAMA (Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão)
Fonte: FIEMA (2008).



Figura 9 – Gomador da fábrica Rio Anil

Fonte: FIEMA (2008)

No início foi utilizado na fabricação de tecidos para as roupas de colonos e escravos. A partir da segunda metade do século XVIII, em decorrência da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, houve grande desenvolvimento na produção de tecidos na Europa, com o algodão ocupando lugar muito expressivo na exportação brasileira, e no Maranhão, sendo responsável por importante acumulação de capital e fator determinante das diferentes fases do desenvolvimento estadual.

O ciclo econômico do algodão, essencial na construção do estado, iniciou e desenvolveu-se no modelo mercantilista, com a utilização intensiva da mão de obra escrava, sob a égide da Companhia do Comércio do Maranhão, criada em 1682 para promover o desenvolvimento da colônia, com base na monocultura. (DELGADO, 2008).

O século XIX, para o Maranhão, representava um status de riqueza para a região, tanto no que se refere à produção econômica, como ao aspecto cultural, conhecida na época por Atenas Brasileira. No entanto, cabe ressaltar que apenas uma parte da sociedade usufruía desse status à custa dos trabalhos de trabalhadores nas lavouras de algodão, engenhos e fazendas.

O Maranhão, na condição de subalternidade ao governo português, deveria submeter-se às ordens sobre o que plantar e a quantidade de cultivo. Portugal ameaçava confiscar lavouras de quem não plantasse algodão ou cravo, produtos que interessavam comercialmente à metrópole, provocando protestos dos lavradores locais, como a rebelião comandada pelos líderes do comércio, Manoel e Tomás Beckman, em 1684. Embora duramente reprimida, a revolta afetou o desempenho da Companhia, conduzindo a seu encerramento pouco tempo depois. Assim, o Maranhão também assume a nomenclatura de “Ilha rebelde”.

Nota-se que os trabalhadores, quando se sentem oprimidos e devastados pela superexploração, expropriados de seus direitos, buscam formas de organização e lutam pela condição de sobrevivência.

O “sonho da industrialização”, no Maranhão, pela produção têxtil não tem êxito devido a sua fraca concorrência com outros estados da federação. Por conta disso, em 1960, vivenciou-se uma intensa redução de produção e de investimentos na região, passando a direcionar-se para as novas fábricas do Sudeste sua tecnologia em fibras sintéticas. Não podendo acompanhar o ritmo das fábricas do Sul e Sudeste, a indústria têxtil maranhense sucumbiu.

Com a queda dessa produção, a indústria maranhense começa investir no setor extrativista, já no século XX, tendo no óleo babaçu a inspiração e possibilidade de voltar ao setor industrial, que pouco durou, considerando outras necessidades do mercado internacional.

Diante de profundas transformações no mundo da tecnologia e mercado globalizado, a minerometalurgia e a siderurgia surgem como ramos mais promissores a serem instalados no estado, que teve, na década de 1980, o Projeto Grande Carajás, fortalecendo uma teia de investimentos nesse ramo e no ramo do agronegócio. E, nesse contexto, mantêm-se novas expectativas de um acelerado crescimento industrial, sem considerar a realidade local.

À exceção desses grandes projetos, a grande maioria dos empreendimentos, atualmente no Maranhão, encontra-se na categoria das micro, pequenas e médias empresas. As mais significativas encontram-se no ramo da construção civil e, de alguma forma, estão atreladas a esses grandes empreendimentos.

O Maranhão, com sua extensão territorial de mais de 333.000 km², sendo o maior estado nordestino e tendo o maior litoral brasileiro, perdendo apenas para o estado da Bahia, possui disponibilidade de terras agricultáveis, uma extensa rede hidrográfica e clima favorável durante todo o ano, apresenta, assim, vantagens naturais para investimento produtivo.

No que se refere à logística, a infraestrutura ferroviária é composta pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), pela Ferrovia Norte Sul (FNS) e pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), possuindo rodovias federais e estaduais. Em São Luís, encontra-se o complexo portuário formado pelos portos do Itaqui, da ALUMAR

e da Ponta da Madeira, e localização marítima mais próxima dos mercados americano e europeu.



Figura 10 – Estrada de Ferro Carajás (EFC)
Fonte: II Oficina UFMA- ONU/HABITAT (2012)

Tanto a Estrada de Ferro Carajás como os portos de Itaqui e da Madeira são de grande relevância para o escoamento da mercadoria.



Figura 11 - Obras Pier IV (ampliação do TPPM – Terminal Portuário de Ponta da Madeira)
Fonte: II Oficina UFMA- ONU/HABITAT (2012)

Como se observa, existe uma intensificação de esforços do estado para atrair os grandes investimentos para a região, mesmo com o ônus de degradação do meio ambiente, desapropriação de comunidades tradicionais, processos migratórios

e, conseqüentemente, o aumento de violência, prostituição e marginalidade no entorno desses projetos econômicos.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, a FIEMA (1988), essas mudanças econômicas e de industrialização na região seriam por conta dos esforços do Governador Sarney, com o seu caráter modernizador, para tirar o estado do subdesenvolvimento.

Vivemos uma reedição histórica do discurso de modernidade! Dando seguimento à proposta sarneísta, Roseana Sarney, na década de 1990, conclama um Novo Maranhão, agora intitulado de o Novo Tempo, e inicia seu mandato falando em investimento industrial em polos regionais de desenvolvimento.

Registramos também, no mesmo período, desapropriação de terras, adquiridas na maioria das vezes de maneira fraudulenta por investidores de outros estados, privatizações, como a do Banco do Estado do Maranhão (BEM), além do apoio à grande agricultura de exportação, atualmente chamada de agroindústria, em detrimento da agricultura familiar.

Essa proposta de “modernização” representou a incorporação do Maranhão ao projeto de uma modernização conservadora que estava inserido no projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, longe do alcance das classes populares.

O processo de expansão do capitalismo monopolista aprofundou as desigualdades sociais e acelerou o processo de concentração fundiária, bem como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando os conflitos no campo em toda a região e os empurrando para as periferias das cidades. No entanto, o governo Sarney (1966-1970) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização.

Segundo MORAIS (2009):

Entre o final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, com a chegada dos projetos do programa Grande Carajás e a instalação da multinacional ALUMAR, o governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos para os maranhenses, o que resultaria na elevação das condições de vida e trabalho de toda a população. Aqui chamamos a atenção: como essas vagas de empregos seriam preenchidas por trabalhadores maranhenses se o estado possuía baixos níveis de escolaridade? De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a taxa do estado era de 0,547 (IBGE apud COSTA, 2001).

Constatamos, nesse processo, uma incoerência entre o discurso do desenvolvimento e a realidade vivenciada pela classe trabalhadora maranhense, pois, além de não gerar os empregos prometidos, provocou um crescimento desorganizado da cidade, sem políticas governamentais correspondentes. Para agravar essa situação, o estado ascendeu ao primeiro lugar dos piores indicadores socioeconômicos.

O discurso desenvolvimentista tem carregado um marketing envolvente de uma propaganda eleitoral que tem fôlego para 2020, rebuscada de uma grande descoberta e de melhorias para todo segmento da sociedade maranhense. Assim o discurso foi veiculado pelo meio televisivo e rádio:

A descoberta de gás no MA foi um arraso, não foi? Todo mundo que gosta do Maranhão ficou muito feliz. Mas você deve estar se perguntando: e o povo, o que vai ganhar com esse gás? Será que o gás vai melhorar a minha vida? Eu acho que vai! Veja só: Capinzal do Norte e região vão receber bilhões de impostos, royalties; a arrecadação do governo do Maranhão vai aumentar inúmeras vezes, haverá muito mais recursos para melhorar a vida da população. Novas indústrias vão chegar com **milhares de novos empregos**. Você viu? Todo mundo vai sair ganhando porque o Maranhão vai ter mais dinheiro para melhorar a vida das pessoas e dos municípios. A refinaria, a exploração do gás e as novas empresas que estão chegando **vão exigir mão de obra qualificada** e, se não preparamos o trabalhador do MA, as vagas serão ocupadas por profissionais de outros estados. E, para evitar que isso aconteça, já estou preparando um grande programa de **formação profissional do jovem e de requalificação do trabalhador adulto**. (Discurso proferido pela candidata Roseana Sarney, no dia 18 de agosto de 2010, no horário eleitoral).

O discurso vem imbuído de oportunidades, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida dos maranhenses, um verdadeiro “milagre econômico”. É importante salientar que a questão da qualificação profissional é garantida pelo governo no discurso e, no entanto, observa-se na realidade que não tem alcance para todos.

Paralelos ao processo de implantação de grandes empreendimentos, surgem cursos profissionalizantes na mesma visão mercadológica, expropriando o trabalhador que acredita numa equação ilusória: esforço + mão de obra qualificada = emprego garantido.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que, com o processo de implantação da ALUMAR e da Companhia Vale do Rio Doce- CVRD, em São Luís, desapropriaram cerca de 12 mil pessoas, que não foram expropriadas apenas de

suas moradias, mas também do local de trabalho, considerando que essas famílias eram, em sua maioria, pescadores, catadores de caranguejo, sururu, e outros mariscos, assim como produziam hortifrutigranjeiros. (FEITOSA; RIBEIRO, 1995, p. 62). Por outro lado, os empregos prometidos não se confirmaram. Apenas na fase de construção, muitos maranhenses foram absorvidos na construção civil como “peões” (DURANS, 2007, p.6).

Historicamente a política de desenvolvimento vem subsidiando o processo de acumulação capitalista, no qual não há a distribuição das riquezas geradas, que acontece de maneira desigual e combinada, conforme os interesses capitalistas nacionais e internacionais. Esse processo tem ocorrido mediante a intervenção do estado, na medida em que cria as estratégias políticas e econômicas favoráveis ao processo de implantação desses grandes empreendimentos na região.

Conforme afirma DURANS (2007):

Desde os anos 1950, com a política desenvolvimentista, o processo de industrialização foi centrado no centro sul brasileiro. A descentralização do eixo sul/sudeste para outras regiões, a exemplo do Norte e Nordeste, representou uma alternativa para a expansão capitalista. E isso aconteceu em sintonia com os interesses do capital internacional que, desde os anos 1960, rastreava reservas minerais no país, situadas principalmente na Amazônia.

Assim, política governamental adotada para essa realidade estava expressa no Programa Grande Carajás (PGC). O governo objetivava, com esse programa, gerar divisas para o equilíbrio da balança de pagamentos do país. A SUDAM, a SUDENE e o PGC, enquanto organismos estatais, cumpriram papel fundamental no financiamento, com a garantia de isenções fiscais e criação de infraestrutura básica para a instalação de empresas nacionais e transnacionais na região (DURANS, 2007, p.3).

E, nessa perspectiva de favorecimento aos grandes empreendimentos, ainda estão por vir, outros grandes projetos para o Maranhão subsidiados pelo governo e que trarão mudanças nas relações de trabalho, no meio ambiente, entre outras esferas, mas que não tirarão o estado da sua condição de pobreza, até porque “a mão de obra local não é qualificada” para atender o nível de exigências desses empreendimentos, o que impulsionará a vinda de trabalhadores de outros estados e nações e, ainda mais, o produto e as riquezas extraídas no estado não ficam e nem ficarão nesta região, pois tem um destino certo, que é o mercado internacional.

Mas a ideologia de desenvolvimento pela “modernidade” e “industrialização” segue seu ritmo acelerado no Brasil, e em particular no Maranhão, sendo demonstrado através de dados de divulgação política do governo Roseana Sarney (2010- 2014), compilados na tabela abaixo, com ênfase no volume de investimentos para o Maranhão “moderno” e “De volta ao Trabalho” (o último *slogan* de sua campanha eleitoral).

Tabela 5 - Investimentos para o Maranhão

Infraestrutura e grandes projetos de desenvolvimento	Investimento	Quantidade de empregos prometidos
Terminal Portuário do Mearim	R\$ 3 bilhões	3.600 (diretos e indiretos)
Logística- expansão da Vale	R\$12,5 bilhões	2.500 (durante a construção)
Mineração de Ouro (Mineradora Aurizona)	R\$ 100 milhões	1.200 (diretos e indiretos)
Mineração de Ouro (Jaguar Mining)	R\$ 280 milhões	Implantação: 1.000 ; Operação: 450 (diretos), 180 (indiretos) 2.250 (efeito renda)
Suzano Papel e Celulose	R\$ 4 bilhões	Implantação 8.000; Operação: 3.500(diretos),15.000(indiretos)
Gusa Nordeste -ACIARA	R\$ 300 milhões	Implantação: 1.000; Operação: 1.000 (diretos e indiretos)
Hidrelétrica –UHE Estreito	R\$ 4 bilhões	7.500 (diretos na obra)
Termelétrica – Grupo MPX	R\$ 1,8 bilhão	6.000 (diretos e indiretos)
Termelétrica – Grupo Geranorte	R\$ 600 milhões	3.000 (diretos e indiretos)
Termelétrica – MPX Energia e Petra Energia	R\$ 4 bilhões	Fase de construção: 3700 (diretos e indiretos) Fase de operação: 480 (diretos e indiretos)
Alumar – expansão refinaria	R\$ 5,2 bilhões	13.000
Alumar – BRASCOPPER	R\$80 milhões	Operação: 140 (diretos) Implantação: 200 (diretos e indiretos)
Notaro Alimentos – Complexo Industrial Avícola	R\$ 146 milhões	3.800 (diretos e indiretos)
Grupo Sá Cavalcante- Shopping da Ilha	R\$ 240 milhões	Construção: 1000 diretos; 4.000 indiretos; Em funcionamento: 3.000 empregos
Grupo Sá Cavalcante-Centro Empresarial	R\$ 780 milhões	250 diretos na obra; 1000 (indiretos)
Refinaria Premium I	US\$ 19,8 bilhões	132.000 (diretos e indiretos) ; 26.000 (pico da obra)

Fonte: Encarte “O Maranhão e a nova década: oportunidades e desafios”

Contrariando o discurso governamental, a luta de trabalhadores rurais que vivem na margem da BR-135 e que sofrem constantemente de problemas na travessia, algumas seguidas de morte, sempre reivindicaram por melhorias viárias e pela duplicação da rodovia federal, pela sinalização, por passarelas, construção de quebra-molas, implantação de semáforos e redutores de velocidade; enfim, um rol de possibilidades para minimizar o problema e garantir segurança para essa população. No entanto, com a força deste grande empreendimento, o da Refinaria Premium I, e suas reais necessidades para o escoamento de mercadoria, a duplicação da BR-135 é autorizada através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a mesma empresa de engenharia, a SERVENG, que esteve na etapa de terraplanagem da Refinaria, ganha a licitação para a obra de duplicação da Rodovia. O mais interessante é que, em meio a essa articulação, o discurso dominante ganha expressividade na população como se fosse uma reivindicação popular atendida em seu governo.

DISCURSO DOMINANTE



Figura 12 – Propaganda para duplicação da BR-135

Fonte: Encarte distribuído na BR- 135 chamando para audiência pública (2012)

Deve-se considerar que o Maranhão é parte constitutiva de uma totalidade da sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação internacional. Dessa forma, afirma-se que há uma articulação entre o

local, o nacional e o transnacional, compreendendo que os interesses do capital movem-se nessas esferas e, obviamente, de forma diferenciada.

A partir da década de 80, a força de grandes projetos industriais, a exemplo do programa Grande Carajás, engendrou um capitalismo industrial no Maranhão com a combinação de formas modernas (tecnologia) e atrasadas (manual e braçal), impulsionadas e patrocinadas pelo Estado. Segundo Barbosa (2006, p.89), essa relação pode ser referenciada desde a Lei Imperial 2.687, de 1875, em que os governos das províncias deveriam oferecer garantias de ingresso, isenção de impostos, máquinas, equipamentos e, logicamente, território para as companhias que investissem seu capital nos engenhos de cana. Observa-se, assim, que o vínculo do Estado e o capital sempre existiram e à custa da intensa exploração da classe trabalhadora.

Segundo Holanda (2009), a verdadeira década perdida para o Maranhão foi a década de 1990, cujo desenrolar foi condicionado pelo esgotamento do ciclo de investimentos que maturaram no Estado na primeira metade da década de 1980, com a instalação do complexo metalúrgico-logístico VALE, Carajás e ALUMAR, e pelo aprofundamento da crise fiscal que se abateu sobre o Estado.

Um aspecto importante a respeito da economia maranhense na década de 1990 é que dela derivou escasso ou nenhum dinamismo na melhora do cenário macroeconômico nacional pós - Plano Real. A década de 1990 constituiu, para o Estado do Maranhão, a verdadeira década perdida, do ponto de vista do desempenho econômico, conforme dados do IMESC/2009 (tabela 6). Sua taxa de crescimento global encolheu para 1,4% a.a., menos da metade da taxa de expansão da região Nordeste (3,6% a.a.) e inferior à já medíocre taxa de expansão do país (2,1% a.a.).

Tabela 6 - Médias Geométricas Anuais de Crescimento do PIB setorial e por Atividades econômicas Seleccionadas – Brasil, Região Nordeste e Maranhão (Décadas de 1980 e 1990, em % ao ano)

Atividade Econômica	1980-90			1990-99		
	Brasil	NE	MA	Brasil	NE	MA
Setor Agropecuário	3,1	1,5	-2,5	3,1	0,2	-1,6
Setor Industrial	1,0	1,0	10,4	1,7	3,2	2,1
Indústria Extrativa Mineral	7,4	6,0	15,9	4,9	0,1	-
Indústria de Transformação	0,6	-1,6	3,4	0,9	2,9	1,5
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	6,4	7,0	9,2	3,9	4,7	4,2
Construção	-0,4	3,0	14,6	2,2	4,9	3,1
Setor Comércio e Serviços	3,3	4,6	9,3	2,3	2,8	2,1
Comércio (inclusive restaurantes e hospedagem)	1,1	1,7	6,3	2,3	1,4	3,6
Transportes, Armazenagens e Comunicações	3,0	7,2	11,6	3,8	4,7	3,3
Comunicações	14,4	12,0	16,5	9,7	14,0	11,7
Administração Pública	1,8	5,3	9,7	1,5	2,6	1,3
TOTAL	2,3	3,3	8,3	2,1	3,6	1,4

Fonte: IBGE (2005)

O mercado de trabalho maranhense corrobora em sua trajetória, nas últimas três décadas, às características essenciais do padrão de acumulação. O aspecto mais notável nessa dinâmica foi a rápida transição urbana da força de trabalho, que de eminentemente rural, até o ano de 1992 (69,1%), passou a majoritariamente urbana em 2008 (65,0%).

Tabela 7 - Evolução da PEA, População Ocupada, População Desempregada e da Taxa de Ocupação no estado do Maranhão entre 1992 e 2008 (Mil Pessoas e % a.a.)

Indicadores	1992	2000	2008	1992 a 2008	% a.a.	1992 a 2000	% a.a.	2000 a 2008	% a.a.
PEA	2.350	2.171	2.983	633	1,50	-179	-0,99	813	4,05
PEA Urbana	887	1.315	2.026	1.139	5,30	428	5,05	711	5,55
PEA Rural	1.463	856	957	-506	-2,62	-607	-6,49	102	1,41
População Ocupada	2.295	1.914	2.823	528	1,30	-381	-2,24	909	4,98
População Ocupada Urbana	843	1.105	1.917	1.074	5,27	261	3,43	813	7,41
População Ocupada Rural	1.451	810	906	-546	-2,91	-642	-7,04	96	1,41
População Desempregada	55	257	161	106	6,94	202	21,24	-96	-5,68
População Desempregada Urbana	43	210	109	66	5,94	167	21,85	-102	-7,90
População Desempregada Rural	12	46	52	40	9,77	35	18,79	6	1,44
Taxa de Ocupação	97,7	88,2	94,6	-3,0	-0,20	-9,5	-1,27	6,4	0,89
Taxa de Ocupação Urbana	95,1	84,0	91,8	-3,3	-0,22	-11,1	-1,54	7,8	1,12
Taxa de Ocupação Rural	99,2	94,6	97,9	-1,3	-0,08	-4,6	-0,59	3,3	0,43

Fonte: IBGE – PNAD (1992 e 2008)

Observamos na Tabela acima que, no mesmo período, a população ocupada urbana evoluía à taxa de 5,3% ao ano, insuficiente para reduzir o desemprego (crescimento da população desempregada de 6,94% no mesmo período).

Os efeitos da industrialização na população urbana e rural são significativos, considerando que o crescimento populacional não corresponde ao mercado ofertado, ou seja, o número de geração de empregos não garante a inserção da população local. As taxas tendem a se alargar devido a vários fatores, dentre eles: o nível de escolarização, as migrações internas e externas e as exigências das empresas multinacionais no estado.



Figura 13 - Placa anunciando o Desenvolvimento de Bacabeira-MA
Fonte: Pesquisa autora em coleta de dados (maio de 2013).

Devemos atentar para o fato de que o processo de modernização da economia maranhense foi e continua sendo em grande medida liderado pelos investimentos públicos. Esse fato, bastante evidente em uma economia ainda caracterizada por pequena diversificação produtiva e investimentos dos capitais privados, mostra como se reflete na economia maranhense outro fenômeno do capitalismo contemporâneo: o Estado torna-se um lugar central da luta pela apropriação do excedente social, alterando de forma irreversível a maneira de financiar a acumulação privada.

Diante dos fatos e da lógica do sistema produtivo internacionalizado, dentro da qual ocorre, num processo desigual e combinado, a discussão sobre a instalação de grandes empreendimentos no Maranhão, aqui em questão a Refinaria Premium I, em Bacabeira-MA, é de extrema necessidade aprofundar a discussão, mesmo considerando como parâmetros outros grandes projetos instalados na região, a respeito das peculiaridades e particularidades da classe trabalhadora do povoado de Santa Quitéria, no município de instalação do projeto da Petrobras, que trazem suas lutas e contradições no enfrentamento ao esperado “desenvolvimento” de um “bolo que cresceu, mas que quem partiu, esqueceu de dividir”.

4 A PETROBRAS E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: A REFINARIA PREMIUM I NO MARANHÃO



Figura 14 - Placa indicativa de construção da refinaria Premium I em Bacabeira - MA
Fonte: Pesquisa de campo autora (2011).

A Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) surgiu em outubro de 1953, com a edição da Lei 2.004 e com o objetivo de executar as atividades do setor petróleo, no Brasil, em nome da União. Até 1997, a empresa detinha o monopólio das operações de exploração e produção de petróleo, bem como as demais atividades ligadas ao setor, à exceção da distribuição atacadista e da revenda no varejo pelos postos de abastecimento.

Ao longo do século XX, o petróleo constituiu-se um tema sensível para os países desenvolvidos, tanto pelos interesses econômicos da indústria do petróleo, quanto pelo fato de que as economias norte-americana e europeia dependiam, como dependem até hoje, de petróleo importado. Alvo inclusive de guerras na disputa pelo petróleo.

Um cartel conhecido como as "sete irmãs" dominou o mercado mundial do petróleo até os anos sessenta. Cinco dessas empresas eram norte-americanas, uma delas era uma empresa inglesa e a última uma empresa anglo-holandesa.

Em 1938, durante o Estado Novo, o Estado Maior das Forças Armadas elaborou um documento levantando a necessidade de uma política para o petróleo e propondo o monopólio estatal.

Após diversos debates sobre o tema, no interior do governo, Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, criando o Conselho Nacional do Petróleo e restringindo a refinação a empresas formadas por brasileiros natos. Em 7 de julho de 1938, era publicado o Decreto-Lei nº 366 que definia a estrutura do novo órgão, com posição nacionalista e favorável ao monopólio estatal do petróleo. (OLIVEIRA, 2003, p.94)

Em 7 de maio de 1941, o Decreto-Lei 3236 determinou que as jazidas de petróleo e de gás passavam a pertencer à União.

A campanha em favor do controle nacional sobre o petróleo constituiu-se um dos movimentos de opinião pública mais vigorosos da história política brasileira e ficou conhecido por seu lema: "O petróleo é nosso".

A Petrobrás surge nesse contexto, sendo hoje uma empresa de capital aberto, contando com mais de 131.000 acionistas. O controle de capital, contudo, permanece nas mãos da União Federal, que detém 55,7% do capital votante e 32,2% do capital social (PETROBRAS, 2008, p.2).

A globalização do capital alcançou um estágio superior e converteu-se em transnacionalização. Entender esse processo significa compreender as mudanças ocorridas na economia mundial e nas novas relações entre os países na forma de comercialização dos mercados e do gerenciamento do poder. Os grandes movimentos econômicos mundiais materializam-se através das relações entre as companhias transnacionais e, em seu interior, entre matrizes e filiais.

Segundo Bernardo (2000, p.39), a transnacionalização é "mais do que a junção de fronteiras; trata-se da passagem por cima das fronteiras". Por isso, a terminologia de companhias multinacionais é substituída por companhias transnacionais. Elas não juntam Nações, passam por cima delas.

Para Cano (2007, p.28), a industrialização tem sido proposta para cada uma das regiões brasileiras como solução maior para o problema do desenvolvimento e das disparidades regionais. Mas em que condições se dá esse processo? O desenvolvimento defendido e divulgado pela classe dominante modificará o modo de vida da classe trabalhadora? Haverá uma melhor distribuição de renda e acesso aos serviços públicos? E a classe trabalhadora rural, como tem enfrentado tal situação?

A implantação das atividades de exploração da Petrobras, no Maranhão, traz, sem dúvida, impactos sobre a antiga estrutura econômica e no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira.

Do ponto de vista estrutural, as atividades da Petrobras instauram a existência de novos grupos sociais, oriundos inclusive de outros estados da federação e internacionais, modificando a estrutura eminentemente na agricultura nessa região. Conforme dados fornecidos pela Engenharia da Petrobrás em novembro de 2011, a mão de obra utilizada na etapa de terraplanagem era de 30% de Bacabeira, 25% de Rosário, 9% de Santa Rita e 15% de São Luís.

A experiência brasileira diz que a instalação de refinarias está relacionada a uma grande elevação da renda per capita, mas não cria, por si só, as condições para a distribuição da renda e das oportunidades no local de sua instalação.

Há que se pensar nos projetos de investimento que estão sendo viabilizados no Maranhão do ponto de vista de sua relação com a cultura e meio ambiente e com as questões regionais e territoriais.

4.1 Derrubando o muro de Bacabeira: campo de disputa, conflitos e contradições



Figura 15 - A queda do muro de Bacabeira-MA.

Fonte: Jornal Rosário Notícias (julho, 2011).

O município de Bacabeira-MA surge em um contexto político contraditório entre a realidade territorial e as condições de infraestrutura para que fosse

emancipado para município. Realidade essa que vem à tona com o anúncio da implantação da Refinaria Premium I na região, em 2010, o que aumenta as tensões, expectativas e frustrações dos moradores locais e de municípios vizinhos.

Em uma primeira aproximação com a realidade do local, registramos a queda do muro de Bacabeira, terreno que estava sendo cercado pela empresa da Petrobras e que, anteriormente, era um espaço da comunidade onde realizavam os festejos e as danças culturais, dentre elas: o Bumba meu boi, as quadrilhas e o *reggae*. A comunidade não consentiu tal processo, embargando o cercamento.

Conforme dados colhidos no blogfacil.net-bacabeira–emfoco, outra manifestação no município envolvendo os trabalhadores da região, não divulgada na mídia, silenciando os conflitos já existentes no processo inicial de implantação do projeto, ocorreu no dia 31/12/2011:

O tumulto e os comentários na cidade de Bacabeira é grande. Tudo gerado em torno da demissão em massa realizada pelo consórcio GSF, que é responsável pela construção da Refinaria Premium I. Segundo informações de alguns trabalhadores, o número de demissões chega a quase 1.000 (MIL) trabalhadores, entre homens e mulheres, o que causou a aglomeração de pessoas nas ruas e nas paradas de embarque e desembarque de passageiros na cidade. A rotina é igual todos os anos. Com a chegada do período chuvoso no Maranhão, é certo de que os meses trabalhados na refinaria sejam de apenas seis (6) meses durante cada ano, conforme cronograma do próprio Consórcio (BACABEIRA em foco. Disponível em: <<http://bacabeiraemfoco.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 2 jan 2012).

Entre a realidade e o discurso dominante existe a tendência a naturalizar tais situações. O processo de demissão, já previsto pelo Consórcio Queiroz Galvão, Serveng e Fidens- GSF, empresa responsável pela etapa de terraplanagem, devido a situações climáticas, intitulada de “desmobilização”, não levou em consideração que os trabalhadores rurais da região modificaram as formas de produção mediante a inserção de novas relações de produção.

Assim, percebemos que o desmembramento de Bacabeira de Rosário-MA, teve uma intenção política e territorial que gerou conflitos desde o início, conforme pode ser verificado no discurso do Deputado que esteve em sessão extraordinária que definiu pela emancipação, datada de 01 de novembro de 1994, e mostra em seu conteúdo divergências sobre a legalidade do processo, naquele momento expressadas na fala do Deputado José Costa, que argumentou:

Sr. Presidente, Srs Deputados. Os Projetos de Lei, lidos para discussão e votação, eles não foram publicados. O boletim da Sessão de hoje não circulou no Plenário (...) desta Casa. É uma formalidade essencial para que haja discussão e votação que a matéria seja do conhecimento, que haja publicação no Diário da Assembléia. Segundo: o próprio parecer também não foi dado em plenário; os pareceres foram expedidos pelas comissões que apresentavam todos os pareceres favoráveis, porém não foram ainda publicados no Diário desta Casa. Em razão do exposto, para não ser conivente com mais um atentado ao Regimento desta Casa eu vou me ausentar; e, em razão de ausência de quórum, as matérias aqui de criação de municípios não deverão ser apreciadas hoje, a menos que se queira praticar mais uma indignidade nesta Casa, afrontando as normas regimentais.”⁷

De acordo com Valdenice Travassos (1998), a polêmica envolvendo a emancipação já vinha do ano anterior, quando o então prefeito de Rosário, Marconi Bimba, empenhava-se no sentido de reunir assinaturas contra a emancipação⁸.

O processo de criação concretizou-se e Bacabeira foi desvinculada de Rosário, saindo da condição de povoado pertencente a Rosário e tornando-se município pela Lei nº 6.187, publicada no Diário Oficial nº 215, do dia 10 de novembro de 1994, Projeto de Lei nº 362/94, de autoria do deputado Raimundo Leal.

Nesses termos, o município de Bacabeira assume um importante destaque no estado devido a sua localização geográfica e por ser considerada como um “vazio demográfico” pronto a ser “descoberto” e “explorado pelo progresso”, inclusive justificado pelo processo de emancipação, através do qual desmembrando-se Bacabeira de Rosário recolhem-se outros impostos e há uma diminuição fiscal sobre as localidades. Assim, o município de Bacabeira, devido ao seu contexto geográfico e político, facilita as propostas de investimentos na região, conforme visualiza-se no mapa abaixo.

⁷ Discurso do Deputado José Costa. In: Ata da Sessão Extraordinária da 3ª. Sessão Legislativa da 12ª. Legislatura em 01 de Novembro de 1994.

⁸ TRAVASSOS, Valdenice Verde Conceição. Emancipação do Município de Bacabeira. Monografia de Conclusão de Curso – História. Centro de Estudos Básicos – Universidade Federal do Maranhão, 1998.

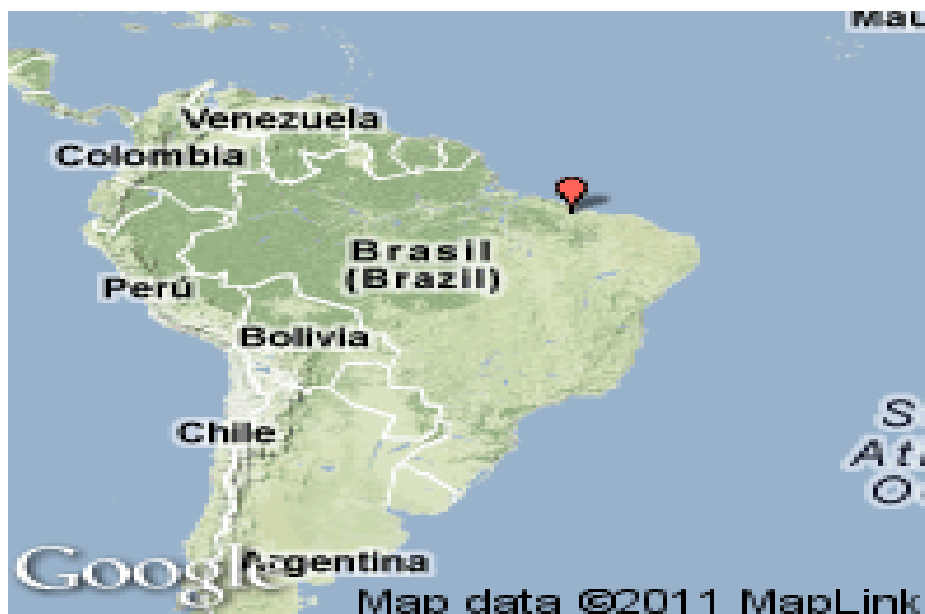


Figura 16 - Mapa localização Bacabeira-MA.
Fonte: Google Mapa (2011).

Como se observa, Bacabeira é o município continental mais próximo de São Luís. Encontra-se distante 60 quilômetros da capital maranhense, no encontro das rodovias BR-135 e MA – 402, separado apenas pelo Estreito dos Mosquitos, num ponto estratégico, pois é atravessada pela BR- 135, pelo trajeto ferroviário (Carajás-Norte-Sul) e Transnordestina, que dão acesso ao Complexo Portuário de São Luís, e é passagem obrigatória para quem vai da capital para o continente, ou vice-versa, e para aqueles que seguem a estrada em direção aos municípios que compõem o polo Turístico do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Pelo município também passam as grandes redes transmissoras de energia que abastecem a cidade de São Luís e todas as indústrias instaladas na ilha, através da ELETRONORTE, assim como a adutora (Sistema Italuís - CAEMA) que abastece 60% da água consumida na capital. Outro importante elemento é o fato de o município estabelecer limites com a Baía de São Marcos e o estuário do rio Mearim, onde será implantado um terminal portuário com dois píeres, com quatro berços às margens desse rio⁹.

Segundo o discurso dos representantes da Petrobras proferido no dia 09/11/2013, na Associação dos Moradores de Porto Grande, em São Luís, a construção do píer “é para diminuir os impactos na região, considerando o tráfego na

⁹ Siderúrgica do Mearim vai gerar sete mil empregos no Maranhão. Jornal Pequeno. São Luís do Maranhão, 16 de Outubro de 2007.

BR- 135 e os equipamentos ultrapesados que irão desembocar no IV píer do Porto do Itaqui, sendo guinchado para a esteira e conduzido por uma balsa que desembocará no Rio Mearim, em outro píer que será construído próximo à comunidade de Zé Pedro, em Bacabeira-MA e atravessará a supracitada BR levando em torno de 15 minutos para adentrar o portão lateral da Petrobras”. Na exposição, não elencou os impactos para as comunidades com a degradação do meio ambiente no que concerne aos ruídos, ao desmatamento para construção do píer e da estrada, à influência na biodiversidade apresentada no trajeto do rio e da estrada que impactará na fauna e flora da região.

Toda e qualquer reação ou formas de organização dos trabalhadores em contraposição à entrada das empresas desses grandes empreendimentos em seus povoados deve ser entendida ao longo dos acontecimentos históricos que, no Maranhão, atravessam três décadas e não podem simplesmente ser qualificadas como intransigência ou um movimento contrário ao “progresso” como ressaltado e difundido por essas empresas e setores do governo. Registra-se que são praticamente trinta anos de violência, de descumprimento de legislação, de acordos lavrados em cartório e arbitrariamente desrespeitados neste estado.

As famílias dessas localidades sofrem uma dupla violência. De um lado, a violência ao próprio direito universal de viver, sobreviver e, para isso, precisar de um local, território, de trabalho e de suprir suas necessidades vitais. Por outro lado, são visualizados como empecilhos ao dinamismo econômico da região e, portanto, precisam ser dizimados.

Segundo Bombieri (2009) apud na obra de Carneiro e Costa, na obra “A terceira margem do rio”:

Na realidade, essas regiões do Maranhão vivem numa situação de ausência do Estado de Direito. O Estado parece estar presente só através de suas formas repressivas e cobradoras. Através da Polícia Militar que se alia aos comerciantes mais influentes do município e só deles recebe ordens; do executivo municipal, refém dos poucos recursos advindos dos repasses constitucionais, vítima de sua incompetência administrativa e de sua ganância senil sem limites; do judiciário paralisado e de mãos atadas por quem lhe paga aluguel e contas de água e energia (BOMBIERI, 2009, p.52).

A realidade maranhense retrata as disparidades vivenciadas pela crise do padrão desenvolvimentista, em que a pobreza é resultante e expressão de recessão econômica, encarada pelos governantes por muito tempo como uma questão que

seria superada pelo processo de crescimento econômico e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, o que ocultou um violento processo de desigualdade de renda e incapacidade de gerir ou banir a exclusão social.

Em Bacabeira visualizam-se essas contradições, em que o “progresso” invade, corta ruas, avenidas, desmata e impõe um novo sistema de convívio para os moradores do local. Em visita à região presenciamos crianças brincando debaixo das redes de transmissão de energia, as casas bem próximas das torres, que, segundo moradores, em época de chuva “sai faíscas dos fios de alta tensão”.



Figura 17 - Trabalho de campo em agosto 2013, na Av. principal de Periz de Cima.

Fonte: Equipe socioeconômica da UFMA, responsável pelo EIA/RIMA's: da construção dos dutos e da estrada de equipamentos pesados, referentes ao projeto da Refinaria Premium I 2013.

Como se percebe na ilustração de Periz de Cima, povoado de Bacabeira, esses moradores convivem entre fios de alta tensão, novas construções, ampliação da BR- 135, a possibilidade de construção dos dutos pela Refinaria e, ainda, parte dos terrenos são alagados.

Conforme dados do IBGE (2010), aproximadamente 70% do território de Bacabeira corresponde ao Campo de Perizes, com área caracterizada por um solo mole de terceira categoria, sem suporte e resistência para construção, não sendo propício ao processo de ocupação humana. Nesse sentido, a duplicação da BR- 135 vem sendo trabalhada para receber a camada asfáltica favorável ao deslocamento e

fluxo de mercadoria para a circulação do capital. Essas condições tornam Bacabeira um dos mais promissores polos de investimento, negócios e oportunidades e, por isso, a escolha do local para a implantação da Refinaria Premium I da Petrobrás.

As contradições vivenciadas no município são evidenciadas na história do povoamento, enraizadas pela cultura de luta, produção na terra e principalmente dos laços presentes em relação ao passado e ao processo de modernização. O Hino de Bacabeira, (abaixo) após sua emancipação, demonstra sua capacidade econômica, sua vontade de crescer e, sobretudo, no contexto de liberdade, embora apareçam “tempestades”, com o trabalho, a educação, o lazer e a fé, eles lutarão sem temer.

Hino de Bacabeira

Em meio aos verdes campos / Situada no Maranhão
 Cidade de grandes homens / Que buscavam libertação
 Por mais que o tempo passe / E nos venha à idade senil
 Com a voz já cansada cantaremos / Bacabeira és solo fértil do Brasil
 Aos teus arredores só lembranças / Dos tempos que choravam os filhos teus
 Em 10 de Novembro tua gente / Conta forte Bacabeira nasceu!
 Tem riquezas que teu povo aqui produz / Tem trabalho, educação e o lazer
 Bacabeira nosso orgulho de viver / Teu lema é lutar, vencer e crescer
 Bacabeira seja eterna como o céu / Por tua causa lutaremos sem temer
 Salvo estás, em meio às tempestades / Protegida pelas mãos do nosso Deus.

A história de povoamento de Bacabeira nos remete aos anos de 1940, quando pessoas fugidas da seca migraram do Ceará motivadas pela construção da estrada de rodagem que ligaria São Luís ao sul do país, estabelecendo-se no lugarejo denominado Igarapé Seco, onde atualmente localiza-se a MA- 402, caminho para quem vai a Rosário, Barreirinhas e Humberto de Campos¹⁰. O processo migratório dessas pessoas acontecia em busca de melhores condições de vida, oportunidades de produzirem e subsistirem.

¹⁰ TRAVASSOS, Valdenice Verde Conceição. Emancipação do Município de Bacabeira. Monografia de Conclusão de Curso – História. Centro de Estudos Básicos – Universidade Federal do Maranhão, 1998, p. 72.

Nesse período, o auge era a construção da estrada além de outros fatores que influenciaram o processo migratório oriundo da região nordeste, com a predominância de recursos naturais; a exemplo do barro, que ao longo dos anos tem estimulado as atividades de cerâmica, artesanato, extrativismo vegetal, pesca, extrativismo mineral – areia e pedra brita, e agricultura (em especial a mandioca)¹¹.

Assim, Bacabeira revela-se em um potencial pela sua localização estratégica, por suas riquezas naturais e também em termos de área necessária para desapropriação ainda não legalizada e registrada, como é o caso de Santa Quitéria e de Salvaterra, ambos povoados que sofreram diretamente os impactos do anúncio da Refinaria nessa região.

Conforme aponta Sant'ana Júnior (2010), o município de Bacabeira está na rota do projeto de desenvolvimento da Amazônia porque possui reservas naturais ainda não exploradas e necessárias ao processo de modernização, devido:

1. À existência de minerais e minerais não metálicos responsáveis pela implantação de indústrias extrativas e metalúrgicas, como: a Margusa Maranhão (produtora de ferro-gusa) (BR- 135, 48, Periz de Cima); Pedreira Primavera – Ltda. (BR- 135, km-45, Periz de Baixo); Cerita - Cerâmica Industrial Ita Ltda. (BR-135, km- 53, Periz Cima); Cerâmica Industrial Bacabeira Ltda. (BR- 135, km -52, Periz de Cima); Granorte de Mineração S/A (BR -135, km -43 – Periz de Baixo), para citar algumas.
2. À construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, entre 1910 – 1930 e, posteriormente, a Carajás-Norte-Sul.
3. À presença do estuário do rio Mearim, um dos maiores rios do Maranhão, que, antes de desaguar na Bahia de São José, passa pelo município de Bacabeira¹².

Como se percebe, o município em questão já vem vivenciando um processo de investimento industrial na região; lógico que não na envergadura do projeto da Petrobrás, com a Refinaria Premium I, mas que interfere na vida cotidiana dos moradores da região.

¹¹ Potencialidades Econômicas do Estado do Maranhão. Comissão Técnica de Implantação das Regiões de Planejamento e Potencialidades Econômicas do Estado do Maranhão. Estado do Maranhão. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís, Maranhão, 2008. p.11.

¹² SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Conflitos Socioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA). Relatório Parcial do projeto de pesquisa e extensão “Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão”. Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), UFMA; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Vale ressaltar que as condições climáticas e as iniciativas de obras públicas nessa localidade já evidenciavam, desde 1942, uma preocupação dos prefeitos dos municípios, na época, no trajeto São Luís- Teresina, na dificuldade de escoar mercadoria e fazer circular o capital.

Segundo Sandoval (2012), o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens- DNER, que, em 2001, foi substituído por Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT, definia como seu objetivo emergencial a construção de trechos considerados de maior relevância geoeconômica e geopolítica, dentre os quais, a antiga BR-3, atual BR-135, concluída na segunda metade dos anos 50¹³.

O planejamento dos órgãos federais condizia com a necessidade ideologicamente difundida pelo estado na perspectiva desenvolvimentista, colocando o Maranhão em uma de suas prioridades, considerando, conforme afirma Trovão (2008): suas terras abundantes e devolutas, o índice pluviométrico satisfatório e o solo úmido graças à cobertura arbórea e à presença constante das chuvas¹⁴.

Dessa forma, paulatinamente os locais no entorno desse Igarapé Seco e de onde a estrada era construída passavam a ser habitados por migrantes: Santa Quitéria, Aguiar e Grajaú, Gameleira, Periz de Baixo, Periz de Cima, Placa de Recurso, Rancho Papouco, Vila Cearense, Salvaterra, Videl, Igaruçu e Ramal do Abude.

Alguns moradores da localidade relatam que, em razão da existência de um grande pé de bacaba que servia de sombra para o descanso dos trabalhadores das obras de construção da estrada, o lugar “começou a ser conhecido como Bacaba e logo depois ficou denominado Bacabeira por existir muita bacabeira no lugar”¹⁵ (Figura 18).

¹³ SANDOVAL, Marco Antônio Leite. **Breve Histórico Sobre a Evolução do Planejamento Nacional de Transportes**. www.dnit.gov.br. p.18 - 22

¹⁴ TROVÃO, José Ribamar. O processo de ocupação do território maranhense. São Luís: IMESC, 2008. p. 25.

¹⁵ TRAVASSOS, Valdenice Verde Conceição. op. cit. p. 73. / **Um olhar sobre Bacabeira** | MA. Diagnóstico Socioeconômico. www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao.../livreto_02_Bacabeira.pdf



Figura 18 - Pé de Bacaba.¹⁶

Assim, Bacabeira passa a existir, *a priori*, como povoado de Rosário e após emancipação para município, congrega os povoados de **Santa Quitéria, Pequi, Gameleira, Vila Cearense, Periz de Baixo, Periz de Cima, Placa de Recurso, Rancho Papouco, Videl, Ramal do Abude, Pataqueira, Zé Pedro, Malvinas** e, mais recentemente, **São Cristóvão**, povoado através de invasão, em 2007, num processo migratório de pessoas advindas das cidades de São Luís e de Rosário, para o município, em busca de terra para moradia e subsistência, conforme relato da Sra. Marlete, esposa do Sr. Alan, presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar do município de Bacabeira (APAFAB)¹⁷.

Partindo dos dados censitários, no ano de 2010, publicados no Diário Oficial da União, em 04 de novembro do mesmo ano, a população de Bacabeira é estimada em 14.965, sendo composta por 7.542 do sexo masculino e 7.423 do sexo feminino. Essa população ainda se concentra na área rural, com um total de 11.641 habitantes, conforme gráfico abaixo. (Gráfico 2. População urbana e rural de Bacabeira)¹⁸.

¹⁶ Pé de Bacaba. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - MONITORAMENTO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA REFINARIA PREMIUM I (MA), outubro de 2011.

¹⁷ Entrevista concedida à equipe da socioeconomia em trabalho de campo do EIA/RIMA 2013 para a construção de Estrada e equipamentos pesados.

¹⁸ http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=21

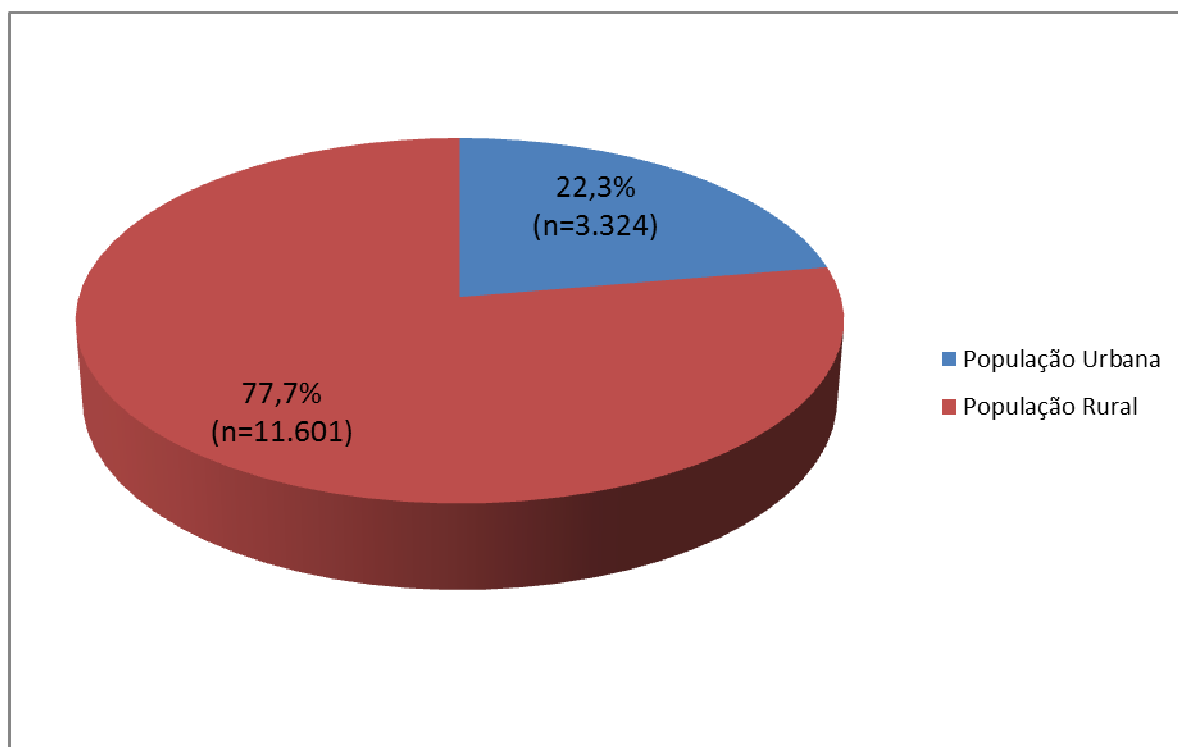


Gráfico 2 - População Urbana e Rural de Bacabeira (MA)

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Esses dados revelam, a partir das atividades econômicas, que 77,7% da população bacabeirense ainda se concentra no setor primário, principalmente na pesca, agricultura (roçado no quintal) e criação de animais (porco, galinha e, em pequena proporção, o gado). Observamos, também, a inserção de mão de obra no setor da indústria devido à existência, no município, de um polo cerâmico, de produção de ferro gusa e pedra britada e da implantação da refinaria de petróleo¹⁹.

Segundo HOLANDA (2013, p.42):

O Território de Influência Direta e Indireta da Refinaria - TIDIR abrange os municípios de Bacabeira, Rosário, Santa Rita e São Luís, os quais apresentam grande potencialidade na geração de emprego e renda, principalmente em função dos investimentos resultantes da instalação desse empreendimento.

Somente na fase de instalação, prevê-se que o empreendimento gere cerca de 130 mil empregos diretos e indiretos, sendo que, no pico da sua execução, estima-se a concentração no canteiro de obras de um contingente de cerca de 30 mil trabalhadores. Na fase de operação estão

¹⁹ Bacabeira Leitura do Município. Prefeitura Municipal de Bacabeira – O Progresso Continua – Município de Bacabeira – Maranhão. Relatório de Leitura Técnica, novembro de 2006. CAL, Consultoria Ambiental Ltda.

estimados cerca de 3 mil empregos diretos, divididos em 1,5 mil empregos próprios e 1,5 contratados permanentes.

Dentre as categorias de ocupação mais demandadas pelo empreendimento durante a fase de instalação, destacam-se os profissionais ligados às atividades de montagem de estruturas e eletromecânica; construção civil e gerenciamento / engenharia de campo, conforme demonstra o Gráfico 3 a seguir:

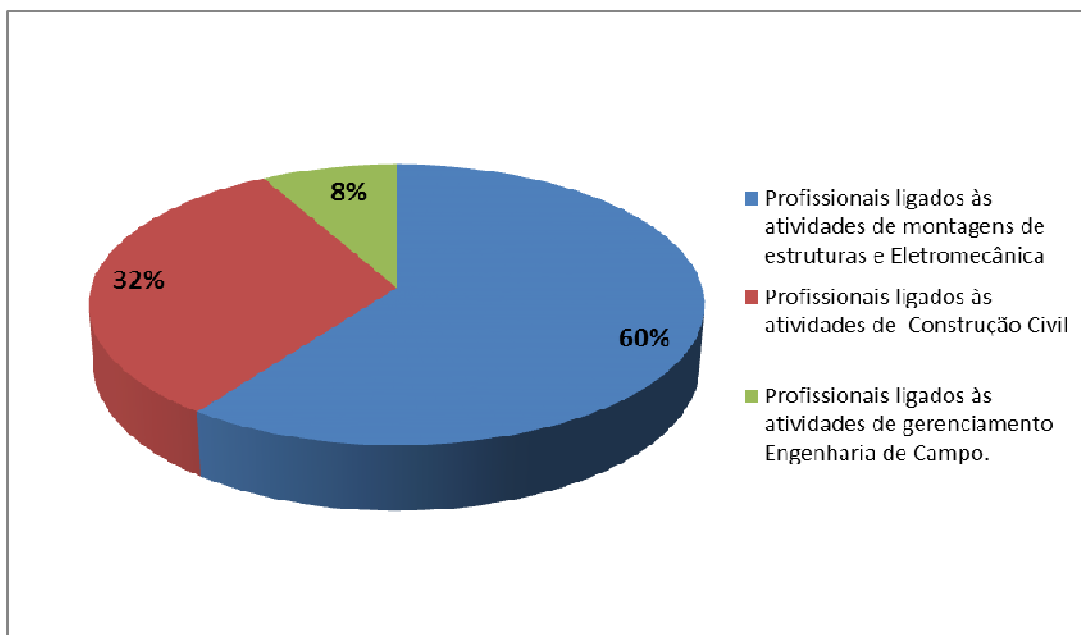


Gráfico 3 - Demanda durante a fase de instalação da Refinaria Premium I por categoria de profissionais.

Fonte: PETROBRAS, 2009.

Conforme os dados apresentados, observa-se que as demandas geradas pela refinaria Premium I, em Bacabeira, concentram-se nas áreas de montagem e da construção civil, que, necessariamente, exigem do trabalhador uma qualificação específica. E ainda segundo o planejamento do empreendimento para cada etapa (terraplanagem, construção civil e operação do refino), serão exigidas mão de obra técnica e especializada para cada área de atuação.

Assim, percebemos que severas mudanças na esfera do trabalho ocorrerão nessas localidades no entorno da implantação da refinaria, como também, considerando o nível de escolaridade desses trabalhadores que se concentram no fundamental incompleto, poucos serão absorvidos para trabalharem diretamente nela, exercendo suas habilidades na tradicional agricultura, artesanato e no setor de serviços, permanecendo muitos deles na informalidade, como já se observa no trajeto das rodovias e avenidas dessas localidades.

Nesse sentido, observamos que as demandas relacionadas diretamente ao empreendimento nas fases da Terraplenagem, Infraestrutura para as obras, Instalações Primárias e Serviços Gerais não mudaram a estrutura familiar na produção, talvez devido a etapa inicial da terraplanagem e de seu período de desmobilização configurarem-se num trabalho temporário, fazendo com que esses trabalhadores não deixassem suas formas anteriores de produção.

A tabela abaixo apresenta a dinâmica desse processo na esfera da população ocupada e do emprego formal.

Tabela 8. Brasil, estado do Maranhão e municípios do TIDIR: Dinâmica do PIB Real, População Ocupada, Emprego Formal (% a.a.), Elasticidades-renda da População Ocupada e Emprego formal no período 2000 a 2010.

Indicador	Bacabeira	Rosário	Santa Rita	São Luís	TIDIR	Maranhão	Brasil
PIB Real*	3,30	7,39	9,48	5,28	5,27	5,03	3,48
Pop Ocup.	6,84	3,60	6,16	3,93	3,99	2,12	2,78
Emp. Formal	3,54	3,60	10,60	4,81	4,86	5,84	4,41
Elasticidade-produto da Ocupação	0,96	0,96	0,97	0,99	0,99	0,97	0,99
Elasticidade-produto do Emprego Formal	1,00	0,96	1,01	1,00	1,00	1,04	1,01

Fonte: IBGE, Censos 2000 e 2010.

IBGE. PIB real inflacionado pelo IGP-DI 2010.

Como se observa e de acordo com a análise em Holanda (2013), a estrutura da ocupação nos municípios dos Territórios de Influência Direta e Indireta da Refinaria - TIDIR, em consonância com a realidade do estado, evidencia uma economia com baixo grau de diversificação da indústria de transformação, a qual, para além de representar uma parcela pequena da ocupação nos municípios em análise, constitui-se principalmente de ocupações nos segmentos de alimentos, bebidas, mobiliário, confecções, entre outros, em sua maior parte caracterizados pela precariedade na inserção laboral. Já os segmentos de comércio e serviços ocupam um peso elevado na capital (73,2% da população ocupada), enquanto que as atividades do setor primário (principalmente a agricultura familiar) tem peso significativo nos demais municípios do TIDIR.

Dessa forma, podemos explicar porque os trabalhadores do TIDIR, e particularmente de Bacabeira, ainda se concentram na agricultura ou na atividade extrativista.

Conforme figuras 19 (A, B, C), observamos que, no município de Bacabeira, ainda prevalecem a agricultura, a pesca e a criação de animais de pequeno porte para a subsistência desses trabalhadores.



Figuras 19 (A, B, C) – A) Açude de pesca e lazer dos moradores; B)-Extrativismo pesqueiro de um dia de trabalho; C)-Criação de galinhas.

Fonte: Pesquisa autora em coleta de campo no povoado de Santa Quitéria (2013).

Embora a agricultura venha sofrendo modificações a partir do processo capitalista no meio rural, trazendo consequências para os pequenos agricultores, pequenos proprietários rurais, camponeses, agricultores familiares ou qualquer outra terminologia que expresse uma categoria com menor posse de terra e renda, que nesta discussão adotamos como trabalhador rural, a fim de caracterizá-lo enquanto uma classe de trabalho no meio rural e não fragmentar a luta no campo pelo uso e permanência na terra e pelo direito de produzir, residir e resistir, essa classe tem sua identidade e sobrevivência ligadas à terra e, por isso, permanecem com o trabalho ainda ligado à agricultura.

Os efeitos do capitalismo no campo refletem-se no processo de “integração indústria-agricultura”, diminuindo a pequena produção, o surgimento de manufaturas e produtos industrializados para a produção agrícola, aumento de processos migratórios e mudanças nas condições de vida. Segundo Kautsky (1980, p.26), “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja: a obrigação cada vez maior de o trabalhador do campo ter capital para realizar suas atividades, o que outrora era feito com a mercadoria produzida na terra, através da troca ou venda.

Nessa perspectiva, em que a indústria penetra nas raízes da produção agrícola, o trabalhador rural vai paulatinamente se envolvendo pelo sistema capitalista, deixando de ser somente agricultor para produzir para o mercado e ficando dependente dos atributos desse processo, deixando de ser o sujeito principal da produção, submetendo-se à tecnificação e à alienação. Para Kautsky, com essas mudanças, o camponês/trabalhador do campo:

(...) deixa, portanto, de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a essa dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa (KAUTSKY, 1980, p.128-129).

As transformações que ocorrem na agricultura com a integração com a indústria torna o agricultor mais vulnerável e dependente do capital. Dessa forma, Kautsky, ao mencionar a transformação na agricultura, ressalta que:

Qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência (KAUTSKY, 1980, p.160).

Nesse sentido, verificamos que a expansão do modo capitalista, na agricultura, tende a aumentar a exploração do trabalhador rural a fim de satisfazer as necessidades da indústria, contrariando a pequena produção. Mas não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário; a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, as quais forneçam

matéria prima e vendam para a indústria para ela revender posteriormente e ainda como reserva de mão de obra para os períodos em que a grande exploração precisar de assalariados (KAUTSKY, 1980).

Considerando o processo que o Maranhão vem vivenciando na expansão das indústrias e de grandes projetos econômicos, o município de Bacabeira, particularmente, vem historicamente convivendo com esse processo desigual e combinado: de um lado, um crescimento em prol do “progresso”, desde a construção da BR-135, a instalação de usinas, cerâmicas e, recentemente, a Refinaria Premium I; do outro, estratégias de sobrevivência desses trabalhadores rurais sendo visualizadas no próprio percurso de chegada, quando eles deixam de ser eminentemente agricultores para serem comerciantes e trabalhadores informais.



Figuras 20 – (A e B): Pontos comerciais ao longo da BR- 135, município de Bacabeira - MA²⁰

Importante salientar que, mesmo diante dessas “novas tendências” nas atividades econômicas, todas elas estão associadas a sua produção local, seja na agricultura ou nas atividades manuais com cerâmicas, habilidades adquiridas tradicionalmente e culturalmente nessa região.

Sobre essas relações econômicas e suas modificações, Alentejano (2003) afirma que elas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. Compreende-se sobre essas

²⁰ Pontos comerciais ao longo da BR- 135, município de Bacabeira – MA. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

relações sociais na forma como representam simbolicamente, afetivamente e culturalmente, ligada aos processos de herança e sucessão. Assim, para o mesmo autor:

As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infraestrutura e moradia. Portanto, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviço; das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares; e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida (ALENTEJANO, p.79, 2003).

Dessa forma, mesmo ocorrendo a inserção do trabalhador rural no mercado e na indústria, ele não rejeita as lógicas ofertadas para sua sobrevivência, seja direta ou indiretamente. No entanto, não rompe com sua cultura, seu conhecimento; muda nas formas de consumo, mas não deixa de ser trabalhador rural. Só deixará de ser trabalhador rural se incorporar a lógica capitalista expressa na exploração da força de trabalho alheio e privilegiar a acumulação de capital.

Segundo Chayanov, (1974, p. 120), na agricultura familiar, a família não está relacionada só com a mão de obra, mas com o perfil desta, as necessidades, o modo de trabalhar, sendo o que produzir e o porquê produzir relacionados aos moldes familiares.

Nesse sentido, a relação estabelecida com a sua terra, terra de trabalho e não a utilizada como instrumento de exploração, e o que extraem dela não é regulado pelo capital e, sim, pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar. Também não se expressa pela sua sujeição à ordem de produção capitalista e de exploração da sua força de trabalho na proporção do que ocorre com o operário na fábrica.

Nessa perspectiva, Martins (2002) reforça que o vínculo do trabalhador do campo com o capital não é estabelecido através da venda da sua força de trabalho ao capitalista, pois o que o trabalhador vende não é a força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho. Já o vínculo do operário com o capital e o capitalista é estabelecido quando aquele vende a este sua força de trabalho, sendo que o fruto de seu trabalho já nasce como propriedade do capitalista.

Uma outra característica é a forma como esse trabalhador envolve sua família nas relações de trabalho, que não são apenas relações de produção, mas de reprodução, de relações mais próximas entre as pessoas, de vizinhança, no bairro rural, nas socializações que se entrelaçam por laços de parentescos que configuram um modo específico de vida. Nesse sentido, IANNI (1998, p.53) afirma que:

O trabalho no campo, se envolvido por ações realizadas enquanto indivíduo, pela família, em pequenos grupos ou em comunidade maior são gestos que não visam inicialmente a um resultado produtivo. O produto final não está colocado como objetivo da realização do trabalho e, sim, a satisfação da necessidade biológica da alimentação e a intercomunicação entre pessoas e a manutenção da família (IANNI, 1998, p.53).

Conforme registrado no povoado de Zé Pedro, em Bacabeira, observamos que as relações de parentesco, de vizinhança e de troca em busca de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, como a demonstrada na figura abaixo, reafirma que, no meio rural, ainda nutrem-se relações que se contrapõem ao individualismo cultivado pelo modo de produção capitalista.



Figura 21 - Mutirão para construção de casa, povoado Zé Pedro, Bacabeira - MA²¹

²¹ Mutirão para construção de casa, povoado Zé Pedro, Bacabeira – MA. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História -UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

É através do trabalho que o homem expressa sua realidade espiritual e materializa o produto da atividade humana, dando significado ao que se cria e se transforma. Através da consciência, o trabalhador percebe-se como sujeito de sua história, relaciona-se com seu modo de vida, percebe-se enquanto classe e interpreta sua realidade. Martins (2002) afirma que a consciência do trabalhador rural expressa a consciência dos indivíduos, que é a extensão da família, da comunidade e dos laços comunitários. É uma consciência afetiva de pertencimento.

Por isso, nas comunidades rurais, o trabalho e a festa unem-se nas festividades e celebrações, nas relações de solidariedade e cooperação.

Brandão (2006) reforça que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores na comunidade expressa-se através de gestos simbólicos, sem visar a um resultado produtivo ou que gere lucro.

(...) através de gestos simbólicos não se visa a um “resultado produtivo”, material, mas a uma troca, a uma intercomunicação entre pessoas ou entre pessoas e seres naturais ou sobrenaturais em que elas crêem, através de palavras, de condutas regidas por saberes e preceitos. Gestos vividos entre preces, cantos, danças, pequenas dramatizações, jogos, brincadeiras, festejos, ritos, rituais, celebrações, enfim. (BRANDÃO, 2006, p. 83)



Figuras 22 (A, B) - Tradição de festas comemorativas e religiosas.

Fonte: Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História -UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - Monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

Sem dúvida alguma, o município de Bacabeira guarda um acervo histórico e cultural que retrata seus ancestrais, sua identidade, suas condições de vida e que traz à tona uma realidade rural nas formas de trabalho, de manifestações culturais e políticas. Isso evidencia-se nos próprios dados apresentados anteriormente: 77,7%

da população de Bacabeira concentra-se na área rural, embora veicule-se no município a necessidade de crescimento da cidade para a esperada refinaria e o fluxo constante de tráfego proveniente do turismo nos Lençóis Maranhenses e da duplicação da BR- 135.

Imbuídos do discurso do “progresso”, a paisagem da cidade vem mudando com construções de comércios de mercadorias e frutas; bares; galpões artesanais para venda de alimentos como café da manhã e almoço; e oficinas mecânicas e borracharias para servirem ao atendimento de carros e caminhões que trafegam pela BR-135. Também têm aquecido a cidade investimentos em lojas, restaurantes, e hotéis.



Figura 23 - Conjunto de apartamentos recém-construídos no centro de Bacabeira²²

Esse crescimento atrelado ao processo de instalação da Refinaria Premium I traz consigo uma explosão de expectativas e também de problemas sociais, como: violência urbana, prostituição e gravidez na adolescência.

Ao transitar pela cidade, observamos, no entorno da construção da Refinaria, bares ligados a eventos de lazer e propícios a outras formas de trabalho, o que vem preocupando algumas famílias residentes na localidade, como também as

²²Conjunto de apartamentos recém construídos no centro de Bacabeira, MA. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História- UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - Monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

autoridades locais, preocupação essa evidenciada na mudança de endereço do Conselho Tutelar da região para o centro da cidade. Exemplos desse tipo são constatados nas figuras abaixo em estabelecimentos como: o bar-boate “Dama da Noite”, localizado no centro da cidade de Bacabeira, e a casa de eventos “Tupinambá”, encontrada nas proximidades da construção da Refinaria Premium I.



Figuras 24 (A, B) – A)-Bar-boate “Dama da Noite”; B) - Casa de eventos “Tupinambá”, Bacabeira - MA²³

A cidade de Bacabeira vivencia o que historicamente todas as cidades em processo de industrialização enfrentam. A concentração da população acompanha a do capital e, por isso, ocorre o processo migratório e ali se instalam as condições para a aglomeração e para a cidade engendrada pelo capital e necessária para a indústria. O vilarejo transforma-se em uma pequena e depois em uma grande cidade. Criam-se as condições para a indústria: o exército industrial de reserva (trabalhadores não qualificados e com mão de obra barata); vias de comunicação, como: estradas de ferro, rodovias, canais, pontes, transportes de matérias primas e máquinas; o mercado consumidor externo; e condições de super faturamento interno. Uma cidade industrial é criada com seus artefatos tecnológicos de um lado e, de outro, com suas heranças e raízes tradicionais e arcaicas eclodindo em conflitos e contradições; uma parcela minoritária de ricos de um lado e uma grande maioria de pobres e miseráveis de outro.

²³ Bar-boate “Dama da Noite” e casa de eventos “Tupinambá”, Bacabeira - MA Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História- UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - Monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

Engels (2010), ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, ressalta que:

O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e , de outro, miséria indescritível, em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio, por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei, e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando.(ENGELS, p.68-69, 2010).

Diante do exposto, Engels alerta-nos sobre a realidade urbana industrial, sobre a dualidade da riqueza e pobreza, do processo de segregação espacial e do isolamento da classe trabalhadora nesse processo; seja por bairros, pela não participação nos lucros e por principalmente serem “jogados na escola do crime” (alcoolismo, prostituição, crime, a guerra social).

O anunciado “progresso” para Bacabeira continua em efervescência e, em 2014, vem com força por ser um ano de eleição e de promessas de melhoria para a população.

O município vive as contradições de muitas cidades, mas com atenuantes: o peso de um empreendimento transnacional, como o do projeto da Petrobras; a possibilidade da implantação da Companhia Siderúrgica do Mearim do Grupo Aurizônia Empreendimentos e, conseqüentemente, um porto para servi-la: o Terminal Portuário do Mearim (TPM); e a “descoberta” do gás em Barreirinhas-MA, passando pelo município através da rodovia MA- 104; enfim um turbilhão de possibilidades econômicas em meio a uma população majoritariamente rural e sem investimento do governo para a agricultura, piscicultura e produção local e, contraditoriamente, sem condições estruturais para agregar tamanha envergadura de projetos econômicos.

No “Jornal Maranhão de verdade: a Notícia sem maquiagem”, de Bacabeira, datado do dia 1º de agosto de 2013, verifica-se a notícia principal:

Falta água em povoados do município de Bacabeira.
A população está revoltada.



Figura 25 - Falta de água em Bacabeira - MA

Fonte: Jornal Maranhão de verdade: a notícia sem maquiagem (2013)

Relatos de moradores de comunidades rurais de Bacabeira, onde a água é considerada artigo de luxo: "Não temos o direito de possuir nada", resumiu Dona Sebastiana, de 74 anos, que recebe água em casa através de uma mangueira. A horta que ela plantou está condenada e, da criação, só restou um "burro sofrido". O sonho de muitos moradores parece ser trivial: ter água na torneira.

Muitos moradores de Bacabeira estão sofrendo com a falta de água e um dos povoados mais atingidos da região é o Povoado Videl, que fica a 10 km da cidade". Como está começando o período de seca, ainda não foi feito um levantamento das famílias que sofrem com a falta de água, mas o número é grande". Em muitos locais em que a população tinha acesso à água, agora só há areia. "Há locais realmente em que não existe mais água, pois os poços existentes no povoado Videl possuem baixa capacidade e não suportam uma bomba de maior potência para levar água para as outras comunidades da região".

Como se observa, a situação do povoado de **Videl** não é um problema isolado. Os povoados de **Vila Cearense** e de **Santa Quitéria** também vivenciam o problema da falta de água, um bem essencial para a vida e sobrevivência que tem em abundância na localidade, haja vista que Bacabeira é cortada pelos rios Mearim e Munim e possui 70% de suas terras ocupadas pelo Campo de Perizes, o maior do Maranhão em manguezais e inundados de água doce e salgada, e que vem sendo aterrado e terraplanado no processo de duplicação da BR- 135.

O mais interessante nessa situação é que o povoado de **Vila Cearense**, constituída de migrantes do Ceará na época da construção da BR-135, sedia o

sistema de abastecimento de água Italuís e sofre com problemas de falta de saneamento básico e falta de água.



Figura 26 - Entrada da Adutora Sistema Italuís – CAEMA, BR- 135, Povoado Vila Cearense, Bacabeira - MA²⁴

As condições de infraestrutura e saúde são agravadas nesse povoado, pelo próprio sistema de abastecimento de água Italuís, no qual registram-se os despejos de resíduos químicos no igarapé que por ali passa, causando danos à saúde das pessoas e impedindo a criação de animais, bem como os plantios e roçados. Tal situação foi tratada pelo Jornal O Imparcial, em 23/01/2011:

²⁴ Entrada da Adutora Sistema Italuís – CAEMA, BR- 135, Povoado Vila Cearense, Bacabeira – MA. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História- UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - Monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

Na cidade de Bacabeira, a comunidade da Vila Cearense sofre há mais de uma década com o despejo de resíduos químicos provenientes da lavagem de turbinas e válvulas de bombeamento que integram o maquinário de captação de água do rio Itapecuru pelo Sistema Italuís, da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). O despejo dos resíduos no Igarapé Rabo de Porco, que banha a Vila, já o assoreou quase por completo. E o principal inconveniente: com as cheias, a água transborda, levando a poluição para próximo das residências. José Raimundo Santos, 50 anos, conhecido por “Cabeça”, viu a vegetação de seu quintal minguar à proporção que o igarapé derramava os componentes tóxicos no solo. “Antes, era só eu sair no quintal para buscar a fruta que eu quisesse: coco, banana, limão, laranja, juçara. Hoje, é o que se vê: tudo morreu”, afirma o marceneiro. A CAEMA chegou a escavar o solo do igarapé, pondo a areia às suas margens, de modo a criar barreiras, o que solucionou parcialmente o problema. Os componentes tóxicos, todavia, acabam desaguando, mais à frente, no Rio Itapecuru. Até mesmo agropecuaristas viram-se prejudicados pela poluição do Igarapé Rabo de Porco. Ao longo dos anos, com seu transbordamento, a sujeira veio a depositar-se no açude da Fazenda Santa Cecília, de propriedade do veterinário Takashi Yamasaki. O açude, fonte de água para o gado, foi quase completamente assoreado. “Há um ano entrei na justiça para tentar resolver o problema com a CAEMA. Eles disseram que iriam fazer a limpeza do açude, mas até agora não houve nenhuma mobilização”, diz Yamasaki.



Figura 27 - Esgoto doméstico. Povoado Vila Cearense – Km-56, Bacabeira - MA²⁵

²⁵ Esgoto doméstico. Povoado Vila Cearense – Km56, Bacabeira – MA. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História- UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - Monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

As evidências registradas e vivenciadas pelos moradores de Bacabeira-Ma vêm demonstrando severas alterações, no cotidiano dessas famílias, provocadas pelo número de investimentos, obras e especulação imobiliária na região.

Percorrer os povoados no entorno da construção da refinaria nesse município traz grandes inquietações a velhos problemas no processo de urbanização acelerado, desorganizado e desigual no qual a classe trabalhadora ainda se encontra na agricultura, piscicultura e na produção local.

A esse processo Carneiro (2009) aponta o cenário adverso para a agricultura familiar, ao analisar a estrutura de emprego e da ocupação na economia maranhense e da importância do trabalho agrícola não assalariado. Utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, o autor afirma:

Temos que pelo menos 85% das pessoas ocupadas na agricultura, 41% do total de ocupações do estado, encontram-se inseridas em empreendimentos familiares, o que revela o peso da agricultura familiar na economia maranhense. Essa importância numérica só pode ser devidamente apreendida quando levamos em consideração que, para além da geração da renda, esse tipo de agricultura possui forte vinculação com a gestão sustentável dos recursos naturais e com a construção de vínculos culturais que ajudam a manter e dinamizar o tecido social nas várias regiões do Maranhão. (CARNEIRO, p.23-24, 2009).

Nesse sentido, reafirmamos o forte vínculo que os trabalhadores rurais do Maranhão têm com a terra. Bacabeira não foge à realidade. As relações cotidianas são estabelecidas na intensa ligação com a terra, como o sustento da família produzido a partir dela, seja pelo intermédio dos produtos cultivados para venda e consumo, seja pelo intermédio da criação de animais. A terra não é mero chão, é a garantia de sobrevivência.

Diante do exposto, percebemos que, mesmo com a dinamização econômica ocorrida ao longo de quase 60 anos, desde os mais antigos aos mais recentes, esses povoados continuam enfrentando uma série de problemas que têm afetado o cotidiano de seus moradores, que vivem, em sua maior parte, da pesca e roça de subsistência, apicultura, criação de gado, trabalhos autônomos e em cerâmicas da região.

Desde o ano de 2010, Bacabeira vivencia o processo de implantação da Refinaria Premium I. Isso tem gerado uma série de mudanças e contradições, além

de variados sentimentos e acontecimentos de natureza política, econômica e social. Entre os próprios moradores existem opiniões diferentes; há os que acreditam na melhoria para a cidade e nas condições de trabalho e outros que apontam situações desastrosas, como: a expulsão de suas terras, o aumento da criminalidade, drogas e problemas sociais.

O processo de especulação na região intensifica-se diante da valorização da terra instigada pelo processo industrial e o que se agrega em seu entorno, como: bares, restaurantes, hotéis e proliferação de outras unidades habitacionais mediante o processo migratório. O anúncio denunciado pelo fórum Carajás, aponta o seguinte: **Bacabeira à espera do boom industrial**²⁶.

A 49 km da capital situa-se o município de Bacabeira, criado em 10 de novembro de 1994. Existe no município, hoje, cerca de 14.611 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2007. Mas, apesar de novo, o município já é cotado para os maiores empreendimentos do estado. A refinaria de petróleo da Petrobras será implantada lá. Outro grande empreendimento que está pleiteando o município como sede é a Siderúrgica Mearim. No entanto, a cidade não tem infraestrutura para receber nenhum desses empreendimentos, dada a grande proporção deles. Uma enorme área já está destinada para a criação da siderúrgica. Segundo os moradores, o grupo empresarial Aurizona Empreendimentos S/A, que está com o projeto de construção da Companhia Siderúrgica Mearim no município, “está comprando as áreas de Periz de Cima até o povoado de Gameleira. No entanto, o empreendimento deve ser construído na saída da cidade, entre os povoados de Zé Pedro e Gameleira, explicou um dos moradores, que não quis se identificar. “Muita gente já vendeu seu terreno; eu ainda não vendi. Tenho 62 anos e moro aqui desde pequeno; é muita lembrança. Acho que, hoje, eu e mais algumas pessoas, que também não venderam suas terras, estamos vivendo numa croinha, numa ilha cercada por água”, fala, fechando o punho e relembando de sua infância, o lavrador Heider Rosa de Jesus.

Os moradores diante das expectativas, ora buscam qualificação profissional, com o intuito de serem absorvidos pelo processo, ora buscam a manutenção em sua área, que tem o significado de moradia, de produção e de sobrevivência.

As angústias e perspectivas econômicas e de geração de empregos vivenciadas pela população de Bacabeira diante da implantação da Refinaria foram destaque no Jornal Valor Econômico, em 14 de Maio de 2010:²⁷

²⁶ <http://www.forumcarajas.org.br/>

²⁷ Receosa, Bacabeira aguarda chegada de 'obra redentora'. Jornal Valor Econômico. 14.10.2010.

Os bacabeirenses, gentílico que denomina os habitantes de Bacabeira, vivem hoje uma mistura de esperança e receio em relação ao futuro do município. "Ainda há dúvidas se a refinaria virá", afirma Dino Petronilio Silva, secretário-adjunto de finanças do município. A desconfiança se explica. Essa não é a primeira vez que Bacabeira aparece como candidata a receber um grande projeto industrial. Até hoje, porém, nada aconteceu. Há cinco anos, surgiu a possibilidade de Bacabeira receber uma usina siderúrgica da Vale, em parceria com os chineses da Baosteel, mas o projeto não foi adiante. Agora, aparece uma nova oportunidade de esse pequeno município crescer e distribuir riqueza. Em janeiro, o presidente Lula esteve em Bacabeira para lançar a pedra fundamental da refinaria Premium da Petrobras, projeto estruturante com impactos em toda a economia do Maranhão, como diz o secretário de Indústria e Comércio do Estado, Maurício Macedo. Para Bacabeira, a refinaria também pode significar uma revolução. Hoje, o município tem a economia sustentada na atividade de pedreiras e de algumas cerâmicas, além dos empregos criados pela prefeitura. Bacabeira não tem hospitais, só posto e centro de saúde, nem saneamento básico. Este ano o município, emancipado de Rosário em 1994, recebeu o primeiro cartório. O advogado José Guilherme Zagallo, ligado à área ambiental, em São Luís, afirma que Bacabeira e Rosário não têm a menor estrutura para receberem a refinaria.

A situação em Bacabeira é de desconfiança e temor; são muitas correlações de forças, jogos de interesses e a população assediada pelos meios de comunicação, através de anúncios, promessas e insegurança diante de um novo ordenamento desse espaço e de uma realidade que deixou de ser local e passou a ser global. A era da industrialização devastando o espaço rural e dando-lhe uma conotação de "valorização" sem considerar a identidade, a relação estabelecida com a terra, a sua herança histórica, a organização do espaço e das pessoas, a vizinhança, as brincadeiras; enfim, o modo de vida e as condições de trabalho existentes.

As novas tecnologias e as formas de apropriação do espaço vêm ocorrendo de maneira desigual à que IANNI (1992) expressa de maneira poética: o todo parece uma expressão diversa, estranha, alheia às partes. E estas permanecem fragmentadas, dissociadas, reiterando-se aqui ou lá, ontem ou hoje, como que extraviadas, em busca de seu lugar. (IANNI, p.177,1992).

Ou, ainda, esta a qual Milton Santos chama atenção:

A base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano. Esse espaço tem de ser reconstituído, não numa visão poética de um *small is beautiful* generalizado e, sim, através da rearticulação dos espaços locais com os diversos espaços que hoje compõem a nossa sociedade complexa. Essa rearticulação passa por uma redefinição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas (SANTOS, p.46,1998).

Decisões significativas que não acontecem de maneira polarizada e trazem, em sua essência, a participação dos sujeitos: de um lado, por uma classe que decide (a que detém os meios de produção) e, por outro, uma classe que se sente oprimida, subjugada e humilhada no cumprimento da ordem. As articulações das relações que envolvem mudanças no cotidiano, no contexto histórico, geralmente colidem numa combinação de pressões, crises e revoltas. A participação da sociedade civil no e durante o processo de mudança no espaço a ser reestruturado na região torna-se imprescindível para a permanência de trabalhadores rurais no local e de sua relação com a terra, produção e reprodução social.

As mudanças na dinâmica do município são significativas. Verificamos, também, uma grande movimentação no setor imobiliário, nas áreas próximas da instalação e em municípios vizinhos, com a valorização do metro quadrado das terras e casas, conforme figura abaixo:



Figura 28 - Fly de divulgação, loteamento em Bacabeira - MA²⁸

A matéria intitulada: “Bacabeira passa por ‘boom’ imobiliário”, publicada no Jornal Imirante²⁹, apresenta aspectos da valorização ocorrida nos imóveis e

²⁸ <http://www.rosarionoticias.net/2011/01/chegou-o-loteamento-nova-bacabeira-ii.html>

terrenos da cidade e entorno. De acordo com Itevaldo Júnior, jornalista responsável pela notícia:

Nos últimos meses, o município de Bacabeira registra que os preços dos imóveis quintuplicaram de valor. Tudo por causa dos anúncios de investimentos para a cidade que vêm sendo feitos nos últimos três anos. Além da Refinaria Premium da Petrobras, que será construída em Bacabeira, há previsão de uma siderúrgica do grupo Aurizona e da construção de um porto. "Esse boom imobiliário, e as pessoas vindo para cá, teve início quando esses empreendimentos industriais foram anunciados para o município, o que vem ocorrendo nos últimos três anos", explicou o prefeito José Venâncio Filho. Em 2007, a Prefeitura elaborou o Plano Diretor que definiu as zonas de ocupação no município: industrial, habitacional e comercial. A partir daí, o cenário imobiliário de Bacabeira alterou-se.. A partir daí, um terreno de 10 x 30 metros quadrados, que custava R\$ 2 mil, em 2006, custa hoje R\$ 10 mil. Um hectare de terra custava R\$ 300,00 há três anos; atualmente não sai por menos de R\$ 10.000,00 no município. "Não prevíamos esse crescimento e essa especulação com tanta velocidade. O município de Bacabeira está situado numa área de 650 quilômetros quadrados, sendo que 25% não estão em áreas inundáveis. "Estamos situados na margem de uma BR, cortados por duas ferrovias e entre dois rios navegáveis: o Itapecuru e o Mearim. São condições de infraestrutura muito favoráveis, mas 65% do terreno de Bacabeira são inundáveis", contou Venâncio, ex prefeito de Bacabeira.

Para a conselheira do Conselho Tutelar de Bacabeira, Sra. Helena, a implantação da Refinaria trouxe consigo a chegada de um grande número de pessoas de fora que, conseqüentemente, tem causado alteração nos modos de vida local, no aumento da violência, no consumo de drogas e na gravidez na adolescência.

Registra-se, segundo depoimentos de moradores da localidade, que **Periz de Baixo**, um dos mais antigos povoados de Bacabeira, tornou-se um ponto do tráfico. Uma moradora, que preferiu não revelar o nome por temer represálias, falou em detalhes a este colunista sobre o avanço e consumo de drogas naquele bairro. "O tráfico de drogas é o crime mais frequente na comunidade", revela a doméstica. "Esse é o tipo de crime que mais envolve jovens". Fatos, como o de Periz de Baixo, contribuem para o aumento da violência. "Nosso bairro virou ponto de tráfico na região e isso faz aumentar os índices de criminalidade na cidade", disse³⁰.

²⁹<http://imirante.globo.com/oestadoma/noticias/2009/08/12/pagina159063.asp>

http://maranhaomaravilha.blogspot.com/2009_08_01_archive.html

³⁰ Tráfico de drogas avança e assusta moradores de Bacabeira. <http://180graus.com/cidades/trafico-de-droga-avanca-e-assusta-moradores-de-bacabeira-9522.html>

O clima de violência que parece marcar o local ganhou destaque com um outro acontecimento noticiado como: “Guerra do tráfico leva pânico a moradores de Bacabeira”. População vive clima de medo³¹ de acordo com a matéria:

Um intenso tiroteio no Distrito de Periz de Baixo, em Bacabeira, que começou na madrugada deste domingo, causou pânico a moradores da Travessa da União. Os tiros atingiram várias casas e o clima de guerra espalhou-se pela comunidade. Segundo informações, o confronto ocorreu entre traficantes e um deles pretendia vingar a morte de um comparsa que foi assassinato no final do ano passado naquela localidade. Uma internauta, que prefere não se identificar, contou que o tiroteio foi intenso e deixou as pessoas desesperadas. “Foi horrível”, relata.

A situação de especulação imobiliária e a construção da refinaria no município têm gerado conflitos na esfera ambiental, social e política, inclusive entre os municípios de Rosário e de Bacabeira, quanto à arrecadação fiscal, pois a refinaria, teoricamente, encontra-se em Bacabeira, mas sua demanda na esfera pública é recorrente ao município de Rosário-MA, conforme entrevista com o Secretário de Cultura de Rosário e assessor do prefeito, que afirma:

O processo de implantação da Refinaria é muito tenso e complicado, a começar pela disputa territorial entre Bacabeira e Rosário, pois a “Petrobras está à margem do trilho” e isso significa dizer que está em território também de Rosário; aliás, mais de Rosário do que de Bacabeira; “é uma disputa política, territorial e, principalmente, de arrecadação fiscal”. Há quase 10 anos já se discutia a vinda da Petrobras para cá, mas não houve planejamento e Rosário tem sentido isso na saúde, pois os peões vêm usar o atendimento público e não há arrecadação de impostos para isso. Aumentaram: a marginalidade, drogas, tráfico e prostituição. Os rosarienses estão sendo cooptados pela ilusão de ganharem mais e a Segurança Pública não acompanhou esse processo. O estado doou a terra, beneficiou a implantação do Projeto, mas não se preocupou com uma política de estado para esse desenvolvimento; não há discussão com o Poder Local e nem investimento em capacitação para trabalhadores da região. Muitos vêm da roça e acham que vão ser absorvidos pela Refinaria; aí ficam sem emprego, sem moradia e vagando pela cidade. A situação é assustadora e muita coisa ainda vai acontecer. Vocês, das Universidades, precisam fazer algo porque também estão desacreditados”. (Secretário de Cultura de Rosário).

Nessa perspectiva, Brandão (2007, p.86) afirma que se torna difícil tensionar as correlações de forças políticas postas no bloco então no poder, de natureza oligárquico-mercantilista, tendo “camadas baixas” difusas, deserdadas e com fratura orgânica na falta de propriedade e de direitos.

³¹<http://180graus.com/geral/guerra-do-trafico-leva-panico-a-moradores-de-bacabeiraveja-312783.html>

Registramos a situação do povoado de **Salvaterra**, situado em Rosário, município vizinho à Bacabeira, que mediante anúncio da vinda da Refinaria Premium I para o município de Bacabeira- MA e doação do Governo do Estado de 20 Km² para a construção do projeto da Petrobras em área na qual se encontravam os moradores do lugar, com cerca de 200 anos de permanência ali, uma média de 34 famílias foram expulsas do local que ancestralmente moravam, residiam e possuíam suas condições próprias de atividades no roçado, na pesca e na criação de pequenos animais. Em substituição às expulsões, as famílias foram transferidas para um outro local e indenizadas com valores que não correspondiam à sua realidade cultural, haja vista que o que lhes foi tirado não significava para eles apenas um local de moradia, mas de subsistência, de raízes históricas, de uma identidade.

Segundo depoimentos de moradores do povoado, logo após a notícia da implantação da refinaria no local e da possibilidade de expulsão dos moradores, foi encaminhada, em 2009, uma denúncia formal assinada pela Associação de Moradores do povoado, pelo Fórum Carajás, pela Associação de Pequenos Agricultores/as de Salvaterra e pela Associação Agroecológica Tijupá e endereçada ao Presidente da República; Ouvidoria Geral da República; Ministério Público Federal; Deputados Federais: Domingos Dutra, Flavio Dino e Roberto Rocha; Ministério Público Estadual; Deputados Estaduais: Helena Heluy, Domingos Paz e Valdinar Barros; Petrobras; Secretaria de Indústria e Comércio; SEDAGRO; ITERMA; CPT e Cáritas Brasileira³². No documento, esclarecia-se e solicitava-se:

³² <http://www.ecodebate.com.br/2009/09/17/comunidade-quilombola-denuncia-governo-do-maranhao-e-petrobras-por-ameaca-de-desalojamento/>

Os moradores e moradoras do povoado Salvaterra, município de Rosário, estado do Maranhão, aqui representados por Lucilene Maria Mendes de Sousa e Rosemary Botentuit, vêm informar e apresentar denúncia contra a Petrobras, a Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão, pois as referidas pessoas jurídicas querem expulsar os moradores do povoado. O povoado Salvaterra é um povoado quilombola, pertencente ao município de Rosário, com mais de 200 anos de existência. São 450 hectares de terra, herança sem partilha de quatro herdeiros do Sr. Adriano e Sra. Francisca Botentuit, onde moram e trabalham 34 famílias, pescadores e agricultores. Dentre os moradores, encontra-se Tiago Almeida, com 87 anos, que nasceu e sempre morou no povoado. Em 10 de setembro de 2009, os moradores/as do povoado foram surpreendidos pela visita de sete representantes da Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão que notificaram aos presentes que o povoado estava na área de interesse da Refinaria, em processo de implantação pela Petrobras, e que eles teriam 20 dias, a contar do dia 10 de setembro, para desocuparem a área e que seriam posteriormente indenizados. Questionados sobre o destino dos moradores, idosos, crianças, animais, raízes históricas, a cultura, foi oferecido um barracão em Bacabeira até a construção de casas para a moradia das famílias. No dia 11 de setembro receberam uma nova visita; dessa vez de dois representantes da Petrobrás que objetivavam conhecer os povoados do entorno do empreendimento. Informados sobre a visita anterior, os representantes da Petrobrás observaram que não tinham conhecimento do procedimento em curso pela Secretaria de Indústria e Comércio e sugeriram que os moradores buscassem seus direitos. **“Queremos nossa terra, ela nos garante a moradia e a renda; aqui temos água, terra para plantar, riacho e igarapé para pescar, casa de forno, campo de futebol, juçara, cupuaçu e manga. Não queremos morar em barracão. Queremos seu apoio para continuar vivendo aqui!”** Associação de Moradores de Salva Terra; Fórum Carajás; Associação de Pequenos Agricultores/as de Salva Terra e Associação Agroecológica Tijupá.



Figura 29 - Comunidade processando mandioca, povoado Salvaterra, Bacabeira - MA³³

³³ Comunidade processando mandioca, povoado Salvaterra, Bacabeira - MA
http://forumcarajas.org.br/img/galeria/803_salva_terra.jpg

Salvaterra foi o primeiro povoado em Rosário-MA a ser atingido diretamente pela implantação da refinaria. Considerando a desapropriação da terra, seguida de doação para a implantação do projeto, os moradores foram expulsos de suas terras com a anuência do estado.

Segundo Aquino e Sant'anna Júnior (2010), a implantação de Refinarias de petróleo em territórios tradicionalmente ocupados por grupos sociais rurais segue uma lógica do capital em situações contraditórias:

- 1) a lógica do empreendimento, que torna invisíveis os grupos sociais locais e percebe o território como espaço vazio e disponível para fortes intervenções ambientais e sociais;
- 2) a lógica dos grupos locais, que percebe o território como sendo pleno de significados, fonte de sobrevivência e espaço de realização de modos de vida próprios, tradicionalmente estabelecidos e relativamente pouco impactantes ao meio.

Ainda no município de Rosário, registramos recentemente, no dia 22/10/2013 o bloqueio da avenida principal realizado por moradores locais devido ao mandado de reintegração de posse no povoado Boa Vista, resultando em mais um conflito de terra em que, supostamente, apresentou-se um “novo dono” após a valorização da terra na localidade, terra essa titulada pelo INCRA como sendo área de remanescentes de quilombos. Conforme notícia postada por São Simão Atualidades : Bloqueio em estrada impede cumprimento de mandado judicial em Rosário.



Figuras 30 – (A, B) - Bloqueio de estrada em Rosário - MA por moradores.

Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/>³⁴

³⁴ Disponível em: [são simão atualidades, terça-feira, outubro 22, 2013.\(http://2.bp.blogspot.com/\)](http://2.bp.blogspot.com/)

Informado por meio de um oficial de Justiça, o mandado solicitava a saída do Sr. Nelson Pinheiro Nunes em 30 dias da área onde vivia, que, segundo o requerente, está situada no território da fazenda conhecida como Taguará. O povoado onde se situa a fazenda é denominado pelo INCRA como terra quilombola, ou seja, protegida por lei. Aflitos e nervosos com a situação, moradores decidiram fechar a principal entrada de acesso ao povoado e as indústrias de cerâmica que abastecem a cidade e a capital São Luís. Os moradores tomaram essa decisão após temerem que acontecesse com eles o mesmo que estava acontecendo com Sr. Nelson Nunes.

Os vereadores Carlos do Remédio e Kiko, juntamente com o secretário da igualdade Racial de Rosário, Odilon Silva, estiveram pela manhã no local, conversando com os moradores no sentido de encontrarem uma solução pacífica para o problema, pois, segundo os moradores, **não desocuparão a área.**

Como se observa, em Bacabeira e nos municípios vizinhos, correspondentes ao entorno da propagada instalação da refinaria, tem acontecido um “boom cumulante” de desastrosas implicações para a região, sendo sentidas inicialmente por moradores locais através da especulação imobiliária, nas alterações cotidianas no modo de vida e nas condições de trabalho. Parafraseando a partir do depoimento de um morador do povoado de Santa Quitéria: “estamos sentados num garimpo”. Ele quis retratar a ideologia desenvolvimentista numa discussão antiga do “Novo Eldorado”.

A situação do povoado de **Santa Quitéria** também vem sofrendo com o mesmo processo de tentativa de desapropriação dos antigos moradores. Tudo começou, a partir de agosto de 1998, quando o advogado José Valmir Moura, popularmente conhecido por “Biril”, entrou com uma ação na Justiça com o pedido de reintegração de posse, alegando ser o legítimo proprietário das terras desse povoado.³⁵

Um dos registros dessa situação consta na “Ata da Nonagésima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão” realizada no dia quinze de agosto do ano de dois mil e onze, onde se lê:

³⁵ Disponível em: <http://bacabeira-emfoco.blogfacil.net/Seu-primeiro-blog-b1/Biril-nao-menciona-terreno-de-Santa-Quiteria-em-Bacabeira-em-sua-declaracao-de-bens-b1-p336.htm>

Por fim, a Deputada Eliziane Gama voltou a manifestar sua preocupação com os despejos forçados que acontecem com bastante frequência no Maranhão. A Deputada informou que vai reapresentar um Projeto de Lei da ex-Deputada Helena Barros que institui o “Dia Estadual de Combate aos Despejos Forçados no Maranhão”. Citando o caso de Bacabeira, no Povoado Santa Quitéria, onde cerca de 290 famílias, que lá residem há mais de quinze anos, estão na iminência de serem despejadas. Manifestando seu protesto e indignação pelo despejo dessas famílias, a Deputada garantiu que pedirá informações da PM para a atual situação delas.³⁶

Importante salientar que, no povoado, os moradores encontram-se em processo de resistência, inscritos e organizados na associação de Moradores de Santa Quitéria na luta pela permanência na terra, garantia de moradia e de sobrevivência a partir dela.

Embora registre-se em Bacabeira um campo minado de conflitos, disputas e contradições inerentes ao processo de penetração e acumulação do capital, principalmente na relação de dependência, como no caso dos países da América Latina, a realidade também expressa as nuances desse processo contraditório entre a modernização e as formas arcaicas de produção e reprodução social expressas na linguagem do cotidiano dos trabalhadores vinculados à terra, à cultura, aos sonhos e esperanças “de uma terra prometida” e uma existência digna e humana em que os laços de vizinhança, de comunidade, de raízes culturais e de crenças ainda ecoam na consciência desses sujeitos históricos com vida, com ideais e que lutam mesmo nas situações adversas.

A história do povoado de Santa Quitéria traz consigo manifestações dessa realidade que precisam ser registradas e que podem servir não somente de acervo histórico, mas de incentivo à existência humana enquanto sujeitos de consciência que podem mudar mesmo estando diante de um “golias”, de um gigante chamado Petrobras, de origem nacional e tentáculos econômicos transnacionais, mas que não levam e nem apagam uma história de luta, coragem e sobrevivência.

³⁶ Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/diario/arquivo/DIARIO23-08-11.pdf>

4.2 Uma história que o “vento levou”?: a (re)organização da classe trabalhadora na luta pela sobrevivência e garantia de direitos – as particularidades de Santa Quitéria.

A história narrada no filme: “E o vento levou”, em 1939, leva-nos a refletir sobre a questão da terra, da tradição cultural, da guerra e dos conflitos sociais oriundos das correlações de força e poder. O filme retrata um período da Guerra Civil entre os estados do Norte e do Sul dos E.U.A., no qual a protagonista Scarlett O'hara, de ascendência irlandesa, desafia uma época através de seus ideais e de sua forte convicção de que deveria defender sua terra: Tara, que representa uma identidade familiar e uma cultura modificada pela guerra. Em “E o vento levou” existia uma terra de cavalheiros e campos de algodão, chamada “O Velho Sul”, e uma relação de produção entre senhores e escravos de um período que “o vento levou”, mas Scarlet, a protagonista, demonstra que, mesmo devastada pela guerra, pela dor da perda dos entes queridos, segue em direção ao horizonte da amada terra vermelha de Tara e, absorvendo força dali, força que vem do âmago daquele chão devastado, ela profere seu próprio destino: “Com Deus por testemunha, não vão me derrotar. Vou sobreviver a isso. E, quando passar, nunca mais sentirei fome! Nem eu, nem minha família. Mesmo que eu minta, roube, trapaceie ou mate, com Deus por testemunha, nunca mais passarei fome!”

Embora sendo uma ficção, o filme revela uma situação de uma época em que os sulistas perdem suas plantações, suas formas de produzir e sua riqueza num momento em que o comércio vem para o centro de Atlanta e modifica as relações de produção e o modo de vida daquela região, além de influenciar no aumento dos “bordéis”, da marginalidade, periferização e processo migratório. Revela que numa situação de sobrevivência, mesmo a protagonista tendo uma vida mimada e cheia de riqueza, ela aprende a lutar, a tirar da terra o seu alimento, a sua subsistência e até tornar-se suscetível a matar ou morrer pela terra, condição de sua existência e de sua família.

Não fugindo de uma época, de uma região e das circunstâncias engendradas na ficção de “E o vento levou”, registra-se que a questão da terra ainda é preeminente, em todas as nações, quanto a sua distribuição, exploração e desapropriação.

A terra vermelha de Santa Quitéria tem levado trabalhadores rurais da localidade a lutarem, a resistirem, a reconhecerem o valor dela para a sobrevivência e a acreditarem que, através da organização política, podem mudar a história do povoado ante o processo de desapropriação e expropriação da terra.



Figura 31 - Entrada do povoado de Santa Quitéria
Fonte: Pesquisa autora em coleta de campo (2011)

O povoado de Santa Quitéria localiza-se na antiga MA-404, atualmente BR-404, sob o domínio do DNIT, no KM- 4, em frente à construção da Refinaria Premium I. Sua localização é privilegiada, no que se refere aos possíveis investimentos na área, considerando a proximidade ao empreendimento da Petrobras. Nesse momento Santa Quitéria já sente os efeitos da Refinaria, pois está na porta de entrada do furacão petrolífero da Nação e de seus investimentos transnacionais. O mapa em anexo (anexo D) demonstra tal situação e explica o porquê da luta pela terra entre um suposto dono e seus antigos moradores.

O povoamento de Santa Quitéria é resultado de um processo da construção da estrada que vai para Rosário-MA, na qual muitos trabalhadores vieram buscar moradia e trabalho. A ocupação ocorreu em 1996 e foi batizado como Santa Quitéria devido a ser encontrado na região muito da planta medicinal denominada de santa Quitéria, que serve para tratamento do estômago. Segundo relato do Sr. Ezequias (ex-presidente da associação e um dos mais antigos moradores do povoado), havia, no local, muitas plantas e árvores frutíferas, como: mangueiras e jaqueiras. As famílias vinham e ficavam deslumbradas com a terra

para o plantio e as sombras projetadas pelas árvores e frutas que a natureza providenciou de fornecer em abundância.

Há mais ou menos 18(dezoito) anos de moradia no local, as famílias plantaram suas lavouras e foram chamando outros familiares para trabalharem na terra. Não se registra na época nenhuma propriedade particular, como o Sr. Osmilton (Tito) registra. Nascido e criado em Bacabeira, ele informa que ali existem famílias centenárias, como as famílias: dos Caires, Desterro, Marcolinos e Tavares. Desde a ocupação, nunca houve conflitos até o surgimento da refinaria na região.

Em agosto de 1998, o advogado José Valmir Moura, popularmente conhecido por “Biril”, entrou com uma ação na Justiça, com o pedido de reintegração de posse, alegando ser o legítimo proprietário das terras desse povoado. No entanto, “Biril” nunca teve a intenção de tirar as pessoas do local, de quem estava produzindo na terra. Mas, após o anúncio da vinda da refinaria e a especulação imobiliária, o valor da terra subiu e passaram a acontecer visitas de grileiros, que entraram em contato com o suposto dono, Sr. Biril, oferecendo um valor alto pela compra das terras. A partir daí, começou o “inferno” no qual o encarregado, Sr. Ernesto, vem amedrontando os moradores do povoado a mando da empresa PIPES (Pedro Iram Pereira Espírito Santos), de Carolina, do estado de Goiás e com a anuência do Governo do estado do Maranhão.

Segundo o depoimento do presidente da Associação de Moradores de Santa Quitéria, Sr. José Ribamar Costa Alves, conhecido como Babá:

Biril entregou para a juíza um documento novo, que não foi aceito porque era de uma escritura com data recente e que dava ganho para os moradores que anteriormente já moravam e produziam na terra. Então arrumaram a documentação com uma nova data retroativa, sendo aceita pela justiça, mas que não condizia com o georreferenciamento do ITERMA, pois a terra georreferenciada pelo órgão do estado era de 235 hectares e a documentação apresentada pelo encarregado, Sr. Ernesto, era de 203 hectares. Onde estão então os 32 hectares? Que documentação é legítima? Essas juízas estão a serviço de quem? Todos percebem que essa documentação é fraudulenta...mas continuam tentando nos enganar e nos expulsar, mas não vamos sair; enfrentamos polícia, derrubam nossas casas, adoecemos e continuamos na luta cada vez mais fortes e com o apoio de outras entidades.(depoimento do líder da associação de Moradores, o Sr. Babá, 2013).

O Maranhão sempre foi um estado submerso em conflitos fundiários. Desde a década de 1940, propagandas realizadas pelo governo do estado orientavam que nessa região existiam grandes proporções de terras “devolutas” a

fim de incentivarem a exploração de grandes empresas nessas áreas e com vantagens fiscais. Segundo PEDROSA (1998):

Da década de quarenta para a atualidade, os conflitos adquiriram diferentes contornos, conforme as modificações da conjuntura fundiária que se apresenta. Dessa forma, antes da Lei de Terras de 1969, predominavam os conflitos característicos das regiões de colonização antiga, em função das abusivas cobranças de rendas e da exploração dos produtos do extrativismo. Com a ocorrência dos movimentos migratórios, inclusive aqueles com destino à zona de extração da borracha, no Pará, desde a década de 20, emergiu o desequilíbrio na demanda camponesa por terras, principalmente nas áreas decadentes do vale do Itapecuru. A violência dos proprietários impulsionou a nova corrente migratória em busca das terras livres, compondo a frente agrícola maranhense. A partir da década de sessenta, tiveram início os confrontos decorrentes da pressão da grilagem pelas terras devolutas do Estado, somando-se às expropriações forçadas empreendidas pelas grandes empresas. Essa é a época do desenvolvimento da malha rodoviária, que atuou como fator de atração para os grupos econômicos interessados na terra como valor de mercado. Na década de setenta, tornou-se explícita a política oficial de reorientar o desenvolvimento agrário do país, tendo por pressuposto a introdução no campo de grandes projetos agropecuários, de exploração de minérios e recursos florestais (PEDROSA, 1998, p.33).

A Lei da Terra instituída no período de 1966 a 1970 pelo governo Sarney evidenciou um mercado de terras, transformando as relações estabelecidas no campo maranhense, eclodindo em conflitos entre trabalhadores rurais, latifundiários e supostos “donos” que se apropriavam das terras através de grilagem.

Conforme afirma BARBOSA (2006):

A violência da grilagem cartorial foi praticamente institucionalizada no Maranhão, tornando-se o principal mecanismo de expropriação utilizado pelo governo – além, certamente, do uso da força policial. Da grilagem de pequenas propriedades agrícolas, áreas devolutas ocupadas pelos posseiros ou de comunidades herdeiras de terras seculares, formavam-se grandes fazendas na encosta das principais rodovias federais e estaduais. A paisagem geográfica também se modificou com os cercamentos das áreas destinadas ao cultivo agrícola. (BARBOSA, 2006, p.84).

A situação do povoado de Santa Quitéria, em Bacabeira, tem vivenciado essa realidade mediante repressão policial e brigas cartoriais e na justiça sobre a reintegração de posse em que são constantemente ameaçados pelo suposto “dono” da terra, representado pelo encarregado Ernesto, que, devido ao litígio pela posse da terra, instaurou-se na área com residência e trator na porta para a derrubada de casas de trabalhadores do povoado que “queiram” ser indenizados por R\$2000,00 (dois mil) reais.



Figura 32 - Residência do Sr. Ernesto com o trator na porta, no povoado de Santa Quitéria.
Fonte: Própria autora em pesquisa de campo (2012).

Como se observa, nesse povoado os conflitos de terra são silenciados e, quando vem à tona, ideologicamente são apontados como empecilhos ao “desenvolvimento” e ao “progresso”.

Segundo depoimentos dos moradores de Santa Quitéria sobre a compreensão de desenvolvimento, verificou-se que 60% dos entrevistados apontam como crescimento econômico: a geração de emprego, o progresso e o movimento para o município e a implantação de infraestrutura na educação, saneamento básico e condições de moradia e saúde. E diretamente apontam que não estão vivendo esse “desenvolvimento”, pois vivem uma situação precária e que, além disso, a Refinaria não trouxe desenvolvimento; ficou só na promessa. Apontam, ainda, que não possuem água e não podem melhorar sua moradia devido ao embargo da Juíza da Comarca de Rosário após o litígio da terra. E desabafam:

Estamos considerados como porcos e esquecidos pelo tempo. (Maria das Graças, 61 anos).

As autoridades, a Refinaria e a sociedade precisam ver nossa vida e luta. Olhem pela comunidade...(choro)...não deixem eles pegarem as nossas casas, o terreno, a plantação. Não tirem a gente daqui! (Suelma Cristina Correa, 21 anos).

Ah, senhora, é muito triste ver a casa do vizinho ser derrubada; amanhã pode ser a minha. Precisamos de ajuda; o negócio é sério. (Maria Adriane da Silva Caires, 25 anos).

Que desenvolvimento é esse? Que nos empurra para baixo, que não pode produzir, que não se tem direito. Só se for para eles, porque, pra nós, é só desgraça. (Valdinilton Martins, 46 anos).

Os depoimentos acima revelam a essência da política neodesenvolvimentista que fomenta a fragmentação das classes sociais que se encontram cada vez mais heterogêneas e com reivindicações pontuais e focalizadas, com um crescimento econômico voltado para a satisfação internacional, que aceita a subordinação brasileira na divisão internacional do trabalho. Expressa as contradições sociais através das disparidades na distribuição de renda, sendo suavizadas com programas governamentais que não respondem as reais necessidades da classe trabalhadora, mas que atenuam, silenciam e abafam as revoltas e conflitos sociais. Transferem para a sociedade civil a responsabilidade do estado e sua ingerência como “culpa” do suposto cidadão. Defende uma política agressiva de desapropriação de terras produtivas ao capital internacional e de grandes empreendimentos e propõe deslocamentos para assentamentos em áreas periféricas e geralmente pouco produtivas. Fomenta também a fragmentação dos movimentos sociais a partir da própria fragmentação das classes, motivadas por uma “causa particular”, como se não fosse da classe trabalhadora de uma determinada sociedade.

Assim, o entendimento de regiões habitadas por populações locais e por seus modos de vida como um vazio demográfico e cultural (Mendonça, 2006) serve de discurso ideológico desenvolvimentista para justificar sua apropriação territorial em detrimento do deslocamento de populações tradicionais que lá estabelecem relações produtivas, culturais e históricas.

Esses grupos, quando chegam a ser considerados, principalmente quando ocupam territórios almejados pelos empreendimentos, normalmente são percebidos como obstáculos para o desenvolvimento e, portanto, devem ser cooptados ou suprimidos.

Parafraseando o professor Frederico Lago Burnett sobre a produção do espaço, quando afirma, a partir de uma análise marxista: para o capital, o espaço precisa ser abstrato, não possuir proprietário e, caso haja, ele precisa deixar de existir para que ocorra a exploração do espaço e da mão de obra.

Nessa perspectiva, Lefebvre (2001) afirma que o espaço é ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Ele é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes.

Sendo assim, o processo de apropriação do espaço significa uma relação com a produção e coexistência de quem produz.

Historicamente a Petrobrás tornou-se, para uma grande parte dos brasileiros, um símbolo de soberania, progresso e orgulho nacional. Diante desse cenário, constata-se um relativo silêncio sobre os impactos socioambientais de suas atividades e de pouca visibilidade às manifestações contrárias. Aliás, quem se atreveria a ir contra o “progresso”, a oferta de emprego e a autossuficiência petrolífera da Nação?

No entanto, não se registram publicamente que as denúncias dos Movimentos de pescadores da Baía de Guanabara quanto ao derramamento de petróleo da refinaria Duque de Caxias, em 2000, no Rio de Janeiro; os alertas do sindicato dos petroleiros da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão, em São Paulo, sobre os problemas ocupacionais de 20% dos trabalhadores contaminados por benzeno; a contaminação de lençóis freáticos pelos postos Petrobrás, em Brasília, denunciados por entidades ambientalistas; sobre as denúncias do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) quanto à distribuição de espingardas e munições aos funcionários para reagirem aos ataques dos índios contra a empresa no Vale Javari (AM) em 1980; e, recentemente, denúncias da Comissão Pastoral da Pesca, na Bahia e no Rio de Janeiro, sobre as atividades de transporte de combustível e refino nessas regiões têm afetado diretamente as atividades produtivas que constituíam fonte de renda dessas comunidades.

Em entrevista com a representante da Petrobras na área de Ecologia Social, na oportunidade da Audiência Pública de 26/11/2013, na Associação de Moradores de Porto Grande, área rural do município de São Luís, ela afirmou que a situação fundiária de Santa Quitéria não é problema da empresa, pois esta já possui o licenciamento para a implantação, em Bacabeira, e que a situação de desapropriação, como o caso de Salvaterra, já havia sido solucionado quando foram para uma área próxima à Sapucaia, em Rosário, não alterando os laços com a região. Explica que a Petrobrás já repassou milhões para o governo do estado como medida “compensatória” e, enfaticamente, afirmou: “não vejo a responsabilidade da

Refinaria com uma área que não está sendo desapropriada por ela” (SIC). Afirma, ainda, que é um problema do Governo, que está sempre separando o que é de responsabilidade do governo e da Petrobras, como se a empresa não fosse do governo federal.

A esse respeito Montañó (2010) destaca que a lógica da política neoliberal exacerba o caráter segmentador da racionalidade burguesa, demonstrando uma visão recortada do real e, de maneira intencional, compartimentaliza os movimentos sociais, separando o Estado da política e da economia e evocando a sociedade civil para a responsabilização da população marginalizada e excluída, como se fosse possível fazer essa separação. É uma estratégia de deslocamento da responsabilidade do estado para a sociedade civil, ou para o terceiro setor, no sentido de se eximir da responsabilidade e, ao mesmo tempo, de obscurecer a realidade da nova ofensiva neoliberal mediante o capital transnacional.

Mesmo diante de uma justificativa da “não obrigação” ou do “não envolvimento”, correspondente às formas de intervenção do capital, registra-se, nos dados da Comissão Pastoral da Terra, enquanto conflito fundiário no povoado de Santa Quitéria, em 2012, o processo de implantação da refinaria Premium I como causadora, conforme tabela 9 abaixo:

Tabela 9 - Conflitos por terra no estado do Maranhão.

Maranhão				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Assent. Novo Oriente/Vale	19/01/2012	66	
Açailândia	Assent. Planalto I/Vale	19/01/2012	39	Assentados
Açailândia	Assent. Planalto II/Vale	19/01/2012	13	Assentados
Açailândia	Assentamento Califórnia/Vale	29/07/2012	200	Assentados
Açailândia	Com. Francisco Romão/Vale	29/07/2012		Posseiros
Açailândia	Com. Vila Ildemar/Vale	29/07/2012		Posseiros
Açailândia	Comunidade Agroplanalto	19/01/2012	30	Posseiros
Açailândia	Comunidade Planalto I	19/01/2012	18	Posseiros
Açailândia	Comunidade Planalto II	19/01/2012	14	Posseiros
Açailândia	Faz. Conquista/Acamp. João do Vale/Vale	19/01/2012	39	Sem Terra
Alcântara	Território Quilombola/Centro de Lançamento/Base Espacial	23/07/2012	270	Quilombolas
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	27/10/2012	65	Posseiros
Aldeias Altas	Povoado Tamandua	18/10/2012	34	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora 1	11/12/2012	55	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Faveira/KBf Participação e Empreendimentos Ltda	30/01/2012	65	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	02/07/2012	70	Posseiros
Alto Alegre do Pindaré	Com. Vila Fufuca/Vale	29/07/2012		Posseiros
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	18/03/2012		Indígenas
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	24/05/2012		Sem Terra
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	27/10/2012		Sem Terra
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	04/12/2012	250	Sem Terra
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Quilombola Monge Belo/Vale	08/03/2012	67	Quilombolas
Anajatuba/Itapecuru Mirim/Santa Rita	Sítio do Meio/São João da Mata/Mata dos Pires	24/02/2012	56	Quilombolas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/ Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiacu	12/09/2012		Indígenas
Arari	Cedro	28/10/2012	5	Posseiros
Arari	Pov. Estirão Grande/Gleba Data Santa Inês/Macaquiçal	28/10/2012	48	Ribeirinhos
Arari	Povoado Olho d'Água	28/10/2012	10	Ribeirinhos
Arari	Povoado Pedrinhas	28/10/2012	7	Posseiros
Bacabeira/Rosário	Pov. Santa Quitéria/Refinaria Premium da Petrobras	14/11/2012	290	Posseiros
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	31/12/2012		Sem Terra
Barra do Corda/Fernando Falcão/Formosa da Serra Negra/Grajaú	T. I. Porquinho	12/05/2012		Indígenas
Barreirinhas	Anajás	24/03/2012	25	Assentados

Fonte: Relatório conflitos no campo. Brasil, 2012.

Conforme observado na tabela acima, foram registrados 290 posseiros contabilizados por famílias no povoado de Santa Quitéria e, após o georreferenciamento realizado pelo ITERMA, em 2013, foram cadastradas e registradas 500 famílias na localidade. Não se pode negar os efeitos do processo de implantação da Refinaria diante da especulação imobiliária e, portanto, do valor de mercado associado a essa terra que, a priori, era habitada por lavradores e trabalhadores rurais que vieram em busca de uma terra para plantar, residir e subsistir. É a partir dessa lógica de expansão industrial preconizada na perspectiva desenvolvimentista que os grandes empreendimentos adentram e penetram nas relações do campo, nas formas de produzir, de expulsar e, obviamente, de expandir seu mercado e lucros.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2012), em números absolutos, os conflitos por terra levantados no estado do Maranhão estão diretamente relacionados às grandes empresas de mineração, celulose, petróleo e continuam em primeiro lugar, como em anos anteriores.

Partindo das evidências e de resgates históricos, percebe-se que, embora haja uma inegável corrente ideológica para tornar essas áreas terras “devolutas” e seus habitantes “tornarem-se invisíveis”, não há como negar que os moradores dessas localidades possuem um modo de vida próprio (cultura, sociabilidade, trabalho), em grande medida adaptado às condições ecológicas, predominando uma economia familiar e diversificada, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato e um calendário sazonal anua comum, conforme os recursos naturais explorados normalmente sob o regime familiar de organização do trabalho. (ALMEIDA e CUNHA, 2001).

Esses moradores quando ameaçados unem-se e criam suas próprias estratégias de enfrentamento ao modelo desenvolvimentista que lhes é imposto, seja na condição de sobrevivência, seja na de emancipação.

Registra-se, em 14 de novembro de 2012, a manifestação dos moradores de Santa Quitéria publicada no Jornal “A Folha do Maranhão”, cuja manchete é intitulada: “**Moradores fecham rodovia em protesto contra despejo**”.



Figura 33 - Manifestação de moradores do povoado de Santa Quitéria, MA-402
Fonte: Elaborada pela equipe do Folha do Maranhão (2012).

Manifestantes bloquearam as duas pistas da MA- 402, que liga as cidades de Bacabeira a Rosário, às 07 horas desta quarta-feira, para protestarem contra a liminar dada pela Justiça obrigando a desocupação de três casas do bairro Santa Quitéria, em Bacabeira. Os manifestantes atearam fogo na rodovia, interrompendo o tráfego. O protesto provocou um grande congestionamento no local. Os moradores estão exigindo a presença da imprensa, do prefeito de Bacabeira e da juíza da Comarca de Rosário. A luta dos moradores em permanecerem no bairro vem desde a chegada da refinaria Premium I e seus investidores, que “tomaram” de conta de quase toda a cidade. Outro ponto que vem chateando a população é a omissão do prefeito, que não vem mostrando grande interesse em ajudar a comunidade ameaçada de despejo³⁷.

Segundo depoimento de “Babá” (atual Presidente da Associação de Moradores de Santa Quitéria), nesse período eles tiveram que criar suas próprias estratégias para serem vistos e ampliarem a possibilidade de negociação, pois a polícia circulava na área, eles eram ameaçados pelo encarregado do suposto dono da terra, não conseguiam dormir, pessoas do povoado adoeciam; enfim, era preciso reverter a situação.

Assim, organizaram-se no sentido de resistência à ação coercitiva do Estado capitalista, percebendo que, através da luta política, são capazes de rearticular o seu papel na sociedade, participando e defendendo os interesses de uma classe alijada de seus direitos básicos de sobrevivência.

³⁷ Disponível em redacao@folhamaranhao.com, em 14/11/2012.

Nos organizamos na calada da noite, ainda sobre os olhares de policiais e jagunços do Sr. Ernesto, que imaginavam que estávamos apenas em uma reunião religiosa na Igreja do povoado. Combinamos que o sistema de comunicação seriam as batidas das pedras nas janelas das casas dos companheiros e sairíamos para a interdição da BR. Era preciso chamar a atenção das autoridades porque, até então, estávamos esquecidos e engolidos por eles. Já tínhamos os pneus da borracharia do colega que escondemos no mato próximo à rodovia e nos arrastamos cinco horas da manhã, do dia 14 de novembro de 2012, para não sermos vistos. Daí pegamos eles de surpresa e, a partir de então, não ficamos mais sozinhos na luta. Outras entidades nos viram e hoje somam a nossa luta, como vocês da Universidade, a OAB, SMDDH e alguns políticos de São Luís. (Depoimento de Babá, líder da Associação de Moradores de Santa Quitéria, 2012).

A estratégia política pensada e articulada pela liderança da Associação de Moradores do povoado representa, ao intelectual orgânico discutido por Gramsci (2004), como aquele que é organizador da produção de um novo modo cultural vinculado a um grupo social, a uma determinada classe social. Nesses termos:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 2004, p. 15-16).

E ainda: partindo de uma perspectiva marxista, é imprescindível que, no exercício de desvelamento da realidade, transformem-se as inquietudes originadas pelas contradições em mecanismos de libertação da dominação, da exploração e da coerção, historicamente impostas nas diversas nuances do capitalismo.

Sabe-se que, diante das ameaças contra ao *status quo*, os governos brasileiro e maranhense, aliados ao grupo dominante de pensamento conservador e neoliberal, iniciam um verdadeiro movimento de perseguição e criminalização aos movimentos sociais contrários aos seus ideais de mercado e que atuam fora da esfera de participação social solidária, voluntária e assistencialista vinculadas ao Estado.

Compreendendo que as lutas sociais surgem a partir de descontentamentos e de inquietação de um coletivo social, podendo se transformar em uma demanda coletiva, o estado se utiliza da coerção e do consenso através de políticas compensatórias e que podem silenciar o movimento.

A força dos movimentos sociais é inerente a um processo de luta de classes que estão imbuídas de ideais e, principalmente, de um modo de garantir sua existência.

Efetivamente, a contribuição de Marx a esse respeito continua na efervescência dos ideais dos movimentos sociais contrários ao modo de produção capitalista.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua própria escolha e sim sobre aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 2008, p.102).

E, infelizmente, a mão visível do Estado da coerção continua a elaborar e implementar medidas que coíbem os processos emancipatórios, reelaborando as formas de participação popular, difundindo os interesses dominantes e retrocedendo na esfera dos direitos sociais como forma de imobilizar a possibilidade da mudança.

No que se refere às formas de organização das famílias de Santa Quitéria em relação ao processo de implantação da refinaria Premium na localidade, 82% dos entrevistados apontaram que as reuniões na Associação de Moradores foram de fundamental importância para a organização e nas estratégias de resistência, como na manifestação na BR- 402 (que vai de Bacabeira para Rosário e Lençóis Maranhenses), e na contratação de Advogados pela associação na luta pela moradia e também pelo direito de continuar produzindo na terra.

A tabela 10 demonstra como as famílias do povoado organizam-se diante do processo de implantação da Refinaria e suas formas de resistência.

Tabela 10 – Como as famílias organizam-se diante do processo de implantação da Refinaria

Como as famílias organizam-se diante do processo de implantação da Refinaria?	Nº de entrevistados	%
Reuniões na Associação de Moradores devido à situação da terra, manifestações na BR, lutando pela moradia, contratação de advogados pela associação, participando das audiências públicas.	41	82
Não soube explicar ou falar	05	10
A comunidade tá fraca, ainda não ganhamos a causa, alguns já estão desistindo.	04	8

Fonte: Própria autora em coleta de campo entrevista realizada (maio/2013).

Como se observa, 82% dos entrevistados afirmam sua participação e envolvimento na luta pela moradia, pela terra e para a permanência no local, e sua organização na Associação de Moradores do povoado como forma de manterem a união e a força contra a possibilidade de expulsão. Na oportunidade de participação em algumas reuniões e audiências públicas na Associação e na sede em Bacabeira, verificou-se o Conselho Fiscal da associação planejando o orçamento, prevendo o pagamento dos advogados que estão acompanhando o processo jurídico na Comarca de Rosário sobre o direito de propriedade e de posse da terra, e as diretrizes coletivas traçadas para cada decisão judicial e para cada possibilidade de enfrentamento.

É interessante ressaltar o pensamento de Marx (2008) quando afirma que a concepção de classe só passa a existir, enquanto tal, a partir do momento em que começa a adquirir consciência de si, quando começa a estabelecer uma relação entre a sua existência e a consciência. E ainda: Lukács destaca o caráter ativo do sujeito em que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la (LUKÁCS, 1978, p.3).

Assim, a classe trabalhadora de Santa Quitéria tem desvelado a realidade da situação fundiária que estão enfrentando, percebendo que existem correlações de forças e de interesses antagônicos e que eles precisam se organizar contra o que lhes é imposto em relação à terra, às condições de trabalho e nas mudanças nos seus modos de vida após o advento da refinaria e dos conflitos que eclodiram a partir desse processo de implantação.

No início estávamos cegos, voltados para a garantia de emprego; hoje lutamos pelo nosso direito de continuar na terra e produzindo. (Wilson Costa, 24 anos).

Antes da refinaria tínhamos sossego e nossa lavoura; agora tudo ficou pior. (Antonio Ferreira Franco, 56 anos).

Ao mesmo tempo em que grande parte dos trabalhadores enfrentam tal processo na reorganização ante a desmobilização da refinaria no setor de serviços temporários e a possibilidade de expulsão da terra e de sua moradia, 8% dos entrevistados acreditam que a comunidade está fraca porque ainda não ganharam a causa e, por isso, pensam em desistir, seguidos de 10% que não souberam explicar as formas de resistência e organização da classe.

Isso se deve à conformidade e à trivialidade com as quais a ideologia neoliberal defende o imediatismo, um cotidiano colado nas instâncias da produção, do ganho e do processo de alienação de si mesmo, de uma concepção de classe que fragmenta as lutas sociais e incentiva a desesperança de um projeto contrário ao que é fomentado pelo sistema capitalista. A esse respeito, MONTAÑO (2010), afirma que:

O projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade alienada, reificada seja a da “preocupação” e “ocupação” (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras, nem transformadoras, mas voltadas para as (auto)respostas imediatas às necessidades localizadas (MONTAÑO, 2010, p. 210).

O cotidiano da sociedade civil é um lócus de interação social, de realizações, de frustrações, de embates econômicos, políticos, culturais e ideológicos; por isso, é visto pela classe dominante como manifestações que podem ser perigosas para o padrão de acumulação do capitalista.

Nesse sentido, tornam-se essenciais para a classe hegemônica do grande capital a desarticulação da classe trabalhadora e a preponderância do viés ideológico desse sistema no individualismo, na competitividade e na imediatez para que os sujeitos não se vejam como portadores de força política e capazes de confrontarem a ordem vigente. Para Kosik (1989), o cotidiano é um produto histórico, assim como constitui um campo de construção histórica.

As condições às quais são submetidas às famílias de trabalhadores rurais de Santa Quitéria têm sensibilizado outros povoados da região, como: Videl, Periz

de Cima e Pequi, onde moradores endossaram o abaixo assinado enviado ao Ministério Público, em novembro de 2013, amedrontados com as possíveis repercussões em suas moradias, como também desiludidos com a implantação da Refinaria e sua geração de empregos para os moradores dessas localidades.

Diante de expectativas frustradas, da eminência de perdas e de sofrimentos, a classe trabalhadora ganha força na luta porque não envolve apenas sentimentos, mas condições de sobrevivência.

O processo de litígio da terra em Santa Quitéria ainda não chegou ao fim. O suposto dono cria suas estratégias de suborno e violência psicológica nas famílias que ainda resistem, visita individualmente as casas dos moradores, propõe dinheiro, especula que não vão ganhar a causa e ao mesmo tempo, leva documentação para que eles assinem, passando-lhe o direito e a posse da terra.

Diante dessas vivências, as lideranças da Associação têm sofrido ameaças verbais, telefones grampeados e, a cada momento, esses trabalhadores unem-se e fortalecem a luta, criando novas estratégias de resistência, como: o não recebimento de estranhos em suas casas; a identificação de possíveis visitantes ou pesquisadores na área (o que demandou um tempo maior para esta pesquisa); assinatura de qualquer documento somente após a avaliação jurídica dos advogados contratados pela associação e autorização pelo conselho deliberativo da entidade; reuniões sistemáticas na associação para esclarecimentos legais e de acompanhamento do processo judicial; e a busca por parcerias no fortalecimento da causa, como: representantes da OAB, ITERMA, CPT, FETAEMA, SMDDH, Assembléia Legislativa, entre outras entidades.

Além dessas estratégias cotidianas, as formas de mobilização têm dado visibilidade à causa com as caminhadas à prefeitura de Bacabeira com cartazes e faixas pedindo justiça e diálogos com as Juízas na comarca de Rosário para negociações. Mediante a última liminar em outubro de 2013, que deu causa ganha para o suposto dono da terra, os moradores novamente interditaram a BR-402, conforme a reportagem postada por Ismael Araújo, em 04/12/2013, no Jornal “O Imparcial”.



Moradores atearam fogo na estrada e impediram tráfego na área

Figura 34 - Nova manifestação de moradores do povoado de Santa Quitéria

Fonte: Equipe do Jornal “O Imparcial”, (2013).

Mais de 100 famílias do povoado de Santa Quitéria interditaram, ontem, a BR- 402, no trecho que liga as cidades de Bacabeira e Rosário. De acordo com os manifestantes, um dos principais motivos da interdição é a possibilidade de despejo do local. A maioria dos moradores mora há mais de 15 anos nessa BR, mas a Justiça deu causa ganha para um suposto proprietário, identificado apenas como “Ernesto”.

Os moradores foram para a estrada federal a partir das 14h e atearam fogo em pneus, galhos de árvores e móveis velhos. Rapidamente formou-se uma grande cortina de fumaça e muitos carros, caminhões e ônibus de viagens tiveram que parar no meio da via para esperarem a pista ser desobstruída pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A maioria dos manifestantes gritava pela presença de uma autoridade do governo para resolver a situação, pois somente após um acordo iriam deixar estrada. Jeferson Calvet, um dos moradores de Bacabeira, falou que o problema piorou depois da especulação do advento da refinaria *Premium I*, da Petrobras, porque acabou engordando os olhos dos investidores. “Depois da presença da refinaria, os moradores não tiveram mais sossego e são ameaças em cima de ameaças de despejos”, completou.

Ele também comentou que já foram realizadas diversas audiências públicas com a Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB/MA), Prefeitura de Bacabeira, Câmara Municipal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), dentre outras entidades envolvidas com movimentos agrários no estado para resolver a problemática, mas, até o momento, nada foi resolvido concretamente³⁸.

³⁸ Disponível em <http://imgsapp.oimparcial.com.br/>

As formas de organização da classe trabalhadora, em Santa Quitéria, revelam o que Gramsci (1978,p.21) entende quando diz que uma massa humana não se distingue e não se torna independente, por si, sem organizar-se; [...] e que não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes.

O modo de pensar e de se organizar politicamente supõe um trabalho sistemático e de cunho educativo que leva a condição de subalternidade em que se encontra a almejar sua superação.

A esse respeito, CARDOSO (2009, p.471) apud CFESS (2009) reforça que:

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias[...]. A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas. (CARDOSO, 2009, p.471).

Como na célebre frase da música de Geraldo Vandré “Vem vamos embora, quem sabe faz a hora não espera acontecer”, as classes subalternas, quando apropriadas da consciência de classe e de suas condições históricas, tornam-se capazes de reconstruírem a história de dominação, não num duelo de derrubada de uma hegemonia em substituição à outra, mas na construção dos princípios de igualdade e de noção de direito, inclusive de pensar, de agir e de propor.

A participação da sociedade civil organizada em movimentos sociais, em associações de moradores, é uma atividade, na concepção marxiana, que constitui o motor da história; e, na interpretação gramsciana, configura-se como espaços e formas de lutas de classes que visam à transformação social, da condição a que são submetidos.

Dessa forma, as lutas desenvolvidas na sociedade civil são fundamentais na vivência de um processo que busca a transformação social a caminho da emancipação humana e da desvinculação de uma vida alienada.

O desvelamento da realidade ou a desalienação ao processo capitalista significa o processo de mudança de uma esfera imutável e imediata na busca de uma vida plena de direito. Conforme Kosik, para que o homem possa descobrir a

verdade da cotidianidade alienada, deve conseguir dela se desligar, libertá-la da familiaridade, exercer sobre ela uma ‘violência’”. (1989, p.78).

Como Marx (2008, p.102), afirma que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua própria escolha e, sim, sobre aquelas com as quais se defrontam diretamente. Os trabalhadores de Santa Quitéria, ao sofrerem cotidianamente violência em suas várias nuances(desde o modo de vida às condições de sobrevivência), esse exercício da violência ora velada, ora explícita, como na derrubada das casas, nos roubos do material de construção de alguns moradores e no ateamento de fogo nas plantações, têm se desligado das propostas ideologicamente articuladas pela classe hegemônica e das melhorias de vida e trabalho com a implantação da refinaria, compreendendo, com tudo isso, a essência e o fundamento do movimento.

No acompanhamento do processo de litígio da terra, os moradores do povoado têm desvendado situações contraditórias, fraudulentas e desiguais, algo que antes dessa situação não conseguiam visualizar dessa forma.

Segundo a liminar judicial, os moradores dos 235 hectares, a mesma terra em litígio na qual eles estão residindo e produzindo, não podem construir, reformar e plantar enquanto a situação da propriedade e da posse não for resolvida juridicamente. No entanto, registra-se, na mesma área, a construção de um hotel de um grupo de empresários da Bahia. Mesmo diante de denúncias da comunidade quanto ao fato, apresentação formal de relatório e solicitação de melhorias nas moradias devastadas pelo tempo e encaminhadas à Juíza da Comarca de Rosário, o empreendimento hoteleiro continua acelerando sua obra, enquanto as famílias submetem-se a viver em condições precárias de moradia e de sustento. Conforme o georreferenciamento realizado pela Prefeitura de Bacabeira, junto ao ITERMA, foram registradas 500 famílias, compostas por adultos, crianças e idosos.



Figura 35 - Hotel em construção no povoado de Santa Quitéria
Fonte: Própria autora em coleta de campo (maio/2013).

Considerando o processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira, o povoado de Santa Quitéria vem sendo atingido diretamente pela especulação imobiliária, prática essa que configura-se em um dos obstáculos para a efetivação do direito à moradia e subsistência.

Observa-se que, de acordo com a legislação brasileira, em especial a Constituição Federal de 1988, há um direito de igualdade genérico segundo o qual "todos são iguais perante a lei". Entende-se que essa propalada igualdade, nos termos da Constituição, deve ser, sobretudo, uma isonomia de possibilidades, garantindo-se minimamente que aos brasileiros em geral sejam dadas iguais chances de estudar, trabalhar e morar.

Muito embora, segundo a Constituição, todos tenham direito à saúde, moradia, trabalho, educação, lazer - dentre outros -, a grande maioria da população nacional sofre da ausência dos elementos mínimos necessários para sua própria subsistência. Não é difícil perceber o descompasso da legislação com a realidade brasileira e maranhense em um contexto de desigualdade social gritante.



Figuras 36 – (A, B, C) - Situação de moradias no povoado de Santa Quitéria
Fonte: Própria autora em coleta de campo realizada em maio (2013).

Percebemos que as condições das casas no povoado encontram-se insalubres e de risco, na iminência de desabamento, escoradas por estacas, cobertas por plásticos, lonas, com fiação exposta, colocando em risco a vida de quem se encontra obrigado a ali residir, por não ter acesso ao padrão de financiamento habitacional, por não ter o direito de viabilizar melhorias nessas casas e por estar em situação de “ilegalidade” pelas regras jurídicas que não se aplicam a todos da sociedade.

No entanto, deve-se considerar que o crescimento de processos migratórios e de ocupações ilegais surgem como resposta à desordem do

crescimento urbano desigual, e principalmente, pela ausência de políticas públicas para regulamentar o uso do solo e de sua distribuição, proliferando no país ocupações ilegais, seja do ponto de vista da luta pela sobrevivência, seja por grilagem e especulação imobiliária.

As ocupações ilegais são as que os possuidores não têm o título de propriedade ou de posse do imóvel. São “ilegais” posto que violam a lei, já que, *a priori*, não seria permitido ocupar lugar que não lhe pertence, sem vínculo jurídico para regularizar a situação, como é o caso das locações. Aqui, de um lado tem-se o morador, pobre e na maioria das vezes sem instrução, que não conhece seus direitos e que precisa de um lugar para morar. Do outro lado encontram-se os proprietários dos imóveis, titulares da propriedade, mas que não estão fazendo uso dela; em geral são bem informados e adotam todas as medidas jurídicas possíveis para defender seu patrimônio. A luta pela sobrevivência acaba sendo muito mais do que social e jurídica. Já as ocupações irregulares são as que não tem aprovação do município para sua ocupação, ou seja, em geral não atendem os padrões urbanísticos previstos nas leis de uso e parcelamento do solo urbano (SAULE JUNIOR, 1999).

Quanto ao uso da terra, o caso em de Santa Quitéria, em particular, agrava-se com a vinda da Petrobras, pois as terras em seu entorno valorizam e, conseqüentemente, surge um proprietário para elas, que, obviamente, busca lucro com sua venda. Nesse momento, ele não leva em consideração a história dos moradores que lá habitam, vivem, plantam e possuem uma identidade cultural com o local. Uma negação ao direito primordial da família quanto à moradia e sobrevivência a partir da terra.

Desde o século XVIII que a propriedade da terra passou a ser designada apenas por propriedade. Dessa forma, ela deixou de prover o alimento que sustentava o homem e passou a abrigar as fábricas que produziam mercadorias e rendiam lucros que eram novamente investidos.

No entanto, para Marés (2003, p. 45):

[...] o patrimônio privado deixa de ser uma utilidade para ser apenas um documento, um registro, uma abstração, um direito. O aproveitamento da terra ganha, juridicamente, outros nomes: uso, usufruto, renda, assim como a ocupação física é chamada de posse. A terra deixa de ser terra e vira propriedade.

Assim, Jacques Távola Alfonsin (2004) e Carlos Frederico Marés (2003) compartilham a sábia lição de que não é o direito de propriedade que deve cumprir

uma função social, mas, sim, o objeto, ou seja, a propriedade do imóvel e o seu uso. Portanto, o uso da terra pelo homem (que se transforma em direito de propriedade) é que se relaciona com a função social, já que o título que o vincula a ela (propriedade) é uma abstração. Para Alfonsin (2004), a função social da propriedade não está reduzida ao prolongamento do direito de propriedade, já que se refere ao efetivo uso dos bens e não à sua titularidade jurídica, pois aquela independe de quem detenha o título de propriedade.

Dessa forma, o novo pensamento beneficia aquele que utiliza o bem de forma a fazer valer sua função social e não aquele que, embora regularmente constituído como proprietário, não faz uso do imóvel de forma que o aproveite melhor.

Para Nelson Saule Junior (2004, p. 213), “a função social da propriedade é o núcleo basilar da propriedade” e o direito à propriedade só pode ser protegido pelo Estado quando ela cumprir com sua função social. O mesmo autor explica que “o princípio da função social da propriedade, como garantia de que o direito da propriedade tenha uma destinação social, deve justamente ser o parâmetro para identificar que funções a propriedade deve ter para que atenda às necessidades sociais existentes numa sociedade. Função essa que deve condicionar a necessidade e o interesse da pessoa proprietária com as demandas, necessidades e interesses sociais da coletividade” (SAULE JUNIOR, 2004, p. 214).

Partindo do princípio básico da Constituição Federal quanto à igualdade sem distinção de raça, classe, gênero, questiona-se o que se refere à aplicabilidade das Leis e suas funções. Ampliando a discussão e o direito à moradia, cita-se a Emenda Constitucional nº 26/00, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal, o qual tutelava o direito social, um tipo de direito fundamental, como: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, e acresce o direito à moradia, incluindo dentre os direitos sociais o dever do Estado fomentado pela coletividade.

Diante da situação de vulnerabilidade social em que estão vivendo, os moradores de Santa Quitéria têm buscado formas de enfrentamento à questão e de ampliação nas estratégias de luta. Compreendendo suas condições e a ausência do Poder Público nessas situações, eles encaminharam pela Associação de Moradores, enquanto pessoa jurídica, um projeto de moradia para a Secretaria de Estado das

Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, em 2010, antes da efervescência do conflito de terra, sendo aprovada a construção de 100 casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida com recursos federais, através do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento. O projeto foi aprovado e iniciado, mas logo após veio o embargo da obra, devido ao início do processo litigioso da terra.



Figura 37 - Família chefiada por mulher, residente no povoado de Santa Quitéria
Fonte: Própria autora em coleta de campo realizada (maio, 2013).

A família de Dona Maria Benedita, composta de 5(cinco) filhos e aguardando o 6º filho (ela está gestante de 7 meses) foi absorvida pelo Programa Minha Casa Minha Vida, devido a sua situação de vulnerabilidade social; no entanto, continua residindo em situações precárias, expondo sua vida e as das crianças nas questões de saúde, segurança e direito à infância.

Mediante direitos já conquistados, as condições reais em que a comunidade se encontra vem infringindo as necessidades básicas de sobrevivência e retrocedendo mediante a questão litigiosa da terra.



Figura 38 - Casa em construção pelo PMCMV e embargada. Ao lado, a casa em que residem.
Fonte: Própria autora em coleta de campo realizada (maio, 2013).

Diante das contradições e desigualdades sociais, os moradores de Santa Quitéria vêm buscando novas negociações e formas de se contraporem ao que lhe foi imposto e cerceado enquanto direito.

Esses moradores vêm sendo submetidos às condições subumanas de vida, moradia e de relações familiares devido à priorização de critérios legais sobre o uso da terra em detrimento às necessidades vitais da existência humana.

No entanto, como se observa, existe um descompasso entre as contradições do próprio Estado, que, de um lado aprova um Programa Federal com critérios legais sobre a questão da moradia e o uso do solo (PMCMV), e por outro, embarga a obra por um litígio da mesma área anteriormente aprovada.

Objetivando reverter essa situação, a Associação de Moradores do povoado buscou respaldo jurídico através dos advogados contratados e imbuídos legalmente pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que institui um capítulo destinado à regularização fundiária e destaca, através da função social da propriedade, como política de habitação social. No que toca ao direito à moradia, o assunto foi incluído no art. 6º do texto constitucional, através da Emenda 26/2000. Assim, Santa Quitéria ganha o direito de construção das 100 moradias previstas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, isso ainda em 2013, antes do

novo embargo e ordem de despejo em novembro do mesmo ano, não sendo possível a conclusão de todas as unidades habitacionais.



Figura 39 - Casa padrão do PMCMV, recém construída em Santa Quitéria
Fonte: Própria autora em coleta de campo (setembro/2013).

Conforme a figura acima, a casa recém-construída no povoado representou, para a organização política desses moradores, um estímulo e motivação de que a causa não está perdida e, principalmente, de que são dotados de uma consciência e que são capazes de mudarem sua própria história. Eles afirmam nos depoimentos: “se a terra fosse dele, não estaria correndo atrás da gente para indenizar”. E ainda: “se a prefeitura sabia que a terra não era nossa, por que fez benfeitorias no local?”.

É importante ressaltar que, no povoado, encontram-se equipamentos sociais construídos e mantidos pela Prefeitura de Bacabeira, como: escola, posto de saúde, caixa d’água, inclusive de uso coletivo e previsto em Lei como dever do Estado e, ainda, construções feitas pela comunidade conforme figuras abaixo, como: Igrejas, Associação de Moradores e suas plantações, ou seja, benfeitorias na área que não podem ser equivalentes a dois mil reais como indenização.



Figuras 40 (A, B, C, D, E) – Equipamentos Sociais, em Santa Quitéria, na sequência: A) Posto de Saúde; B)-Associação de Moradores; C)-Igreja Assembléia de Deus; D)- Escola de Educação Infantil;E)- Caixa D'água de uso coletivo.

Fonte: Própria autora em coleta de campo (maio/ 2013).

Partindo da compreensão, inclusive jurídica, sobre o uso social da terra e os equipamentos sociais ali estruturados para atenderem uma demanda coletiva, estes sobrepõem-se ao princípio da propriedade privada, pois vinculam-se ao direito

magno, que é o da vida. A terra configura-se nesse contexto, como condição de subsistência e de moradia, imprescindíveis para a existência humana.

Assim, a luta dos trabalhadores de Santa Quitéria é histórica pelo que se plantou na terra, pela moradia, pelo sustento familiar, pela dignidade e, sobretudo, pela busca de efetivação de direito.

Nós não vamos fugir, vamos enfrentar de cabeça erguida porque não estamos errados. (José Luís Pereira, 51 anos).

Somos desse jeito: simples e humildes, mas respeitamos o próximo e precisamos ser respeitados; e vamos até o fim, sem dinheiro, mas com coragem e dignidade. (Carlos Costa, 79 anos).

Esses depoimentos reforçam aquilo que Marx (1993) aponta: que os seres humanos, enquanto membros de uma sociedade, quando se encontram no limite vêm a ser si mesmos. Assumem a identidade como cidadãos no campo da universalidade possível daquilo que na existência real lhe foi tirado.

Esse rompimento do processo de alienação, de percebimento enquanto sujeito e de sua submissão ao sistema, cria novos valores humanos reais e não mais fetichizados. A própria atividade social possui forma de uma atividade das coisas, cujo controle não está nas mãos de quem as produz, mas de quem as controla.

No mundo do trabalho rural, esses trabalhadores superam a esfera de produção pelo fato de estarem ligados direto à terra como condição essencial de produção, e quando se percebem numa outra compreensão da natureza do seu trabalho e do seu modo de vida, que se exterioriza na construção de uma consciência de classe.

Os trabalhadores de Santa Quitéria estão ligados à terra por seus laços de parentesco, por serem moradores da região e por historicamente aprenderem, através da família, o trabalho na “roça” e na pesca e se identificarem, na vizinhança, pelo trabalho desenvolvido pelos membros da família. Mesmo diante da especulação pela qual que vem passando a localidade, percebemos um processo migratório interno ainda num ciclo entre as localidades da mesma região.

Conforme dados coletados na pesquisa de campo, no que concerne à naturalidade dos entrevistados, verificamos que a maioria dos moradores do povoado são de Rosário-MA com 20%; seguidos de 14% de Bacabeira; Santa Rita

com 8%; Presidente Juscelino e Morros com 6% cada um; e 4% de Periz de Cima. Partindo dessas localidades, percebemos que as famílias concentram-se na região, conforme tabela abaixo.

Tabela 11 - Naturalidade dos moradores de Santa Quitéria

Naturalidade dos moradores de Santa Quitéria	%
Rosário – MA	20
Bacabeira – MA	14
Santa Rita – MA	8
Presidente Juscelino – MA	6
Morros – MA	6
Periz de Cima – MA	4
São João Batista – MA	4
Arari – MA	4
Humberto de Campos – MA	2
Cajari – MA	2
Lago do Junco – MA	2
Colinas – MA	2
Paulino Neves – MA	2
Axixá – MA	2
Passagem Franca – MA	2
São José de Ribamar – MA	2
Matinha – MA	2
Caxias – MA	2
Video – MA	2
Cajapió – MA	2
Bequimão – MA	2
Tutóia – MA	2
Codó – MA	2
Garrafão do Norte – PA	2

Fonte: Própria autora em coleta de campo entrevista (maio/ 2013).

A história do povoamento de Santa Quitéria nos remete à realidade de muitos brasileiros e nordestinos em busca de terra para plantar e, conforme tabela

acima, percebemos que esses trabalhadores rurais sempre estiveram ligados a essa prática que aprenderam com seus pais, caracterizando-se, ainda, como um trabalho de agricultura familiar.

Entendemos o trabalho familiar na agricultura como Abramovay (2009) quando explicita que se configura na forma como se organizam para produção e consumo; quando a gestão é feita pelos membros da família; eles são responsáveis pelo empreendimento; estão ligados pelos laços de parentesco; a produção pertence à família e sua forma de negociação também; as técnicas desenvolvidas são transferidas intergeracional e no interior da família; e os mesmos vivem em sua unidade de produção. Isso explica como as famílias estão organizadas na produção, nos valores, na tradição e na superação dos desafios postos pela modernização.

Por isso, ainda se evidencia, mesmo com a passagem da Refinaria no ano de 2012 e, posteriormente, sua desmobilização, que os trabalhadores de Santa Quitéria ainda se encontram na lavoura e na piscicultura.

Comprovamos nos dados abaixo que a produção e subsistência dessas famílias ainda está ligada à terra e aos recursos naturais dela provenientes. Embora devido à propaganda Refinaria e “seus postos de trabalho”, e em proporção menor, observamos no povoado trabalhadores que temporariamente estiveram desempenhando funções laborais ligadas ao setor de serviços originados a partir do projeto da Petrobras.

Tabela 12 - Tipo de profissão desenvolvida pelos trabalhadores de Santa Quitéria

Tipo de profissão desenvolvida pelos trabalhadores de Santa Quitéria	%
Lavradora	28
Pescadora	14
Do lar	14
Desempregado	6
Autônoma/ comerciante	4
Auxiliar de Cozinha	4
Eletricista	4
Vidraceiro	2
Doméstica	2
Aposentado	2
Servente	2
Auxiliar de produção	2
Lavadeira	2
Cobradora de ônibus	2
Ajudante de Pedreiro	2
Agente Comunitário de Saúde	2
Vigilante	2
Corretor	2

Fonte: Própria autora em coleta de campo em entrevista (maio/ 2013).

Percebemos que 56% dos trabalhadores entrevistados ainda desempenham suas atividades na unidade de produção familiar; na agricultura, na criação de pequenos animais e na pesca; mesmo as entrevistadas que apontam o seu trabalho como “do lar”, por não considerarem o trabalho doméstico na esfera familiar como um trabalho, por não possuírem remuneração e ideologicamente este não ser percebido como um trabalho. No entanto, essas trabalhadoras “do lar” são responsáveis pelos cuidados da casa, pela manutenção da mão de obra familiar (almoço, roupas, marmitta da roça) e dos pequenos animais (galinha, pato, porco), que se revestem também na produção e no consumo familiar. Além do mais, essas trabalhadoras são essenciais aos Movimentos de Interdição da BR; elas articulam no dia anterior a alimentação e as bebidas, assim como estão presentes no local para o enfrentamento direto.

Também registramos os efeitos do processo de implantação da Refinaria no âmbito do trabalho. Dos entrevistados, observamos que 26% desses trabalhadores estiveram ligados ao setor de serviços (proposta diretamente ou indiretamente ligadas ao empreendimento), inclusive contabilizando os 6% que estão desempregados, que foram inseridos na terraplanagem, com carteiras assinadas e que atualmente, retornaram para a informalidade (os bicos).

Sem sombra de dúvidas, o capitalismo adentra essas relações e induz às novas formas de produção, aliado ao esforço e dificuldade desses trabalhadores de se manterem na agricultura pelas condições de trabalho, pela carência de água, pela ausência de políticas públicas que fomentem a agricultura e que incentivem e gerem condições de permanência na terra e para a produção.

Em Santa Quitéria residem 500 famílias que trabalham na terra e lutam para nela permanecerem, sendo que, das 50 entrevistas, 48% estão compostas de 3 a 4 membros, não se configurando como famílias extensas; 22% entre 5 a 6 membros e 14% com 7 a 8 membros.

São famílias que, embora não numerosas, se comparadas às famílias rurais de uma década atrás, ainda fomentam os laços de parentesco, valores e tradição no modo de viver e de produzir. O trabalho produtivo é associado à família, à roça, à pesca, à criação de animais, a serviços na área de construção civil e vendas de lanches e como renda familiar que, em sua maioria, correspondente a 36% dos entrevistados, não ultrapassa 1(um) salário mínimo, conforme tabela abaixo.

Tabela 13 - Renda Familiar dos trabalhadores de Santa Quitéria

Renda Familiar dos trabalhadores de Santa Quitéria	%
Menos que 1 salário mínimo	28
1 salário mínimo	36
2 a 3 salários mínimos	22
Não soube dizer	14

Fonte: Própria autora em coleta de campo entrevista (maio/ 2013).

Os dados revelam que a classe trabalhadora de Santa Quitéria encontra-se em situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social, não fugindo da realidade brasileira e reforçando que a vinda de um grande empreendimento não garante a mudança na qualidade de vida e trabalho de uma população. Muito pelo contrário! Aumentam as desigualdades, a marginalidade e as formas de expropriação.

Segundo YAZBEC (2005):

A condição de pobreza, exclusão e subalternidade vem aumentando continuamente, sobretudo a partir dos anos 90. Diante disso, a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. Essas três categorias respectivamente configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc.). Elas são produtos das relações vigentes na sociedade que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, econômico, político e cultural. A pobreza está relacionada com o descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, que implica na disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e trabalho informal. (YAZBEC, 2005, p.101).

A exclusão e o aprofundamento da pobreza estão estruturados na economia numa nova ordem capitalista internacional e de investimentos sociais do estado brasileiro, trazendo um discurso de refilantropização e de enfrentamento da questão como benesse ou de culpabilização dos cidadãos, formas essas de imobilizarem a classe trabalhadora.

No entanto, diante da situação de violência que os trabalhadores rurais de Santa Quitéria estão vivenciando em relação ao litígio da terra, pois moram em uma área e não podem melhorar as condições de suas moradias, não podem mais plantar e, portanto, manter o mínimo de condições dignas de sobrevivência, eles já visualizam e ao mesmo tempo denunciam os efeitos da refinaria nos seus modos de viver e trabalhar.

Tabela 14 - O que mudou no cotidiano e trabalho familiar após a vinda da refinaria.

O que mudou no cotidiano e trabalho familiar após a vinda da refinaria.	%
Nada mudou em termos de melhorias de infraestrutura para o povoado.	26
Piorou: porque não se pode plantar, o custo de vida aumentou, especulação imobiliária sobre nossa terra.	82
Em parte foi bom; apareceu serviço temporário, carteira assinada.	18
Enquanto a refinaria funcionava, tinha movimento no comércio; agora tudo parou.	8
Aumentou a violência, pessoas ficaram desempregadas e gente de fora na cidade; uma invasão.	18
As crianças antes brincavam livres nas ruas; depois do litígio, é só polícia, ameaças.	18
Dificuldades para morar e as pessoas estão adoecendo.	22
Trouxe benefício das torres de satélites.	2
A escola começou a dar presentes festivos e fardas.	2
Diminuíram as rezas.	2
Não soube responder.	2

Fonte: Própria autora em coleta de campo entrevista (maio/ 2013).

Observamos que a insatisfação dos trabalhadores do referido povoado é grande, sendo apontados por 82% dos entrevistados, logicamente associados ao processo de litígio da terra, os desdobramentos nas formas de produzir, morar e subsistir. Paralelos a essas condições, 26% associam a insatisfação ao discurso que foi disseminado no Maranhão, e em particular em Bacabeira, sobre o “desenvolvimento” (O desenvolvimento passa por aqui - Placas distribuídas na cidade) que não chegou ao povoado de Santa Quitéria e às outras localidades de seu entorno, conforme já exposto, e se ressentem de ausência de água nas casas, pavimentação, transporte coletivo, segurança, iluminação, entre outras necessidades de infraestrutura.

Também como resultado da política neoliberal e do processo de implantação da Refinaria no local, registramos o desemprego, os empregos temporários, subcontratações, além de outros problemas que afetam diretamente o cotidiano desses trabalhadores e de suas famílias, como as condições de segurança

pública, as formas como vêm sendo ameaçados, gerando nas crianças, adolescentes, adultos e idosos problemas de saúde e privando-os do direito de ir e vir, pois as crianças não podem mais brincar nas ruas e nem mesmo as rezas no povoado estão sendo “perdoadas”.

É interessante ressaltar, que também as benesses se apresentam nessa localidade como respostas da política neoliberal, ora pela Prefeitura de Bacabeira, ora pelo “apoio cultural” da empresa Petrobras. Por isso, observa-se que 2% dos entrevistados indicam como aspecto positivo a “premiação de fardas e brinquedos”, além de apoio em datas comemorativas.

Vale ressaltar que, em novembro de 2013, comemoram-se os 19 anos de emancipação de Bacabeira, como município, com uma festa na Praça Central como em nenhum outro ano. Vieram bandas nacionais, com o apoio da Petrobras, até porque ela tem projetos na área social que “valorizam a cultura do local”.

Diante desse contexto, de uma estrutura econômica, política e social contraditória e ao mesmo tempo desigual, constata-se o povoado de Santa Quitéria diretamente afetado pelo processo de implantação da Refinaria Premium I, sofrendo drasticamente com a supervalorização das terras, tradicionalmente habitadas pela população local e com a cultura do trabalho familiar através da agricultura, extrativismo e artesanato de cerâmicas. Essas pessoas estão sendo expulsas por ordem litigiosa quanto ao direito e posse da terra, pois, segundo Sr. Ezequias, ex-presidente da Associação de Moradores de Santa Quitéria:

“desde 1998 a terra está em litígio, pois apareceu como dona das terras a Empresa Laticínio. Na verdade, todo o olho cresceu sobre essa terra com a chegada da energia junto ao programa da ELETRONORTE. Começou a vir o progresso... e os problemas junto com ele. São 235 hectares de terras, enfrentamos a polícia, destruíram nossa plantação, nossa sobrevivência, mas em 2011 o nosso Movimento venceu. Agora estão querendo enfraquecer o nosso Movimento e a estratégia deles é ir no indivíduo, em cada morador, e oferecer R\$ 2000,00 reais para vender o seu lote. Mas a política é assim: separa os melhores amigos e junta os piores inimigos”. (Ezequias, ex-presidente da Associação de moradores de Santa Quitéria).

Sem sombra de dúvidas, com a entrada do capital estrangeiro numa determinada região, não só as condições de trabalho são alteradas, mas a própria condição de existência humana constituída historicamente por uma identidade cultural e de pertencimento a um grupo ou classe social. Como afirma SORJ (2004, p.81), é um erro supor que o grupo preexista à ideologia e que alguém do exterior

tenha condições de conhecer a verdadeira identidade dos oprimidos. Essa visão de “uma colonização externa” pela exportação de modelos identitários alheios e diferentes das relações sociais locais enraizadas, contraditoriamente podem implodir um outro ritmo que não o desejado pelas classes dominantes, ou mesmo pelo poder hegemônico, levando a uma representação política dos grupos subalternos no exercício da contra-hegemonia ao poder instituído.

Nesse contexto, surgem eventuais alternativas conscientes ou inconscientes com que, na luta pela sobrevivência, a população local, enquanto classe trabalhadora, atua no sistema de valores e resgate de sua cultura para defender e representar como pensam e sobrevivem. Ao que Putnam (2006) revela que a modernidade não vai acabar com a comunidade e civilidade, pois existe uma relação de confiança e laços afetivos advindos de uma herança cultural e que, portanto, nem o vento e nem a modernidade pode levar ou sucumbi-la ao pó.

Diante do processo de implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira, município do Maranhão, situado a 46 km de São Luís, vem sendo evidenciadas mudanças no cotidiano, seja nas relações de trabalho, seja nas condições de moradia, saúde, transporte, educação e segurança.

Em relação à compreensão desses trabalhadores sobre o processo de implantação da Refinaria, devido à questão de litígio da terra e, portanto, de sobrevivência, fizeram-nos desvendar a realidade além do que foi apresentado no discurso. Eles têm buscado estudar sobre o assunto, sobre seus direitos, ampliar as parcerias institucionais na luta pela terra, mobilizar e sensibilizar outros povoados e inclusive propor às autoridades formas de proteção e garantia de empregos e renda na região, além de melhorias na infraestrutura das localidades como contrapartida à implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira-MA.

Diante dessa conjuntura, torna-se extremamente necessário observar, discutir e propor uma política de desenvolvimento para o Maranhão.

Considerando as realidades já vivenciadas por outras localidades, presume-se que outros impactos estão por vir na região. O Maranhão, assim como outros estados da Federação, segue a lógica do projeto neoliberal financiado por verbas federais e transnacionais, sem considerar a diversidade regional, cultura e forma de coexistência de uma população, além do seu direito ao uso do espaço territorial.

A situação real vivenciada por esses trabalhadores de Santa Quitéria precisa urgentemente de uma intervenção política, social e jurídica para que haja justiça e reparem-se os danos históricos de desigualdade social e violência contra os “despossuídos” em nosso país. É uma questão não somente desses moradores, mas de todos os brasileiros e profissionais que lutam por justiça e equidade social.

Estamos diante de uma fase inicial do processo de implantação da Refinaria, com efeitos ambientais e sociais ainda não vistos por uma grande parcela da população. Há os que ainda não acreditem que ela virá, mas “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”!



Figura 41 - Vista aérea do local onde será instalada a Refinaria Premium I, logo após a conclusão da fase de terraplenagem (Bacabeira-MA, 2013).

Fonte: Relatório Fotográfico - Balanço PAC 2.

Foram 20 km² de terra doados pelo estado do Maranhão para o projeto; milhões gastos só na fase de terraplanagem e, recentemente, acordo com o capital internacional, considerando o interesse na cadeia petroquímica.

Uma terra devastada e de grandes investimentos, será que não virá? Ou será que a ideologia do capital financeirizado tem se utilizado da estratégia de silenciar tais efeitos e desmobilizar a classe trabalhadora?

Uma história que o vento não levou...

Os trabalhadores de Santa Quitéria encontram-se em processo de resistência e permanência na terra, sofrendo os efeitos da especulação imobiliária,

ocasionados a partir do anúncio e da etapa de terraplanagem da Refinaria na localidade, continuam lutando pelo direito de morar, produzir e subsistir através da terra e, sobretudo, contrapondo-se ao discurso e modelo de “desenvolvimento” que vem contraditoriamente perpassando a história desses trabalhadores como um furacão de destruição das relações de trabalho e das condições mínimas de sobrevivência.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foi possível apontar as transformações sofridas na esfera da produção e seus impactos no processo de acumulação capitalista, na gestão do trabalho e nos modos de ser e viver da classe trabalhadora, assim como os mecanismos utilizados pelo capital para o seu enfrentamento, pautados na reestruturação produtiva, na mundialização financeira, nos mecanismos de gestão do trabalho e nas estratégias de construção da hegemonia do grande capital, evidenciados pelas implantações de grandes empreendimentos em países periféricos.

Nesse sentido, um primeiro ponto a ser considerado refere-se ao entendimento sobre a categoria trabalho como fundante do ser social e, portanto, necessária para compreender e explicar as relações sociais de produção na sociedade. Mesmo a partir das metamorfoses no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva, e conseqüentemente, das alterações ocorridas nas forças produtivas e relações de produção, o trabalho continua sendo a categoria constituinte e constituidora dos modos de agir, pensar e organizar de uma determinada sociedade e, portanto, de compreensão das relações de produção e da construção coletiva do sujeito social.

Destacamos a discussão sobre a propagação da ideologia desenvolvimentista como processo hegemônico, como uma formulação necessária para a expansão econômica, para o aumento da riqueza e, conseqüentemente, diminuição da pobreza, ditada por países “ricos” como uma fórmula ou etapa a ser seguida para superar a pobreza e todos os seus males, como: a marginalidade, a falta de moradia, a prostituição, entre outros. Esse modelo passa a ser seguido pelos países que se encontram na posição de “atrasados”, a fim de alcançarem o patamar de desenvolvido ou mesmo de “país rico”. Interessante para a propagação dessa ideologia e principalmente para o estabelecimento e ampliação desse mercado, a América Latina torna-se alvo na dinâmica do capital internacional. Historicamente colônia produtora de metais preciosos e de matéria prima e contribuindo no século XVI com o aumento de produção de mercadorias e desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, torna-se um lócus favorável à criação e ao crescimento da indústria.

Nesse processo de padronizar o desenvolvimento, as políticas implementadas na perspectiva neoliberal reforçam a abertura do mercado e defendem políticas privatistas, enfraquecendo o poder do Estado e legitimando uma relação de negociações internacionais e transnacionais.

Nesse contexto, como demonstrado neste estudo, verificamos o capitalismo na fase da financeirização em que o Estado se encontra na relação entre o local, o nacional e o transnacional, reproduzindo uma relação de dependência dos países periféricos aos países centrais e revelando uma questão que é histórica e de reorganização econômica mundial diante das crises estruturais do capitalismo.

Essa ideologia dominante defende a industrialização para o desenvolvimento e, para isso, como condição necessária, a integração do país para o crescimento econômico, minimizando os problemas emergenciais, subsidiando a produção de matéria prima necessária para a indústria e realocando indústrias para esses supostos “vazios demográficos” com incentivos fiscais para a instalação de empreendimentos nessas regiões.

Assim, como evidenciado ao longo deste estudo, o Maranhão, na lógica desse processo, encontra-se situado na periferia mundial e regional, além de reedições históricas de oligarquias políticas, vivenciando o discurso do desenvolvimentismo e com foco na implantação de grandes empreendimentos no estado.

Apesar do propagado discurso desenvolvimentista para o estado através do processo de industrialização e “modernização”, observamos no decorrer deste trabalho que a implantação de indústrias no país e no estado são fomentadas e comandadas pelo capital estrangeiro e, portanto, para satisfazer um mercado externo, o que explica o motivo de as indústrias instaladas nessas regiões periféricas não corresponderem à realidade e necessidade da população local, não solucionando o problema de emprego, muito menos de concentração de renda, e principalmente na realidade maranhense, cuja produção ainda se concentra na agricultura familiar.

É importante destacar que, do ponto de vista do emprego tão divulgado no processo de industrialização, é o capital mercantil, como: o comércio, serviços prestados e a construção civil, que gera e provoca sua expansão, associado à mão de obra qualificada, barata e extensiva, o que gera outros impactos nas regiões periféricas, considerando o nível de escolaridade dos trabalhadores que ainda se

encontram, em sua maioria, no trabalho direto com a terra, como o da agricultura familiar, piscicultura e extrativismo vegetal.

Não obstante a situação da instalação da Refinaria Premium I no Maranhão, aqui apresentada nessa relação contraditória entre o discurso do desenvolvimento que gera empregos e oportunidades, que diminui a pobreza e distribui as riquezas entre as regiões, e do outro lado, uma realidade diferente do que é propagado, esse processo de instalação, como apontado neste estudo, já pode ser avaliado, em sua fase inicial da terraplanagem, como uma reedição de problemas anteriormente já vivenciados pela região Nordeste e, precisamente no estado, com a vinda de outros grandes empreendimentos, como: o Projeto Carajás e a ALUMAR.

Portanto, historicamente evidenciamos aqui como a política de desenvolvimento vem subsidiando o processo de acumulação capitalista em que não há a distribuição justa das riquezas geradas, mas sim, de uma maneira desigual e combinada, conforme os interesses capitalistas nacionais e internacionais. Esse processo tem ocorrido mediante a intervenção do Estado na medida em que ele cria as estratégias políticas e econômicas favoráveis ao processo de implantação desses grandes empreendimentos na região.

No Maranhão, conforme demonstrado neste trabalho, observamos o incentivo para a implantação de grandes empreendimentos na região subsidiados pelo governo que trazem mudanças nas relações de trabalho, no meio ambiente, entre outras esferas, mas que não tiram o estado da sua condição de pobreza; até porque “a mão de obra local não é qualificada” para atender o nível de exigências desses empreendimentos, o que acaba trazendo trabalhadores de outros estados e nações, além de que o produto e as riquezas extraídas no estado não ficam e nem ficarão nesta região, pois tem um destino certo, que é o mercado internacional.

A partir da década de 80, como apontado no decorrer do estudo sobre o processo histórico de industrialização no Maranhão, o estado vivencia a força de grandes projetos industriais, a exemplo do programa Grande Carajás, que engendrou um capitalismo industrial no Maranhão com a combinação de formas modernas (tecnologia) e atrasadas (manual e braçal), impulsionadas e patrocinadas pelo estado. Considerando que o Maranhão é parte constitutiva de uma totalidade da sociedade brasileira, com seus vínculos de dependência externa e de subordinação internacional, afirmamos que há uma articulação entre o local, o

nacional e o transnacional, compreendendo que os interesses do capital movem-se nessas esferas e, obviamente, de forma diferenciada.

Assim, percebemos, no decorrer do estudo, que a realidade maranhense retrata as disparidades vivenciadas pela crise do padrão desenvolvimentista, no qual a pobreza é resultante e expressão de recessão econômica, encarada pelos governantes por muito tempo como uma questão que seria superada pelo processo de crescimento econômico e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, o que ocultou um violento processo de desigualdade de renda e a incapacidade de gerir ou banir a exclusão social.

Reiteramos, portanto, que, a partir dessa lógica de expansão industrial preconizada na perspectiva desenvolvimentista, os grandes empreendimentos adentram e penetram nas relações do campo, nas formas de produzir, de expulsar e, obviamente, de expandir seu mercado e lucros.

Em Bacabeira, como destacado na presente análise, visualizamos essas contradições, nas quais o “progresso” invade, corta ruas, avenidas, desmata e impõe um novo sistema de convívio para os moradores do local. Vivencia-se na localidade o que historicamente todas as cidades em via de um processo de industrialização enfrentam: a concentração da população acompanhando a trajetória do capital; decorrente disso ocorre o processo migratório e ali vão se instalando as condições para a aglomeração e para a cidade engendrada pelo capital e necessária para a indústria; e, com ela, a violência, as drogas, a prostituição e a periferização. Criam-se as condições para a indústria: o exército industrial de reserva (trabalhadores não qualificados e com mão de obra barata), e as vias de comunicação, como: estradas de ferro, rodovias, canais, pontes, transportes de matérias-primas, máquinas, o mercado consumidor externo e condições de super faturamento interno. Cria-se uma cidade industrial, com artefatos tecnológicos de um lado e, de outro, heranças e raízes tradicionais e arcaicas eclodindo em conflitos e contradições; uma parcela minoritária de ricos de um lado e uma grande maioria de pobres e miseráveis de outro.

Como apresentamos na presente análise, as contradições vivenciadas no município são evidenciadas na história do povoamento, enraizadas pela cultura de luta, produção na terra e, principalmente, pelos laços presentes em relação ao passado e ao processo de modernização.

Como demonstrado também no curso desta análise, a propaganda instalação da refinaria tem trazido um “boom cumulante” de desastrosas implicações para a realidade de Bacabeira e municípios vizinhos do seu entorno, sendo sentidas inicialmente por trabalhadores locais no sentido da especulação imobiliária, nas alterações cotidianas no modo de vida e nas condições de trabalho.

Desde o ano de 2010, conforme aqui registrado, Bacabeira vivencia o processo de implantação da Refinaria Premium I. Isso tem gerado uma série de mudanças e contradições, além de aflorarem sentimentos e acontecimentos de natureza política, econômica e social. Entre os próprios moradores existem opiniões diferentes: há os que acreditam na melhoria para a cidade e nas condições de trabalho; enquanto outros já apontam situações desastrosas, como: a expulsão de suas terras, o aumento da criminalidade, drogas e problemas sociais.

O processo de especulação na região intensifica-se diante da valorização da terra instigada pelo processo industrial e o que se agrega em seu entorno, como: bares, restaurantes, hotéis e proliferação de outras unidades habitacionais mediante o processo migratório. Assim, conforme observado no decorrer da pesquisa de campo, destacamos que, em Bacabeira, vivencia-se um clima de temor e desconfiança, correlações de forças, jogos de interesses e a população assediada pelos meios de comunicação através de anúncios, promessas e insegurança diante de um novo ordenamento desse espaço e de uma realidade que deixou de ser local e passou a ser global.

Como procuramos demonstrar neste trabalho, o processo de implantação da refinaria já vem trazendo seus efeitos no espaço rural, dando-lhe uma conotação de “ultrapassado”, não considerando a identidade, a relação estabelecida com a terra, sua herança histórica, a organização do espaço e das pessoas, a vizinhança, as brincadeiras; enfim, o modo de vida e as condições de trabalho existentes.

No entanto, também ressaltamos neste estudo que, embora registre-se em Bacabeira, um campo minado de conflitos, disputas e contradições inerentes ao processo de penetração e acumulação do capital, principalmente na relação de dependência, como no caso dos países da América Latina, a realidade também demonstra as nuances desse processo contraditório entre a modernização e as formas arcaicas de produção e reprodução social expressas na linguagem do cotidiano dos trabalhadores vinculados à terra, à cultura, aos sonhos e às esperanças “de uma terra prometida” e de uma existência digna e humana na qual

os laços de vizinhança, de parentesco, de raízes culturais e de crenças ainda ecoam na consciência desses sujeitos históricos com vida e com ideais, que lutam mesmo nas situações adversas.

Destacamos, nesta análise, a situação do povoado de **Santa Quitéria**, que vem sofrendo os mesmos efeitos do processo de implantação da refinaria, mas com o agravante em relação ao litígio da terra. De um lado, registramos 500 famílias residentes nos 235 hectares de terra que compõem o povoado e, do outro lado, um suposto dono da terra, que surgiu em agosto de 1998, solicitando a reintegração de posse após o anúncio da Refinaria na localidade.

Importante ressaltar que, no povoado, os trabalhadores encontram-se em processo de resistência, inscritos e organizados na Associação de Moradores de Santa Quitéria, na luta pela permanência na terra, garantia de moradia e de sobrevivência a partir dela.

Assim registramos as particularidades de Santa Quitéria, que, desde o início do povoamento, traz consigo manifestações dessa realidade e de incentivo à existência humana enquanto sujeitos de consciência que podem mudar, mesmo estando diante de situações adversas, contraditórias e desiguais, enfrentando e lutando com coragem por essa permanência na terra, sua condição de sobrevivência.

Desse modo, a presente análise aponta que a classe trabalhadora de Santa Quitéria tem desvelado a realidade da situação fundiária que está enfrentando, que existem correlações de forças e de interesses antagônicos e que eles precisam se organizar contra o que lhes é imposto em relação à terra, às condições de trabalho e às mudanças nos seus modos de vida após o advento da refinaria e os conflitos que eclodiram a partir desse processo de implantação.

Sem sombra de dúvidas, o capitalismo adentra essas relações e induz às novas formas de produção, aliado ao esforço e dificuldade desses trabalhadores de se manterem na agricultura pelas condições de trabalho, pela carência de água, pela ausência de políticas públicas que fomentem a agricultura, incentivem e gerem condições de permanência na terra e para a produção.

No entanto, diante da situação de violência que os trabalhadores rurais de Santa Quitéria estão vivenciando em relação ao litígio da terra, pois moram em uma área e não podem melhorar as condições de suas moradias, não podem mais plantar, e portanto, manter o mínimo de condições dignas de sobrevivência, eles já

visualizam e ao mesmo tempo denunciam os efeitos da refinaria nos seus modos de viver e trabalhar.

As condições a que são submetidas as famílias de trabalhadores rurais de Santa Quitéria têm sensibilizado outros povoados da região, como Videl, Periz de Cima, Pequi, que se encontram amedrontados com as possíveis repercussões em suas moradias, como também desiludidos com a implantação da Refinaria e sua geração de empregos para os moradores dessas localidades.

Diante de expectativas frustradas, da iminência de perdas e de sofrimentos, a classe trabalhadora ganha força na luta porque esta não envolve apenas sentimentos, mas condição de sobrevivência.

Contrário a essa ideologia difundida pela classe dominante, Harvey (2005) discute sobre o conceito de desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo próprio de se relacionar, têm seus próprios interesses, estrutura social e política diferenciada, cultura e convívio com o seu meio, de maneira particular, e que jamais se pode seguir um modelo, pois negligencia-se com a realidade de cada localidade e de seus respectivos moradores.

Considerando que o Projeto da Refinaria Premium I está em processo de implantação e que já apresenta seus impactos na classe trabalhadora, urge canalizar esforços para minimizar as repercussões na localidade e nos municípios vizinhos. Para tanto, devemos articular os movimentos sociais organizados para proporem e cobrarem dos órgãos competentes, e do estado, políticas que garantam o desenvolvimento de fato da região, bem como de proteção ao trabalho, moradia, saúde, educação e demais políticas para o trabalhador: todos nós!

Não esqueçamos que a Universidade também tem uma importante função na divulgação desses dados, no fortalecimento das entidades organizativas da localidade e no fomento à criação e ampliação de cursos e capacitações não somente na esfera “técnica do trabalho”, mas de participação política, orientação jurídica e social sobre as condições possíveis do exercício da cidadania e da emancipação política e humana daqueles que acreditam no processo de transformação social e no desafio que é posto para todos nós, classe trabalhadora.

Reportando-me a um ditado chinês: “Existem três coisas que nunca voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida.” Numa analogia ao processo da anunciada Refinaria na região, Bacabeira vem vivenciando mudanças irreversíveis no modo de vida e trabalho que não voltam mais

às condições anteriores. Mesmo que o empreendimento não venha a instalar-se, as alterações sofridas no meio ambiente e nas relações sociais pré-existentes já são percebidas e sentidas pelos moradores.

As particularidades do povoado de Santa Quitéria demonstram as “feridas” criadas na alma daqueles trabalhadores pela “flecha lançada” do capitalismo adentrando no campo e que os têm feito não perderem a oportunidade de lutarem pelos direitos enquanto sujeitos históricos, possuidores de uma consciência e guiados pela esperança e vontade de vencerem as adversidades e desigualdades sociais às quais vêm sendo submetidos.

Esses trabalhadores existem, têm voz, articulam-se, organizam-se e criam suas estratégias, ganhando novos contornos no enfrentamento. E, assim, vão além dos limites da sociabilidade do capital na construção da emancipação humana e superação das distorções da realidade social!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e Uso do Solo**. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf Acesso em 03 de dez, 2013.
- ALANTEJANO, Paulo R. R. **As relações campo-cidade no Brasil no século XXI**. Terra livre, São Paulo, V. 2, n. 21, p.25-39, Jun - Dez. 2003.
- ALFONSIN, Betânia. **O significado do estatuto da cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil**. In FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia. *Evolução do direito urbanístico*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: UFSC, 2006.
- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, *et.al.* (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p.92- 107.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negociação do trabalho**. Boitempo: São Paulo, 2006.
- _____. Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. 1ºed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- AQUINO, Maria J. S. e SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, "Canga", Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.
- _____. **Refinarias de petróleo e grupos sociais locais; lógicas confrontantes no Brasil e em Angola**. São Luís: EDUFMA, 2010.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.
- BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global**. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. **Festas de trabalho**. 2006.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: editora UNESP, 2007.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK/JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed.1978.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio e Costa, Wagner Cabral(orgs.). **A terceira margem do rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: EDUFMA, 2009.

CFESS/ABEPSS. **Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã,1996.

_____. **Um programa de ruptura com o neoliberalismo**. In: A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Agnes Heller (et al). Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

COSTA, Ricardo. **Gramsci e o conceito de hegemonia**. Cadernos do ICP, n.1. Salvador: Quarteto, ICP, 2011.

COUTINHO, C.N. **Contra-corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CPT- **Conflitos no Campo Brasil 2012** Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013. 188

DOBB. A. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

DOURADO, J. R. **A indústria do Maranhão :um novo ciclo**. Brasília: IEL,2008.

DURANS, Cláudia. **A inserção do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho e questão social.** III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI- julho de 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS, Flávio B. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas.** 2 ed. São Paulo:Cortez, 2001.

FERREIRA, Antônio J. de A. **As políticas territoriais enquanto categoria para interpretação do atual estado do Maranhão, Brasil: indicações para o debate.** In: / Colóquio internacional sobre desenvolvimento local e sustentabilidade. Anais, 2009.

FEITOSA, Moacir Gomes. **O processo sócio-econômico do Maranhão.** Belém, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

_____. Raimundo Moacir Mendes; BRITO, Évila Ribeiro. Desenvolvimento industrial do Maranhão: ensaio sócio - econômico e histórico. In: CASTRO, Edna et al (Orgs.).**Industrialização e grandes projetos:** desorganização e reorganização do espaço.Belém:EDUFPA, 1995.

FIEMA. **20 anos de Lutas e vitórias.** São Luís, 1988.

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE; UFMA. **Refinaria Premium I:** Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. São Luís: Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA/Universidade Federal do Maranhão, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GENNARI, E. **Senso comum e bom senso na construção do poder dos trabalhadores.**NEP: Núcleo de Educação Popular. São Paulo, 1997.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. A. Caderno 12 – Documento Especial In **Historia & Perspectivas** nº. 5. Uberlândia – U.F. Uberlândia, 1991.

_____. Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V 2.

GRAZIA, Grazia de, QUEIROZ, Lêda Lucia de, MOTTA, Athayde e SANTOS, Alexandre Mello. **O desafio da sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro. FASE/IBASE, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas: Papirus, 1995.

HARVEY, David. **Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais**. In: Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOLANDA, F. M. **A dinâmica da Economia Maranhense nos Últimos 25 Anos**. São Luís: IMESC, 2008.

_____. “Apresentação do Grupo de Economia” *in* **Seminário Internacional do Projeto Monitoramento dos Indicadores socioeconômicos e ambientais dos municípios do entorno da Refinaria Premium I**. São Luís: UFMA/UEMA/ONU Habitat/Petrobras, 29 e 30/abril de 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Brasília: CFESS, 2009.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Dialética e capitalismo**: Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

IBGE: **expectativa de vida sobe 3,4 anos em uma década**. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/p69.htm>>. Acesso em: 22 out.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan 2009.

IMESC. Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da EF 232 – Balsas (MA) - Porto Franco (MA) Entroncamento com Ferrovia Norte - Sul (EF-151). V. 2 Estudo de Mercado, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed., São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUBITSCHKE, Juscelino de Oliveira. **Discursos, impressos Nacionais**. Rio de Janeiro: 1960.

KEYNES, J.M. **The economic consequences of the peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSA, Sérgio. **História e Ontologia: a questão do trabalho**. In: Crítica marxista. Rio de Janeiro: REVAN, v. 20. 2005.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem**. *Revista Temas*, São Paulo: Ciências Humanas, n. 4, 1978.

_____. **Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARÉS, Carlos Frederico. **Espaços Ambientais Protegidos, Unidade de Conservação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Introdução a crítica da economia política**. In: **Contribuição a crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **O capital** : crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Sant' Ana. – 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martins Claret, 2008.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço**. São Luís: UFMA, 2006. Monografia de Graduação.

MELLO, João Manuel Cardoso. **Capitalismo Tardio: contribuição à revisão criticada formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A dinâmica da agricultura maranhense no período 1970 a 1995**. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ciência, Natal, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília(ORG). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: vozes, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAIS, MARLI A. F. e NASCIMENTO, Aline T. **O Maranhão nos trilhos do avanço? Um estudo das transformações espaço-temporais da indústria maranhense na sociedade capitalista do tempo flexível**. XXI Encontro do SEMIC realizado na UFMA entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2009.

MOTTA, Ana Elizabete (ORG). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo, Cortez. 2009.

NOTÍCIAS SOBRE CONFLITOS EM BACABEIRA, disponível em saosimaonoticias@hotmail.com, acessos em 15/11/2012 e 22/10/2013.

OFFE, Clauss. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O Elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

PEDROSA, Luís Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. EDUFMA: São Luís, 1998.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e alternativas para a América latina**. São Paulo: Xamã editora, 1999.

PETROBRAS: "**Balanco Social Ambiental 2008**" [HTTP://www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

POULANTZAS, N. **Poder político y clases sociales en el Estado capitalista**. Siglo ,México, 1969.

POVOADOS DE BACABEIRA- MA disponível em http://www.apontador.com.br/em/ma_bacabeira/associacoes-e-sindicatos/em_pov--igarucu.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAMALHO, Zé. Música **Cidadão**, composta em 1974.

SAULE JUNIOR, Nelson. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Maranhão. **Estudo da mortalidade das empresas maranhenses**, 2009.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SANDOVAL, Marco Antônio Leite . **Breve Histórico Sobre a Evolução do Planejamento Nacional de Transportes**. www.dnit.gov. 2012, p.18 – 22

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: Cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TEIXEIRA, F.J.S. **O neoliberalismo em debate**. In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. F J. S. Teixeira; M. A. de Oliveira (Orgs.). São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 1996

TROTSKY, León. **História da revolução russa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A revolução permanente**. 2 ed. São Paulo: Kairós, 1985.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. p.25

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

YAZBEC, Carmelita. A pobreza e as formas históricas do seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.9, n.1, jan/jun 2005.

www.investmentonmaranhao.blogspot.com.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista junto aos trabalhadores rurais do povoado de Santa Quitéria.

OBJETIVO: Esta entrevista busca coletar informações junto aos trabalhadores rurais de Santa Quitéria sobre o processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira. Esta pesquisa é atrelada ao Programa de Pós Graduação Strictu Senso em Desenvolvimento Socio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, cujo título da Dissertação é “**MEGAEMPREENHIMENTOS E O DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO**”: uma análise do processo de implantação da Refinaria Premium I e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira, sob a orientação da professora pós doutora Franci Gomes Cardoso e discente Karênina Fonseca Silva Sodré.

Informo ainda, que os dados coletados servirão exclusivamente para análise do trabalho acadêmico ,ora proposto, e com publicação mediante a autorização prévia dos(as) entrevistados(as).

I - Identificação:

Nome:_____ idade:_____
Estado civil:_____
Quantos filhos?_____Mulheres:_____ Homens:_____
Naturalidade:_____ Religião:_____

II - Escolaridade:

- () Não alfabetizado () alfabetizado
- () Ensino fundamental incompleto() Ensino fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto () Ensino médio completo
- () Ensino Superior Completo () Ensino Superior incompleto

Profissão:_____Há quanto tempo?_____

III- FAMÍLIA:

1- Quantas famílias residem no povoado?_____

2- Quantos membros na sua família? _____

3-Mora há quanto tempo no povoado de Santa Quitéria?_____

4-Por que veio para este povoado?(motivos)_____

5- Alguém da sua família já foi embora do povoado? Por que foi?_____

IV- TRABALHO:

6-O que você entende por trabalho? _____

7-Qual a principal atividade produtiva da família? _____

8-Todos trabalham?() Sim () Não () Alguns(especificar) _____

9-Qual a renda familiar?

- () Menos que o salário mínimo () 1 salário mínimo
() 2 a 3 salários mínimos () 4 a 5 salários mínimos
() Mais que 5 salários mínimos

10-As condições de trabalho familiar vem se modificando após o processo de implantação da Refinaria? Como? _____

11-Alguém da família foi absorvido pela Refinaria? () Sim () Não .Caso positivo, qual a função exercida? _____

12- Quais os principais entraves/dificuldades para trabalhar na Refinaria? _____

V- CULTURA:

13- O que mudou no cotidiano das famílias do povoado? _____

14-Antes da Refinaria como vocês viviam e trabalhavam? _____

15-Quais os grandes projetos apresentados á comunidade? Trouxeram benefícios?

16-Como as famílias se organizam frente ao processo de implantação da Refinaria? Existem formas de resistência? _____

VI- DESENVOLVIMENTO:

17-Qual a sua compreensão sobre desenvolvimento? _____

18-A implantação da Refinaria Premium I no Maranhão, especificamente no município de Bacabeira, traz o progresso para a região? _____

19-Quais os pontos positivos e negativos do processo de implantação para o seu povoado? _____

20-Você considera que a Refinaria vem melhorando as condições de vida e trabalho das pessoas em seu povoado? _____

21-O que você sugeriria para as autoridades frente a este processo de implantação da Refinaria na região? _____

APÊNDICE B: TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, morador(a) do povoado de Santa Quitéria, estou ciente da pesquisa realizada pela discente Karênina Fonseca Silva, mestranda do Curso Desenvolvimento Socio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, cujo título da Dissertação é **“MEGAEMPREENHIMENTOS E O DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO:** uma análise do processo de implantação da Refinaria Premium I e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira. Nesses termos, autorizo a divulgação dos dados coletados a partir da entrevista realizada, para fins acadêmicos.

Entrevistado(a)

Data: _____

ANEXOS

ANEXO A: PAUTAS DE AUDIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE
SANTA QUITÉRIA

ANEXO B: PRESIDENTE DO ITERMA PRESTA ESCLARECIMENTOS NA
ASSEMBLEIA

ANEXO C: VEREADOR ACUSA ROSEANA DE TER PROMOVIDO ESTELIONATO
ELEITORAL

ANEXO D: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO POVOADO DE SANTA QUITÉRIA EM
BACABEIRA-MA

ANEXO D: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE BACABEIRA